

Hércules Paulino de Souza

A EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO SINO-JAPONESA NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA, POLÍTICA E
ECONÔMICA



MARÍLIA

2013

Hércules Paulino de Souza

A EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO SINO-JAPONESA NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA, POLÍTICA E
ECONÔMICA

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Ciências Sociais da
Faculdade de Filosofia e Ciências da
Universidade Estadual Paulista –
UNESP –, Campus de Marília, para
obtenção do título de Mestre em
Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Relações
Internacionais e Desenvolvimento

Orientador: Prof. Dr. Marcos
Cordeiro Pires



MARÍLIA

2013

Souza, Hércules Paulino de.

S729e A evolução da relação sino-japonesa no início do século
XXI: uma perspectiva histórica, política e econômica /
Hércules Paulino de Souza. – Marília, 2013.
142 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e
Ciências, 2013.

Bibliografia: f. 127-134

Orientador: Marcos Cordeiro Pires.

1. China. 2. Japão. 3. Relações internacionais. I. Autor.
II. Título.

CDD 327

Hércules Paulino de Souza

A EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO SINO-JAPONESA NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA, POLÍTICA E
ECONÔMICA

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Ciências Sociais da
Faculdade de Filosofia e Ciências da
Universidade Estadual Paulista –
UNESP –, Campus de Marília, para
obtenção do título de Mestre em
Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Relações
Internacionais e Desenvolvimento

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires (Orientador)

Prof. Dra. Rosângela de Lima Vieira (Membro da Banca) UNESP

Prof. Dr. Haroldo Ramanzini Júnior (Membro da Banca) UFU

Prof. Dr. José Marangoni Camargo (Suplente da Banca) UNESP

Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa (Suplente da Banca) USP

Marília, 05 de Dezembro de 2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente aos meus pais, e tenho o sentimento de que não importa o quanto eu agradeça, nunca será o suficiente por todo o apoio e confiança.

Agradeço ao meu orientador, Professor Marcos Cordeiro Pires, por aceitar o desafio de me orientar, pelo apoio e oportunidades que me proporcionou, pela paciência e amizade.

Não posso deixar de lembrar dos professores que fizeram parte da jornada até aqui! Nesses vinte anos de estudo em escolas públicas – em um período de desvalorização do ensino público, que atinge desde o ensino básico ao superior – foi graças a dedicação e empenho de muitos educadores que pude chegar até aqui! A esses professores o meu mais sincero respeito e gratidão!

A presença dos amigos foi crucial nessa fase de questionamentos e estudos, a companhia nos bons e maus momentos é que ajudou a chegar ao fim de mais uma etapa. Ao velho amigo Renato, que além do aluguel, aceitou dividir as dúvidas e questionamentos da vida de pós-graduando, as contas da mesa do bar e a paciência. Ao Abraão, Mauri e Beбето, companheiros *boludos* de temporada na Argentina, grandes e queridos amigos. Ainda na Argentina, não posso deixar de agradecer ao Professor Jorge Szeinfeld e a todos que nos receberam na *Universidad Nacional de La Plata – UNLP* pela oportunidade e experiência. Aos saudosos amigos argentinos que nos guiaram por La Plata nas tarefas diurnas e diversões noturnas, Marcela Nürnberg e Nicolás Aranda.

Aos amigos da pós-graduação em Ciência da Informação com quem tive o privilégio de conviver situações divertidas e memoráveis, Mariana Lousada, Marta da Mata e Thiago Barros (além do Renato acima citado). A todos os amigos e colegas do PPGCS com quem convivi.

Ao meu velho amigo Rodolfo Sarraf, historiador antes de advogado, com quem pude ter conversas enriquecedoras sobre teorias, História, política e qualquer tópico passível de discussão, envolvido ou não ao meu trabalho.

A minha orientadora no idioma japonês, e sobretudo amiga, Kaoru M. Sakai – ou Kaoru *sensei* – que me ajudou a entender melhor costumes e ideias da cultura japonesa através do idioma, e por seu apoio nos momentos conturbados da pós-graduação, quando o *nihongo* se transformava na minha maior diversão. 先生、いつもお世話になっております！

Aos grandes amigos-irmãos desde a graduação também em Marília, Fábio Fávero, Glauco Numata e Marcelo Barletta, que mesmo distantes sempre demonstraram amizade e disposição de se esforçarem para nos reunirmos. À Tamara Zázera, pela amizade e paciência crescentes e discussões enriquecedoras na vida pessoal e acadêmica.

Aos professores que participaram da banca de qualificação, Professora Rosângela Vieira, Professor Agnaldo dos Santos e Professor Rodrigo dos Passos. Aos professores que aceitaram compor a banca de defesa, Professora Rosângela Vieira, Professor Haroldo Ramanzini Júnior, Professor José Marangoni e Professor Wilson Barbosa.

A todo o corpo de funcionários da Unesp Marília, sem o qual a faculdade não poderia funcionar. Um agradecimento especial ao pessoal da Seção Técnica de Pós-Graduação, por sua atenção e disposição.

À CAPES, pelo auxílio à pesquisa durante os estudos no Brasil e Argentina.

A todos os amigos que estiveram presentes e que por falha de memória não foram citados aqui. A memória torna-se traiçoeira nessa etapa final, então peço perdão!

*I'd rather be a sparrow than a snail.
Yes I would.
If I could,
I surely would.*

*I'd rather be a hammer than a nail.
Yes I would.
If I only could,
I surely would.*

*Away, I'd rather sail away
Like a swan that's here and gone
A man gets tied up to the ground,
he gives the world
its saddest sound,
its saddest sound.*

*I'd rather be a forest than a street.
Yes I would.
If I could,
I surely would.*

*I'd rather feel the earth beneath my feet,
Yes I would.
If I only could,
I surely would.*

(El Condor Pasa – Simon & Garfunkel/Los Incas)

*Pela reflexão, comedimento, autodomínio, os sensatos podem tornar-se uma ilha
que nenhum dilúvio poderá inundar – Fragmento de texto budista*

RESUMO

O trabalho apresentado a seguir possui dois objetivos principais. Primeiramente, fazer uma reflexão sobre temas e abordagens dentro da disciplina de Relações Internacionais, seu conteúdo predominantemente ocidental e suas interpretações tradicionais da dinâmica de interação entre estados no ambiente internacional. Iniciando o trabalho com um exercício comparativo entre um sistema interestatal europeu e outro asiático-oriental, buscamos demonstrar que os estudos da área devem compreender a variedade política, histórica e cultural característica de um mundo de regiões. Seguindo essa linha, utilizamos a construção teórica de Alexander Wendt para entender a dinâmica de interação no sistema internacional, que busca ir além das interpretações utilizadas na área. Posteriormente, nosso segundo objetivo é analisar a relação política e econômica entre China e Japão nesse início de século XXI. Nos esforçamos para compreender melhor essa complexa interação que por vezes se mostra ambígua, fruto das dificuldades geradas por questões políticas e históricas entre os dois países e que transmite uma percepção negativa à relação. Porém, quando se observa a evolução do intercâmbio econômico entre as duas nações, nota-se uma acentuada interdependência econômica, sobretudo a partir desse início de século. Entender os motivos dessa relação aparentemente paradoxal tornou-se fundamental, uma vez que seus impactos e distúrbios não se limitam apenas à região leste asiática, mas ao globo como um todo.

Palavras-chave: China; Japão; relação sino-japonesa; Relações Internacionais.

ABSTRACT

The work presented below has two main objectives. First, to reflect on issues and approaches within the discipline of International Relations, its predominantly Western contents and their traditional interpretations of the dynamics of interaction between states in the international environment. Starting the work with a comparative exercise between a European interstate system and an East Asian interstate system, we aim to demonstrate that the studies of the area must comprehend the political, historical and cultural variety, features of a world based on regions. Following this line, we used the theoretical construct of Alexander Wendt to understand the dynamics of interaction in the international system, which seeks to go beyond the interpretations used in the area. Subsequently, our second goal is to analyze the political and economic relationship between China and Japan in the beginning of the XXI century. We strive to better understand this complex interaction which sometimes seems ambiguous, result of the difficulties generated by political and historical issues between the two countries and conveys a negative perception of the relationship. However, when observing the evolution of the economic exchange between the two nations, there is a sharp economic interdependence, especially since the beginning of this century. Understanding the reasons behind this seemingly paradoxical relationship became essential, since their impacts and disturbances are not limited only to the East Asian region, but to the globe.

Keywords: China, Japan, Sino-Japanese relationship; International Relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. INTERPRETAÇÕES ALTERNATIVAS DA DINÂMICA GLOBAL.....	5
1.1 O modelo explicativo tradicional da formação do sistema internacional – o sistema interestatal europeu	12
1.2 O sistema interestatal asiático-oriental	21
1.3 O choque entre os dois sistemas.....	34
CAPÍTULO 2. A INTERAÇÃO ENTRE ESTADOS E AS INTERPRETAÇÕES DA ANARQUIA SEGUNDO A LÓGICA DE ALEXANDER WENDT	41
2.1 O estado como principal ator e o sistema internacional.....	41
2.2 O conceito de anarquia.....	44
2.3 A construção de identidades e interesses.....	46
2.3.1 Self-Interest.....	49
2.4 Culturas de anarquia.....	51
2.4.1 A cultura hobbesiana.....	52
2.4.2 A cultura lockeana.....	54
2.4.3 A cultura kantiana.....	58
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	62
CAPÍTULO 3. A FACE CONFLITANTE DA RELAÇÃO SINO-JAPONESA: A RELAÇÃO POLÍTICA.....	65
3.1 A Reaproximação sino-japonesa no pós-guerra.....	67
3.2 A Aliança Japão-Estados Unidos.....	71
3.3 A ascensão chinesa e os investimentos militares na região.....	75
3.4 China e Japão: discordâncias e disputas.....	81
3.5 Aspectos políticos recentes.....	88
CAPÍTULO 4. A LIGAÇÃO ECONÔMICA SINO-JAPONESA: A FACE CONSONANTE.....	100
4.1 O comércio bilateral China-Japão.....	101

4.2 O Investimento Estrangeiro Direto japonês na China e o turismo entre os dois países.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
ANEXOS.....	135

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Caractere análogo a Estado/nação/país.....	23
Figura 2: Decomposição do caractere original 國.....	23
Figura 3: Mundo sinocêntrico e relações inter-regionais na Ásia.....	28
Figura 4: Percentual do PIB Mundial dividido entre Ásia e Restante do Globo.....	31
Figura 5: Alcance da expansão territorial japonesa durante a Segunda Guerra Mundial.....	39
Figura 6: Gastos Militares (em bilhões de US\$).....	76
Figura 7: Gastos Militares (em % PIB).....	77
Figura 8: Os 10 maiores gastos militares, 2011.....	78
Figura 9: A região em disputa - em destaque o arquipélago Diaoyu/Senkaku.....	84
Figura 10: Impressões Mútuas entre os países.....	95
Figura 11: Como a atual relação China-Japão é vista.....	96
Figura 12: Como as futuras relações China-Japão são vistas.....	96
Figura 13: Razões para a impressão negativa - Opinião popular no Japão.....	97
Figura 14: Razões para a impressão negativa - Opinião popular na China.....	98
Figura 15: Tendências no comércio do Japão por país/região.....	102
Figura 16: Corrente de Comércio China-Japão (bilhões de US\$).....	104
Figura 17: Exportação da China para o Japão - Total 2000/2012 (segundo dados do Japão ao UNcomtrade – bilhões de US\$).....	105
Figura 18: Exportação do Japão para a China - Total 2000/2012 (segundo dados do Japão ao UNcomtrade - bilhões de US\$).....	105
Figura 19: Investimento Estrangeiro Direto japonês na China 2000-2012 (US\$ bilhões)	111

Figura 20: Entrada de turistas chineses no Japão (2000-2012)	114
Figura 21: Entrada de turistas chineses no Japão (Evolução ano 2012)	115
Figura 22: Entrada de turistas japoneses na China (2000-2012).....	116

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Maiores Rotas Comerciais Circum-globais/Fluxo da prata 1400-1800.....	136
Anexo 2: Maiores Rotas Comerciais na Região do Atlântico 1500-1800.....	137
Anexo 3: Maiores Rotas Comerciais da Região Africana e Oeste da Ásia 1400-1800.....	138
Anexo 4: Maiores Rotas Comerciais na Região do Oceano Indico 1400-1800.....	139
Anexo 5: Maiores Rotas Comerciais na Região da Ásia 1400-1800.....	140
Anexo 6: Evolução da População Mundial de 1200 a 1800.....	141
Anexo 7: Dados da Balança Comercial.....	142

INTRODUÇÃO

Acreditamos que seja válido introduzir o trabalho esclarecendo os motivos que nos inspiraram à pesquisa. Para isso, precisamos voltar ao que admitimos ser o objetivo da formação na área de Relações Internacionais: permitir que os especialistas adquiram e analisem informações e conceitos que possibilitem a compreensão dos acontecimentos e desdobramentos da política internacional e do sistema internacional. Nosso questionamento surge justamente da forma que se busca repassar e trabalhar tal entendimento.

Em uma formação que busca preparar seus profissionais para a compreensão do cenário político internacional, nos chamou atenção a escassez de conteúdo que realmente demonstre a principal característica de tal ambiente: a diversidade política e cultural característica das sociedades humanas.

Notamos o quão localizado estão nossos entendimentos sobre o sistema internacional e a quase ausência de teorias e concepções formuladas fora do eixo Europa-EUA. Grande parte dos nossos estudos sobre África, Ásia, Oriente Médio, e mesmo América Latina, nos é apresentado a partir da chegada dos europeus, como se não houvesse uma história anterior. No caso de nossa pesquisa, observamos que a região estudada – Ásia Oriental – é inserida nas disciplinas a partir do encontro com os europeus: a chegada dos portugueses na Índia, Macau e Japão; as tentativas de entrada dos ingleses na China e da Guerra do Ópio (1840-1842) e da chegada da frota norte-americana no Japão, comandada pelo Comodoro Matthew Perry (1853). O conflito entre China e Japão (1937-1945) é incorporado e descrito a partir da visão ocidental¹ da Segunda Guerra Mundial, muitas vezes sendo limitado ao momento em que Europa e EUA se envolvem no conflito definitivamente, carecendo de uma abordagem antecedente da dinâmica regional.

Os estudos de origem ocidental possuem grande peso e influencia em nossa matriz cultural, intelectual e acadêmica, em parte devido ao nosso intercambio mais intenso com tal região. Porém, com os avanços tecnológicos que aproximam nações e culturas através da mobilidade humana e do acesso a informação, fica claro que o mundo de regiões, culturas e dinâmicas longínquas deixou de existir. Sendo assim, os estudos que pretendem compreender o funcionamento do sistema internacional

¹ Ao nos referirmos a “ocidental” deve-se entender a Europa Ocidental – o conjunto dos países colonizadores – e Estados Unidos da América.

devem se expandir para buscar entender as diversas dinâmicas e regiões do globo, e não tomar uma realidade local como característica global.

O nosso objetivo não é propor uma abordagem inovadora na área, mas trazer a luz alguns elementos e debates com o qual temos pouco contato, ou sequer o temos, na formação como analistas de Relações Internacionais. Abordagens que ainda carecem de exploração por parte dos estudiosos brasileiros na área. Portanto, nosso trabalho é apenas um exercício de curiosidade, fruto de uma insatisfação pessoal com as abordagens mais tradicionais da disciplina que nos inserimos.

Um fato que pode ser apontado como uma lacuna, a utilização majoritária de autores ocidentais, nós a tratamos como uma evidência, uma prova da dificuldade de acesso a material que esteja fora dos temas majoritariamente estudados no país. O material com o qual trabalhamos está em grande parte na língua inglesa, uma vez que poucos trabalhos de nossa área de pesquisa chegam a ser lançados no Brasil.

As diferenças de idioma, sem dúvida, são uma barreira para os estudos asiáticos – e no Brasil arriscamos dizer que isso parece se refletir em maior grau. Poucas traduções de obras asiáticas são feitas no país, e as que chegam até nós passaram majoritariamente por uma tradução do inglês. Tal barreira dificulta nosso entendimento de como os próprios asiáticos compreendem sua história e as dinâmicas regionais.

Portanto, com essa ideia de buscar uma abordagem não tradicional dos estudos de Relações Internacionais, optamos por concentrar-nos no primeiro capítulo em expor brevemente o modelo tradicional de análise do sistema internacional, fundamentado nas teorias ocidentais e nas dinâmicas de criação dos estados europeus e na interação entre esses – que podemos chamar de sistema interestatal europeu. Posteriormente, nos dedicamos a demonstrar a existência de um sistema diferente na Ásia Oriental, anteriormente a chegada dos europeus. Sendo assim, pretendemos apresentar alguns aspectos que diferenciam o sistema asiático-oriental do seu equivalente europeu, sobretudo no que diz respeito a dinâmica de interação entre as nações da região. Para finalizar a primeira parte, expomos o choque entre os dois sistemas, com a chegada dos europeus na Ásia, e as consequências de tal fato para a dinâmica regional asiática no século XX.

No segundo capítulo, utilizamos exclusivamente uma teorização que busca entender o funcionamento do sistema internacional a partir da interação entre os

estados. Baseamo-nos na obra *Social Theory of International Politics*, de Alexander Wendt, para discutirmos que a interação entre estados e a lógica de anarquia do sistema internacional não são intrinsicamente egoísta (*self-interested*) e de auto-ajuda (*self-help*).

Por que escolhemos tal teoria? Porque acreditamos que a lógica de interação entre estados não é estática, e utilizamos o exemplo dos sistemas regionais – trabalhados no primeiro capítulo – para constatar que uma ordem diferente da dominante já existiu, sendo possível, então, que a atual seja alterada. O nosso enfoque não é defender que a evolução das relações internacionais tende sempre à cooperação, mas sim que há possibilidades de mudança. No entanto, nosso objetivo não é fazer um debate teórico, visto que isso é feito pelo próprio Wendt em sua obra, mas sim mostrar através da análise teórica do autor que novos modelos de interpretação do sistema internacional devem ser levados em conta. Para fazer o estudo da relação sino-japonesa, achamos interessante o uso dessa teoria para que não partamos de um julgamento enviesado pela noção de *self-interest*, de uma concepção de inimigos.

Os pressupostos históricos e teóricos desenvolvidos nos dois capítulos anteriores servirão de base para nossa análise da relação bilateral entre China e Japão nesse início de século XXI. Tais pressupostos também são importantes por acreditarmos que não poderíamos fazer uma abordagem que ignorasse o passado da interação entre esses dois países, e pela aspiração de demonstrar que as duas nações não podem ser caracterizadas como “inimigos históricos” a não ser que se leve em conta um período histórico curto, exclusivamente do século XX.

Sendo assim, partimos para a análise do estudo de caso, dividindo a temática em dois capítulos: um tratando do lado político da relação e o outro o lado econômico. Tal divisão é feita apenas para fins de análise, uma vez que não é possível separar os efeitos da política na economia e vice-versa. A escolha das duas áreas de análise ocorreu devido ao antagonismo percebido entre elas quando se observa a relação bilateral China/Japão. Enquanto no âmbito econômico a associação parece ter avançado nessa última década, o lado político encontra sérias dificuldades para progredir.

Ao observarmos a relação política entre os dois países nesse início de século, identificamos que os reflexos do passado recente de conflito – que perdurou durante

a primeira metade do século XX e teve seu ápice entre 1937 e 1945, período da Segunda Guerra Sino-Japonesa – ainda são determinantes para a evolução da relação. Sendo assim, buscamos explorar tais reflexos em alguns fatos recentes dessa década passada, como os gastos militares e as desconfianças recíprocas geradas por estes; a disputa por um conjunto de ilhas no Mar da China Oriental, que tem elevado a tensão entre as partes; e como esses desentendimentos afetaram as impressões mútuas entre as duas sociedades.

Finalmente, ao tratarmos da relação econômica sino-japonesa, buscaremos demonstrar, a partir de uma visão global, como esse contexto evoluiu nos últimos anos. Tendo como principal fonte de informações os dados disponibilizados pelos governos dos dois países, nosso objetivo é apresentar algumas características de como é formada a corrente de comércio entre as duas nações, o seu tamanho e importância para os dois países.

É difícil conceber uma Ásia Oriental com duas potências contemporâneas, sendo esta a primeira vez que os dois países possuem similaridade de poder em um mesmo período histórico. A relação bilateral talvez seja uma das mais complexas a se analisar no atual cenário internacional. Passando por momentos diferentes, de maior aproximação e afastamento, a história recente de conflito e agressões tornou-se um fator desestabilizador da relação. O legado dessa história de tensões é a delicada e difícil construção de uma relação baseada na confiança mútua. A proximidade geográfica e o peso dos dois países para a estabilidade na região sugerem que uma convivência racional e conciliadora seria o melhor caminho a se trilhar. A questão primordial na relação entre os dois países é se o sucesso da face econômica conseguirá levar a avanços no lado político. Entender os motivos dessa relação aparentemente paradoxal tornou-se fundamental, uma vez que seus impactos e distúrbios não se limitam apenas à região leste asiática, mas ao globo como um todo.

CAPÍTULO 1. INTERPRETAÇÕES ALTERNATIVAS DA DINÂMICA GLOBAL

É válido iniciar esse capítulo fazendo uma breve reflexão sobre o desenvolvimento dos preceitos teóricos utilizados hoje nos estudos das Relações Internacionais. Boaventura de Sousa Santos (2007) aponta que a grande maioria das teorias das Ciências Sociais com as quais trabalhamos na atualidade, são elaborações de pensadores de poucos países que se encontram no hemisfério ocidental do globo. Tais países estão inclusos hoje no que podemos chamar de “desenvolvidos”, que atingiram determinado progresso econômico e social. Santos sugere que as teorias elaboradas nessas regiões podem não ser adequadas a interpretação dos fatos e da realidade do globo como um todo. O objetivo do autor, ao chamar atenção para esse fato, é demonstrar a necessidade de trabalharmos com uma visão mais ampla de mundo, que vá mais adiante dessas concepções tradicionais ocidentais,

[...] não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas. Isso é ainda mais urgente, e por isso precisamos fazer uma reflexão epistemológica, já que em nossos países se vê cada vez mais claro que a compreensão do mundo é muito mais ampla que a compreensão ocidental do mundo. (SANTOS, 2007, p. 20).

Gunder Frank, em sua obra *ReOrient* (1998), critica o eurocentrismo presente na teoria social atual, criticando também os historiadores econômicos, que em sua grande maioria ignoram totalmente a história da maior parte do globo, e a minoria restante desses autores a distorcem completamente. Frank aponta que a história econômica escrita por tais autores está praticamente confinada ao Ocidente. (FRANK, 1998, p.24)

Apontando que a compreensão do mundo é muito mais ampla do que a compreensão ocidental do mundo, fica evidente que existem diferenças nas maneiras pelas quais se enxerga o mundo entre o Norte e o Sul. Santos (2007) coloca que muito dessa visão de mundo acaba se perdendo devido a falta de empenho e interesse para enxergar a riqueza inesgotável do mundo; uma riqueza epistemológica que o aprisionamento à teorias e interpretações reducionistas nos impede de descortinar. Santos nos chama a atenção para a existência de uma divisão do trabalho também na pesquisa científica das Ciências Sociais,

Vocês conhecem a divisão do trabalho: se forem aos Estados Unidos ou à Europa, verão os estudantes (por exemplo, na Universidade de Winconsin, onde trabalho) fazendo pesquisas sobre a Argentina, Bolívia, Equador ou Moçambique. Em nossos países, quantos estudantes trabalham sobre a realidade de outros países? Nós trabalhamos sobre nossa realidade; eles fazem o trabalho global, e nós estamos de certa maneira localizados. É uma divisão de trabalho eficaz nas ciências sociais, porque depois as grandes organizações internacionais olham o mundo pelos olhos dos cientistas sociais do centro, do Norte. Por consequência, as teorias reproduzem as desigualdades entre o Norte e o Sul. (SANTOS, 2007, p. 21).

É importante que tenhamos a compreensão de que, muitas das dinâmicas internas das distintas regiões do globo, não podem, ou não devem, ser analisadas e compreendidas através de modelos teóricos que se colocam como universalistas. É necessário que nos desprendamos, ou ao menos intentemos, de dogmas e interpretações tradicionais enraizados em nosso modo de pensar e de fazer ciência.

O universalismo para o qual fazemos a crítica é aquele que toma os desenvolvimentos sociais como “dinâmicas pétreas”, com conceitos engessados, o qual não admite variações. Em nossa percepção, é necessário entender cada situação segundo seus próprios termos, segundo sua própria evolução. Vivemos em um mundo em transformação, em um momento em que o que anteriormente nos era apontado como “centro” do mundo – Europa e Estados Unidos – passam a ser componentes de um mundo, e não o centro dele.

No trabalho de Gunder Frank (1998, p. 3-10) o autor busca demonstrar que há a necessidade de uma perspectiva e abordagem global nos vários âmbitos do conhecimento, seja na compreensão da história econômica, mas também das regiões, países, segmentos e processos que compõem esses elementos. Dentro de um todo global, os elementos apontados anteriormente – EUA e Europa – são apenas partes do todo. Frank aponta que a história moderna foi feita por europeus que “construíram o mundo ao redor da Europa”, e depois a utilizaram da forma que melhor lhes beneficiasse. Essa historiografia eurocêntrica está fortemente presente desde o ensino didático básico até a pesquisa no âmbito universitário, uma vez que muito da teoria social clássica e moderna tem tal historiografia como base. Acreditamos que um dos desafios da produção científica brasileira, e mundial, esteja em enfrentar os paradigmas eurocêntricos, como é proposto por Frank.

Para Gunder Frank, essa construção de uma visão preponderantemente europeia pode ser explicada pelo apoio social, cultural, político e econômico dado

aos historiadores europeus. Tais historiadores receberam suporte para escrever histórias nacionais que sustentassem ideologicamente os estados europeus e norte-americano, histórias que também serviriam aos interesses políticos, ideológicos e econômicos dos estratos dominantes de suas sociedades. Para Frank, esses historiadores também foram além do âmbito de suas próprias nações, ao alegar que a Europa ou o Ocidente, era e é o ponto central, o coração e a alma do resto do mundo. As contribuições de demais sociedades, nações e culturas se limitou a trechos de “exotismos” ou sequer foram mencionadas, ou seja, foram ignoradas como participantes da história. O autor chama a atenção para a característica de que na história ou teoria social moderna europeia, não há sequer suspeita, ou menção, de que talvez tenha sido o mundo quem construiu a Europa, e não o contrário (FRANK, 1998, p.3-10).

No trabalho *Abrir las Ciencias Sociales* (1996), Immanuel Wallerstein elabora uma interessante reflexão sobre a construção e institucionalização da área de estudo das ciências sociais no decorrer da história. A institucionalização das múltiplas disciplinas que compõem a áreas das ciências sociais, como aponta Wallerstein (1996, p. 16 e 17), se produziu em cinco países onde estava a maior parte dos estudiosos e universidades que se dedicavam ao estudo em tal campo durante o século XIX: Grã Bretanha, França, Alemanha, Itália² e Estados Unidos. O quarteto história, economia, sociologia e ciência política, disciplinas universitárias no século XIX e até 1945, além de serem praticadas quase que exclusivamente nos cinco países onde se originaram, também se ocupavam em grande parte em descrever a realidade social dessas sociedades. As universidades não chegavam a ignorar completamente o resto do mundo, mas segregavam os estudos sobre o “resto” em outras disciplinas. (WALLERSTEIN, 1996, p.23)

Uma característica importante nos estudos ocidentais sobre civilizações não-europeias é a conjectura de que tais povos não tinham uma história autônoma, eram o relato de historias imóveis, que haviam congelado e não progredido, não atingindo a modernidade. Sendo assim, os estudos orientais eram conduzidos não de forma a estudar fatos e fenômenos do ponto de vista da evolução de tais civilizações – como era feito com a história da civilização europeia – mas sim do estudo das práticas e

² É importante mencionar que aqui o autor menciona “Alemanhas” e “Itálias”, uma vez que tais estados surgiram como estados unificados na segunda metade do século XIX.

conjuntos de valores que haviam originado civilizações, que embora complexas, haviam sido concebidas para ser “imóveis”. (WALLERSTEIN, 1996, p. 27 e 28)

Os intelectuais orientalistas foram por muito tempo os únicos que se dedicaram ao estudo das realidades sociais de países como a Pérsia, China e Índia, porém tais intelectuais recusavam rigorosamente a associação com o campo das ciências sociais, preferindo a inserção dentro da área de conhecimento das humanidades. Wallerstein aponta que alguns poucos cientistas sociais acabaram por se interessar em comparar civilizações ocidentais e orientais – como Weber e Toynbee – mas tais estudiosos “comparativistas”, diferente dos orientalistas, não se interessavam nas civilizações orientais por si mesmas, mas sim pela busca em explicar o porquê da civilização ocidental ter alcançado a modernidade (ou capitalismo), e não outras. (Ibid., p.29)

É a partir da metade do século XX que os intelectuais da área passaram a questionar o grau de eurocentrismo das ciências sociais, e o quanto essa prática enviesada caracterizava como paroquial o patrimônio herdado dos estudos de tal área (Ibid., p.53). Nos debates sobre as pretensões universalistas buscadas nos estudos da área, vozes dissonantes passaram a questionar a capacidade de teorias universalistas explicarem diversas realidades.

[...] enfrentaban el propio principio de universalidad alegando que lo que las ciencias sociales presentaban como aplicable al mundo entero en realidad representaba sólo las opiniones de una pequeña minoría de la humanidad. Además sostenían que las opiniones de esa minoría habían llegado a dominar el mundo del conocimiento simplemente porque esa minoría también dominaba el mundo fuera de las universidades. (WALLERSTEIN, 1996, p.56)³

O fato das ciências sociais construídas na Europa e EUA durante o século XIX ser eurocêntrica não é algo inesperado, visto que o sentimento triunfalista ocidental se originou em alguns fatores reais. A Europa conquistara política e economicamente o mundo, uma conquista em que um desenvolvimento tecnológico mais avançado se mostrou essencial. Portanto, parecia lógico atribuir uma tecnologia superior a uma ciência e visão de mundo superiores (Ibid., p.57). Porém,

³ [...] enfrentavam o próprio princípio da universalidade alegando que o que as ciências sociais apresentavam como aplicável ao mundo inteiro na realidade representava somente as opiniões de uma pequena minoria da humanidade. Ainda sustentavam que as opiniões dessa minoria haviam chegado a dominar o mundo do conhecimento simplesmente porque essa minoria também dominava o mundo fora das universidades. [Tradução nossa]

os desdobramentos históricos do século XX levantaram dúvidas sobre a real superioridade ocidental. A superioridade moral passou a ser questionada com a deflagração das duas guerras mundiais, no pós-Segunda Guerra a Ásia iniciou novamente a trajetória rumo a um maior peso econômico global, e as ciências sociais passaram a ser questionadas internamente. Ainda assim, o peso da ciência social desenvolvida pelo ocidente continuaria sendo dominante. O aumento no número de universidades pelo mundo e a aceitação das disciplinas universalmente normativas desenvolvidas pelas instituições ocidentais garantiram o considerável crescimento das ciências sociais no mundo não-ocidental. Porém, os questionamentos internos já haviam surgido. (WALLERSTEIN, p. 57 e 58)

El desafío al parroquialismo de la ciencia social desde fines de los años sesenta fue inicialmente, y quizá fundamentalmente, un desafío a su afirmación de representar el universalismo. Los críticos sostuvieron que en realidad era parroquial. Esa crítica fue hecha por las feministas que desafiaban la orientación machista, por los diversos grupos que desafiaban el eurocentrismo y más tarde por muchos otros grupos que cuestionaban otras tendencias que percibían como inherentes a las premisas de las ciencias sociales. Los detalles históricos diferían, pero la forma de los argumentos tendía a ser paralela: demostraciones de la realidad del prejuicio; afirmaciones acerca de sus consecuencias, en términos de tópicos de investigación y objetos estudiados; la estrechez histórica de la base social de reclutamiento de los investigadores, y el cuestionamiento de la base epistemológica de los análisis. (Ibid., p.59)⁴

Por que acreditamos que tais reflexões, apontadas pelos autores mencionados acima, sejam relevantes aos nossos estudos? A disciplina de Relações Internacionais, inclusa na grande área das Ciências Sociais, é fortemente influenciada por modelos teóricos “importados”, fundamentados em dinâmicas internas aos países ou regiões onde foram formulados. Nosso desafio como

⁴ O desafio ao paroquialismo das ciências sociais desde o final dos anos sessenta foi inicialmente, e talvez fundamentalmente, um desafio a sua afirmação de representar o universalismo. Os críticos argumentavam que na realidade era paroquial. Essa crítica foi feita por feministas que desafiavam a orientação machista, pelos diversos grupos que desafiavam o eurocentrismo, e mais tarde por muitos outros grupos que questionavam outras tendências que percebiam como inerentes às premissas das ciências sociais. Os detalhes históricos divergiam, mas a forma dos argumentos tendia a ser paralela: demonstrações da realidade do preconceito; afirmações sobre as suas consequências, em termos de temas de pesquisas e objetos estudados; o estreitamento histórico da base social de recrutamento dos pesquisadores, e o questionamento da base epistemológica das análises. [Tradução nossa]

pesquisadores é seguir o raciocínio de Santos, visando evitar um mimetismo, essa adaptação teórica de realidades a meios sociais distintos.

É devido a nossa observação de que a área de pesquisa em Relações Internacionais carece de estudos que abordem temas e regiões não tradicionais, sobretudo no Brasil, que escolhemos a temática de nosso trabalho. E por que as teorias euro-americanas se tornaram dominantes no meio de Relações Internacionais? Primeiramente por se originarem de uma filosofia, história e teoria política predominantemente ocidentais. Além disso, tal fato também se deve a uma construção eurocêntrica da história mundial, história que permeia e sobressai nos pensamentos teóricos também das teorias de Relações Internacionais.

Quando se analisa o conteúdo do ensino de Relações Internacionais no Brasil, vê-se um forte viés europeu-americano nos estudos de História das Relações Internacionais e Teorias de Relações Internacionais. No âmbito histórico, o desenvolvimento econômico e social europeu e norte-americano ganha destaque: o desenvolvimento e surgimento dos estados nacionais europeus e as dinâmicas de conflitos e busca pela paz são exemplos. No âmbito teórico, os fundamentos ontológicos se baseiam quase inteiramente em autores de origem europeia ou norte-americana. Pensadores como Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, John Locke, Immanuel Kant, a título de exemplo, são estudados e alicerçam as teorias de Relações Internacionais propriamente ditas. Entre essas teorias, as obras mais tradicionais trabalhadas dentro da disciplina também são de origem europeia ou americana: autores como Raymond Aron, Hans J. Morgenthau, Hedley Bull, e assim por diante.⁵

Não estamos fazendo uma argumentação dando a entender que as teorias desenvolvidas pelos pensadores europeus e norte-americanos não são importantes. O que queremos destacar é que essas elaborações teóricas devem ser vistas também com um sentido particular, uma concepção estreita na forma de interpretação do mundo, mas uma concepção que se pretende universal. Um fato que podemos destacar é a falta de material disponível sobre análise e pensamento de autores e líderes asiáticos, enquanto o material teórico e de pesquisa de origem linguística inglesa é substancialmente maior. Isso nos leva a interpretação de que os estudos na área de Relações Internacionais aos quais temos acesso estão

⁵ Aqui nos referimos a tais autores apenas como forma de exemplificar o peso dos pensadores europeus e norte-americanos, e não como uma crítica às suas obras.

fortemente ligados a alguns aspectos culturais específicos do local de origem desses estudos.

A rápida e sucinta demonstração acima é útil para que chamemos a atenção à ausência dos estudos que saiam do eixo Europa-Estados Unidos. Há autores de origem europeia ou norte-americana que se dedicam a ir além dessas interpretações tradicionais, que buscam uma interpretação global, de um todo e suas partes, como os utilizados aqui – Andre Gunder Frank, Boaventura de Sousa Santos, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Alexander Wendt –, mas ainda pouco explorados no ensino das Relações Internacionais. Em outras palavras, a disciplina de Relações Internacionais no Brasil herda o enfoque norte-americano e europeu da teoria social moderna a qual Gunder Frank e Wallerstein apontam.

No intuito de praticarmos esse exercício proposto por Frank e Santos, nossa pesquisa busca tentar compreender melhor temáticas pouco estudadas no campo científico da disciplina de Relações Internacionais no Brasil. Entender o que se passa em uma região do globo para o qual se dá pouca atenção na formação dos conteúdos da disciplina é o nosso principal objetivo.

Sendo assim, nesse capítulo buscaremos expor um modo de compreensão das dinâmicas e das relações entre as nações da região da Ásia Oriental, assunto pouco abordado nos estudos da área. Em relação a essa compreensão do desenvolvimento de uma dinâmica própria na Ásia Oriental, nos baseamos principalmente nos estudos de Giovanni Arrighi, Andre Gunder Frank e Shogo Suzuki, que descrevem essa dinâmica como um “sistema interestatal asiático-oriental”. Em contrapartida, acreditamos que seja importante expor o modelo tradicional de compreensão da origem e do funcionamento da política internacional, uma abordagem baseada na experiência europeia, o sistema europeu de estados, e mais conhecida dos estudantes e pesquisadores das Relações Internacionais. A existência desses dois sistemas que possuem importantes características distintas em seu desenvolvimento é pouco estudada, assim como o impacto causado pelo “encontro” entre suas lógicas.

Consideramos que seja relevante olhar para a Ásia e tentar demonstrar que há interações e dinâmicas que não são levadas em conta quando se estuda relações internacionais. Visando refletir sobre a existência de diferenças no desenvolvimento dos estados nacionais europeus e asiáticos, tratamos de maneira

sucinta alguns fatos e conceitos caros e complexos para qualquer das teorias de Relações Internacionais. Uma vez que nosso objetivo não está em aprofundar as discussões sobre tais conceitos, buscamos abordá-los de maneira que os leitores possam se situar quanto a origem e sentido básico de tais conceitos.

Em conjunto com esse olhar para regiões de certa forma “negligenciadas”, buscaremos fazer uma abordagem teórica das Relações Internacionais não tradicional. Após versar sobre os diferentes caminhos desenvolvidos por Europa e Ásia Oriental, tentaremos compreender esses diferentes desenvolvimentos através de alguns pressupostos teóricos formulados por Alexander Wendt, teórico da linha construtivista⁶ de relações internacionais.

Nosso trabalho não tem a pretensão de fazer um debate teórico no campo das teorias da disciplina de Relações Internacionais, uma vez que nosso principal objetivo é realizar uma análise da relação bilateral entre China e Japão. Porém, acreditamos que seja importante apontar para a necessidade de buscar novas interpretações para os acontecimentos no cenário internacional, “descortinar” fenômenos pouco conhecidos por nós, com o propósito de demonstrar que o ambiente internacional não é um cenário de identidades e movimentos estáticos ou pré-definidos. O intuito desse nosso raciocínio é questionar a utilização de conceitos e categorias de análise universalistas, que se revelaram limitadas na interpretação das mudanças ocorridas no plano global, sobretudo nesse final de século XX e início de XXI. Partimos da ideia de que o sistema internacional é construído através da interação entre os seus principais agentes⁷, os estados, e o caráter dessa interação determina a lógica da anarquia⁸ no sistema internacional, sendo a estrutura desse sistema e o comportamento dos agentes elementos passíveis de mudanças.

1.1 O modelo explicativo tradicional da formação do sistema internacional – o sistema interestatal europeu

⁶ Aqui utilizaremos pouco o conceito “construtivista” devido a diversidade teórica que está contida na categorização de teorias construtivistas. Portanto, quando nos referirmos a teoria utilizada, entenda-se a teorização de Alexander Wendt em *Social Theory of International Politics*.

⁷ É importante enfatizarmos que Wendt utiliza os termos “agentes” e “atores” como sinônimos quando trata dos estados nacionais, porém não interpreta o conceito de “ator” como um elemento que age segundo roteiro pré-definido ou determinado.

⁸ O conceito de anarquia que utilizamos no trabalho será mais bem exposto no Capítulo 2.

Na grande área da Ciência Política, na qual se inclui os estudos da disciplina de Relações Internacionais, a origem do sistema internacional contemporâneo é frequentemente apontada, sobretudo pelos intelectuais ocidentais, à Europa do século XVII. Os Tratados de Münster e Osnabrück, de 1648, não só colocaram fim a Guerra dos Trinta Anos, mas formaram o que ficou conhecido como a Paz de Westphalia⁹.

Os Tratados da Paz de Westphalia acabaram por estabelecer os pressupostos legais do sistema estatal moderno europeu, e os conceitos de soberania nacional e igualdade jurídica dos estados tornaram-se fundamentos essenciais nas relações interestatais. A partir de tais acordos, reconheceu-se a autoridade dos reis e príncipes sobre seus territórios e estabeleceu-se uma política de não-interferência nos territórios de outros soberanos, fomentando-se assim o princípio da soberania. Nesse momento se formaliza o estabelecimento do monopólio da força nas mãos do estado, e este último passa a ter soberania absoluta no plano internacional. Tais tratados deram forma reconhecível ao sistema estatal europeu e as normas que deveriam reger a coexistência dos estados em tal sistema.

Durante o século XVII, a estrutura política europeia ainda caracterizava-se pela dispersão do poder, propriedade do sistema feudal, onde conflitos envolvendo monarcas e Igreja faziam perdurar um constante estado de guerra. A instabilidade política duradoura seria o germe para a contestação dessa lógica,

[...]a pluralidade de autonomias existentes no mundo medieval, sobretudo o feudalismo, as autonomias comunais e as corporações, ressalta que a luta entre elas foi um dos principais fatores determinantes da constituição do Estado, o qual, com todas as suas características, já se apresenta por ocasião da paz de Westfália. [...] momento culminante na criação do Estado, e que muitos outros consideram o ponto de separação entre o Estado Medieval e o Estado Moderno [...].(DALLARI, 2009, p.53)

De certa forma, os tratados firmados em Westphalia buscavam terminar, ou diminuir, a acentuada frequência com que as guerras eram deflagradas no cenário europeu a partir da consolidação de fronteiras e da soberania. O processo de construção da paz na região foi longo, e como salienta Karl Polanyi, o equilíbrio de

⁹ Uma versão na língua inglesa do tratado pode ser acessada através da base de dados *The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy – Yale Law School*, no seguinte endereço: <http://avalon.law.yale.edu/17th_century/westphal.asp>

poder só deu à Europa um século de paz a partir de 1815 a 1914, um fenômeno até então desconhecido na história ocidental, ou europeia (POLANYI, 2000).¹⁰

Utilizando de uma analogia usual nos estudos de relações internacionais, no cenário doméstico o estado seria reconhecido como “poder supremo”, possessor do monopólio da violência, agente formulador das leis e garantidor da ordem social, livrando sua população das desordens do “estado de natureza”, como apontam autores contratualistas como Hobbes e Locke. Por outro lado, o ambiente internacional não teria um “poder supremo” garantidor da ordem. Pelo contrário, a proeminência de um estado, ou hegemonia, seria visto como um risco à soberania dos outros estados, e um fator causador de desordem, visto que as guerras de ambição hegemônica dominavam o continente. Portanto, o reconhecimento do princípio da soberania territorial dos estados seria complementado com a estratégia do equilíbrio de poder, dando ao sistema internacional (europeu) um caráter competitivo e anti-hegemônico. Temos então, três conceitos básicos que passaram a fazer parte dos estudos de relações internacionais: a soberania dos estados, a anarquia conflitiva do sistema internacional e o equilíbrio de poder, características que marcaram o desenvolvimento do sistema de estados europeu.

Como salienta Dallari (DALLARI, 2009, p. 70), reconheceu-se um poder soberano, aceito como supremo dentro de um espaço territorial delimitado. Os tratados firmados em 1648 “tiveram o caráter de documentação da existência de um novo tipo de estado, com a característica básica de unidade territorial dotada de um poder soberano” (Ibid). Ainda, abordando aqui de maneira sucinta, os tratados também estabeleceram que os estados tivessem autonomia e autoridade para instituir sua religião oficial, sem interferências externas. Em consequência, o poder da Igreja Católica declinou de forma substancial e, como reflexo, ter-se-ia a diminuição dos conflitos religiosos.

Como aponta Dallari (Ibid, p.74), por atrair a atenção de estudiosos de diversas áreas dentro dos campos filosófico, político e jurídico desde o século XVI, o conceito

¹⁰ Cerca de dois séculos separam a assinatura dos tratados em Westphalia e a almejada paz entre as nações europeias atingida no “século de paz” na Europa, demonstrando o longo processo para que as normas acertadas nos tratados fossem “absorvidas” pelos estados. Ainda assim, como aponta Polanyi, não houve ausência de guerras, mas sim diminuição. Inglaterra, França, Prússia, Áustria, Itália e Rússia estiveram envolvidas em guerra uns contra os outros por apenas 18 meses no “século de paz”. O autor compara o século XIX aos dois séculos anteriores, em que houve entre sessenta e setenta anos marcados pela guerra em cada um.

de soberania passou a ser explicado por uma multiplicidade de significados, o que o tornou cada vez menos preciso e passível de “distorções ditadas pela conveniência”. Apesar dos múltiplos significados formulados para explicar o conceito de soberania, Dallari aponta de forma bastante compreensível como a soberania continua a ser concebida, nos planos político e jurídico:

[...] apesar do progresso verificado, a soberania continua a ser concebida de duas maneiras distintas: como sinônimo de independência, e assim tem sido invocada pelos dirigentes dos Estados que desejam afirmar, sobretudo ao seu próprio povo, não serem mais submissos a qualquer potência estrangeira; ou como expressão de poder jurídico mais alto, significando que, dentro dos limites da jurisdição do Estado, este é que tem o poder de decisão em última instância, sobre a eficácia de qualquer norma jurídica. É obvio que a afirmação de soberania, no sentido de independência, se apoia no poder de fato que tenha o Estado, de fazer prevalecer sua vontade dentro de seus limites jurisdicionais. A conceituação jurídica de soberania, no entanto, considera irrelevante, em princípio, o potencial de força material, uma vez que se baseia na igualdade jurídica dos Estados e pressupõe o respeito recíproco, como regra de convivência. Neste caso, a prevalência da vontade de um Estado mais forte, nos limites da jurisdição de um mais fraco, é sempre um ato irregular, antijurídico, configurando uma violação de soberania, passível de sanções jurídicas. E mesmo que tais sanções não possam ser aplicadas imediatamente, por deficiência de meios materiais, o caráter antijurídico da violação permanece, podendo servir de base a futuras reivindicações bem como à obtenção de solidariedade de outros Estados. (DALLARI, 2009, p.84)

Emer de Vattel, jurista suíço e um dos preceptores do Direito Internacional moderno, em sua obra *The Law of Nations*, descreve a igualdade entre as nações originada a partir do reconhecimento mútuo da soberania, a partir de princípios do jusnaturalismo:

Since men are naturally equal, and a perfect equality prevails in their rights and obligations, as equally proceeding from nature,—nations composed of men, and considered as so many free persons living together in the state of nature, are naturally equal, and inherit from nature the same obligations and rights. Power or weakness does not in this respect produce any difference. A dwarf is as much a man as a giant; a small republic is no less a sovereign state than the most powerful kingdom. By a necessary consequence of that equality, whatever is lawful for one nation, is equally lawful for any other; and whatever is unjustifiable in the one, is equally so in the other.¹¹ (VATTEL, 2008, p.75)

¹¹ Uma vez que os homens são naturalmente iguais, e uma perfeita igualdade prevalece em seus direitos e obrigações, como igualmente procedendo da natureza, nações compostas por homens, e consideradas como tantas pessoas livres que vivem juntas em estado de natureza, são naturalmente iguais e herdaram da natureza as mesmas obrigações e direitos. Poder ou fraqueza não produz

Embora a atividade do equilíbrio de poder seja uma prática antiga, remontando às relações entre as poleis gregas, como aponta David Hume em seu *Essay of the Balance of Power*, é a partir do Concerto Europeu que o termo é mais lembrado como experiência no sistema de estados moderno europeu. Após a derrota da França expansionista de Napoleão, fez-se necessário a reorganização das fronteiras e dos domínios dinásticos na Europa. A partir do Congresso de Viena e da assinatura do Tratado de Paris de 1815, as potências europeias da época, e principais negociadores do Tratado – Áustria, França, Grã Bretanha, Prússia e Rússia –, se reuniram na tentativa de estabelecer um equilíbrio de poder pacífico entre as potências do continente.

Voltando à Vattel, o equilíbrio de poder seria uma ferramenta, um arranjo, para que nenhuma potência atingisse uma posição de preponderância absoluta sobre as demais, um poder capaz de submeter outros estados às suas próprias leis (VATTEL, 2008, p.496). Vattel aponta a formação de alianças entre os estados menos poderosos como a maneira mais simples de contrabalançar o poderio de um aspirante a potência universal.

Para Hedley Bull (2002, p.123) o equilíbrio de poder cumpriu três funções no sistema moderno de estados europeu, podendo ser resumido em: I) coibir a criação de um estado universal criado através das conquistas e desrespeitando a soberania de outras nações; II) sua existência em algumas regiões resguardou a independência dos estados, ao impedir que um estado com preponderância local dominasse os demais; III) a existência do equilíbrio de poder propiciou o “funcionamento de outras instituições das quais dependem a ordem internacional (diplomacia, guerra, direito internacional, administração pelas grandes potências).” (Ibid.)

Recordemos que importantes tratados almejavam conter a preponderância de um estado, ou dinastia, sobre os demais pares europeus, e assim resgatar o equilíbrio no continente, como a já citada Paz de Westphalia de 1648, o Tratado de Utrecht (1713), o Congresso de Viena em 1815, e os mais recentes, Tratado de Versalhes (1919) e a Carta da ONU em 1945.

qualquer diferença a esse respeito. Um anão é tão homem quanto um gigante; uma pequena república não é um estado menos soberano do que o mais poderoso reino. Por uma consequência necessária dessa igualdade, o que é lícito para uma nação, é igualmente lícito para qualquer outra; e tudo o que é injustificável à uma, também o é à outra. [Tradução nossa]

Tal equilíbrio, porém, não encerrou a disputa pela proeminência entre os estados europeus, como salienta Norberto Bobbio:

Este mecanismo do equilíbrio não trouxe consigo, como é evidente, a superação da anarquia internacional com suas manifestações violentas e belicosas. A própria política de equilíbrio torna indispensável, aliás, que toda a grande potência aumente sem cessar a sua força num mundo caracterizado por um contínuo progresso econômico, demográfico e tecnológico, e esteja, enfim, também disposta a fazer a guerra para manter precisamente o equilíbrio. (BOBBIO et al, 1998, p.1091)

Como argumenta Vigevani (1999, p.11), a partir de Westphalia renovaram-se instituições já existentes, como as tradições da diplomacia, e novas instituições passaram a se desenvolver, como o direito internacional e o equilíbrio de poder, que se transformaram em pilares das relações internacionais a partir da evolução do sistema internacional. Essas instituições passaram a ter a função de ligar os estados nesse sistema, instituindo normas de convivência entre os estados soberanos.

Sendo assim, cria-se no continente europeu uma forma de convivência, através do reconhecimento da soberania dos estados, o aperfeiçoamento dos serviços diplomáticos, o desenvolvimento do direito internacional e a utilização do equilíbrio de poder como ferramenta e “objetivo consciente de todo o sistema” (BULL, 2002, p.123). Essa convivência é interpretada como uma associação prática, na qual os estados reconhecem a necessidade de normas que possibilitem sua coexistência, mesmo quando possuem pouco ou nenhum objetivo partilhado. O desenvolvimento das instituições e práticas que mencionamos anteriormente acabou por gerar um *modus vivendi*, o qual posteriormente seria garantido pela aplicação do direito internacional.

O desenvolvimento do sistema europeu de estados não estava isolado do restante do mundo, muito pelo contrário, possuía fortes vínculos com os objetivos das monarquias e instituições do continente sobre o restante do globo. Voltando um pouco na história, e de forma breve, a intensificação da expansão europeia a partir das navegações no século XVI era um reflexo do sistema que então se formava na Europa.

Como uma colcha de retalhos, a Europa se caracterizou historicamente por uma fragmentação política. Dessa fragmentação, gerou-se a existência de diferentes pólos de poder econômico e militar, que por sua vez gerava uma forte competição entre as unidades políticas então existentes. Essa foi a razão, de forma resumida, do

equilíbrio de poder. De tais fatos podemos apontar características que Giovanni Arrighi (2008, p.322-323) indica serem propriedades básicas do sistema de estados europeu: uma incessante competição militar entre os estados nacionais que se formavam, e a tendência à expansão geográfica como um dos pilares para se obter o acúmulo de poder econômico e militar. Tais características diferem do modelo de sistema de estados existente na Ásia Oriental nesse mesmo período, que iremos tratar a seguir.

Uma das características marcantes das monarquias da Europa foi a estratégia de acumulação de poder através da expansão dos seus domínios territoriais. A expansão para “fora” da Europa não só atendia aos interesses econômicos das potências europeias, como só era possível através da articulação do equilíbrio de poder. Para Arrighi (2008, p.245), a interação de equilíbrio de poder somada a tendência à “extroversão”, deu as potências do sistema europeu a capacidade de formar vastos impérios ultramarinos, além de ter sido vital para o desenvolvimento do capitalismo europeu:

A busca por lucro e poder *dentro* da Europa dependia fundamentalmente do acesso privilegiado a recursos *fora* dela por meio do comércio ou da pilhagem. O equilíbrio de poder não só garantia a sobrevivência política das organizações capitalistas territorialmente parcimoniosas, como também assegurava que a competição por recursos financeiros entre as grandes organizações territoriais aumentaria o poder das organizações capitalistas que controlassem esses recursos. Ao mesmo tempo, a extroversão da luta europeia pelo poder garantia que essa competição seria constantemente renovada pela necessidade dos Estados de se superarem uns aos outros para obter acesso privilegiado aos recursos fora da Europa. (Ibid.)

O continente europeu foi então cenário de um desenvolvimento *sui generis*, que acarretou impactos globais. Capitalismo, imperialismo territorial e comercial, equilíbrio de poder fomentando a competição militar-tecnológica, marcaram a evolução do sistema estatal na Europa. A importância do comércio ultramarino com a Ásia na economia europeia e a evolução da economia capitalista, seriam outras características marcantes dessa evolução, como aponta Arrighi (2008). A identificação entre estado e interesses da classe capitalista deu à Europa um desenvolvimento econômico baseado no ambiente externo e impulsionado pelas conquistas territoriais, colonização e expansão geográfica.

O trabalho de Arrighi et al.(2003), sintetiza de maneira clara como os fatores mencionados acima se interligavam. A intensa competição política e militar entre os estados europeus – competição que acabou extrapolando as fronteiras europeias – foi um ingrediente essencial na reprodução da dinâmica capitalista, que gerou de forma recorrente excedentes cada vez maiores de capital dentro do sistema europeu. Esse sucessivo aumento de excedentes haveria proporcionado os meios e incentivos para novos ciclos de competição – em um cenário de equilíbrio de poder – em uma escala geográfica sempre crescente. Esse ciclo de auto-reforço da acumulação de capital e expansão territorial teria sido a força motriz das inovações tecnológicas e organizacionais – incluindo as revoluções industriais – que moveram a expansão do sistema europeu ao domínio global a custo de outros povos. O resultado de tal processo foi a criação de uma relação centro-periferia entre a Europa e o restante do globo, com uma divisão de trabalho que teria habilitado os países europeus, em especial a Grã-Bretanha, a utilização de terra e energia intensiva, que resultou na revolução industrial e nos avanços técnicos que proporcionaram a construção do império britânico de alcance global. (ARRIGHI et. al. 2003, p.285)

Como aponta Gunder Frank (1998, p.4-6), a Europa utilizou dos recursos provenientes da América para se fortalecer internamente e posteriormente se beneficiou da exploração da produção, dos mercados e do comércio asiático. Na interpretação de Frank, a Europa “subiu nas costas da Ásia” – a partir do final do século XIX – e teria permanecido temporariamente nessa posição. O autor aponta que a concepção de que a Europa era o centro do sistema e da economia mundial é uma falácia. Frank concorda que a Europa foi por longo tempo apenas uma parte pequena e um tanto marginal da economia global como um todo. Autores como Arrighi e Gunder Frank concordam que a Europa certamente não era central para a economia mundial até o século XIX,

Europe was certainly not central to the world economy before 1800. Europe was not hegemonic structurally, nor functionally, nor in terms of economic weight, or of production, technology or productivity, nor in per capita consumption, nor many way in its development of allegedly more “advanced capitalist” institutions. [...] In all these respects, the economies of Asia were far more “advanced,” and its Chinese Ming/Qing, Indian Mughal, and even Persian Safavid and Turkish Ottoman empires carried much

greater political and even military weight than any or all of Europe.¹²
(FRANK, 1998, p.5)

Porém, essa dinâmica internacional formada na Europa se expandiu para todo o mundo por seu modelo expansivo de crescimento, baseado na exploração das outras regiões as quais transformaram em suas colônias. O sucesso da expansão e da dinâmica imperialista europeia teria como reflexo uma redefinição política do mundo segundo o desenvolvimento europeu. Ao final da colonização europeia, as potências deixaram para trás uma projeção do que era a Europa, uma projeção dos conceitos europeus de soberania territorial, diplomacia e aparelho estatal. Como aponta Acharya e Buzan (2010, p.17-18), é fundamental levar em conta o impacto intelectual do imperialismo europeu sobre suas antigas colônias, e o poderoso sucesso que obtiveram em gravar seus entendimentos sobre as mentes e práticas do mundo não europeu.

[...] the process of decolonization left in its wake a world remodelled, sometimes badly, on the lines of the European state and its 'anarchical society' form of international relations. The price of independence was that local elites accept this structure, and a good case can be made that they not only did so under duress, but absorbed and made their own a whole set of key Western ideas about the practice of political economy, including most conspicuously and most universally, sovereignty, territoriality and nationalism. [...] Third World elites have embraced the key elements of Westphalian sovereignty and even expanded its scope.¹³ (ACHARYA and BUZAN, 2010, p.17-18)

Segundo os dois autores, o imperialismo europeu não só se sobrepôs às práticas e tradições locais de pensamento e conhecimento, mas também tirou das populações sob seu jugo sua própria história e entendimento, impondo uma auto-compreensão a partir de uma perspectiva histórica eurocêntrica.

¹² A Europa certamente não era central para a economia mundial antes de 1800. A Europa não era hegemônica estruturalmente, nem funcionalmente, nem em termos de peso econômico, ou de produção, tecnologia ou produtividade, nem no consumo per capita, nem no alegado maior desenvolvimento de suas instituições "capitalistas avançadas". [...] Em todos esses aspectos, as economias da Ásia eram muito mais "avançadas", e seus impérios Chinês Ming/Qing, Mughal Indiano e até mesmo o Safávida Persa e Turco Otomano tinham muito maior peso político e militar do que qualquer estado europeu ou toda Europa. [Tradução nossa]

¹³ [...] o processo de descolonização deixou em seu rastro um mundo remodelado, as vezes de maneira ruim, nas linhas do estado europeu e sua forma de relações internacionais e 'sociedade anárquica'. O preço da independência foi de que as elites locais aceitarem essa estrutura, e um bom argumento pode ser feito que eles não só o fizeram sob pressão, mas absorveram e fizeram si próprios todo um conjunto de importantes ideias ocidentais sobre a prática da economia política, incluindo a mais ostensiva e universal, soberania, territorialidade e nacionalismo. [...] As elites do Terceiro Mundo adotaram os elementos fundamentais da soberania westphaliana e ainda expandiu seu escopo. [Tradução nossa]

É nessa dinâmica relatada anteriormente que os teóricos da Teoria Realista de Relações Internacionais baseiam suas interpretações e fundamentos. Com seu foco na soberania dos estados, poder militar, interesse nacional e equilíbrio de poder, tem raízes na história europeia, sobretudo a partir das duas guerras mundiais; a diplomacia e a prática política da Europa moderna. Essa linha teórica tem por base autores clássicos da teoria política europeia, como Hobbes, Maquiavel e Tucídides, e utiliza desses autores para argumentar que as políticas de poder são inerentes à natureza humana, e portanto permanentes. Esse pensamento pressupõe que os estados, principais agentes do ambiente internacional, enxergam esse meio como palco para ações egoístas, um ambiente para a prática dos interesses próprios, suspeitas quanto aos demais agentes, uma vigilância constante.

Pelo raciocínio acima, os estados estariam sempre agindo em uma lógica de garantir sua sobrevivência. Essa escola teórica projeta para o restante do globo seu trajeto histórico e uma visão derivada da história europeia para os conceitos de anarquia. Tal feito busca afirmar que a dinâmica conflituosa entre as nações europeias é uma condição estrutural universal. O privilégio da escola realista ao cenário euro-americano é contingente à teoria, uma vez que foi elaborada para aquele determinado cenário. A conjuntura histórica na qual a teoria se baseia e desenvolve seus pressupostos é a luta entre as potências europeias, a disputa por quem dominaria quais regiões do globo. Através desse desenvolvimento histórico e teórico, as teorias europeias impuseram a ideia de que suas normas e dinâmicas são válidas para o resto do mundo.

Um efeito dessa visão presa somente na ordem de Westphalia, é que se dá uma ênfase muito grande na anarquia – para realistas uma anarquia baseada no estado da “natureza humana hobbesiana” – que teria moldado o desenvolvimento dos estados europeus, e praticamente se elimina a compreensão de como demais sistemas e sociedades ao redor do globo se desenvolveram e se formaram. Como pesquisadores da área de Relações Internacionais, que buscam compreender o que aconteceu e o que acontece no plano internacional, manter um pensamento arraigado em uma história tão específica – ordem westphaliana – é ignorar desenvolvimentos e compreensões históricas capazes de proporcionar perspectivas enriquecedoras.

1.2. O sistema interestatal asiático-oriental

Quando nos é passado a noção moderna de estado nacional, a partir dos preceitos definidos pelo Tratado de Westphalia, os formadores acabam se abstendo da ideia de que o conceito de estado é uma das criações da historiografia e das teorias eurocêntricas. Essa abstenção pode gerar um engano comum, pois pode nos fazer pensar que as características atribuídas ao que veio se chamar estado nacional se encontravam apenas no continente europeu. Elementos como o reconhecimento de autoridade soberana sobre determinados territórios, exércitos nacionais, funcionalismo público, e muitos dos elementos que capacitam a autoridade e administração de uma nação a partir de uma estrutura organizada politicamente, não eram características únicas às sociedades europeias com o advento do estado moderno. Se nos é demonstrado que Nicolau Maquiavel, no século XVI, tece em suas obras – *O Príncipe* e *A Arte da Guerra* (*Il Principe* e *Dell'arte della guerra*) – a noção de estado mais próxima do que conhecemos por Estado Moderno, esquecem-se de mencionar as considerações feitas por pensadores como Sun Tzu¹⁴ e Confúcio¹⁵, contemporâneos do século V a.C. e que influenciam as organizações políticas asiáticas há muito tempo.

Com o propósito elucidativo, acreditamos que seja interessante demonstrar a noção de estado, de organização social, segundo os caracteres chineses¹⁶. Na Figura 1, a seguir, podemos observar à esquerda a forma original do caractere que se utilizava na China¹⁷ como referencia a nação/país, à direita temos o caractere simplificado, adotado a partir das reformas da década de 1960. Quando fazemos uma análise etimológica do caractere original e fazemos sua desconstrução a partir dos radicais – Figura 2 – podemos sugerir que uma concepção de estado, de organização social, na Ásia é tão antiga, se não mais, do que na Europa.

¹⁴ Em sua obra, com título homônimo à de Maquiavel na tradução para o português, *A Arte da Guerra* (孫子兵法; pinyin: sūn zǐ bīng fǎ).

¹⁵ As ideias de Confúcio podem ser encontradas no livro *Os Analectos* (Giorgio Sinedino, Ed. Unesp, 2012), em uma tradução direta do chinês para o português.

¹⁶ Os chineses apontam que seu sistema de escrita por caracteres começou a se desenvolver há cerca de quatro milênios, mas os registros mais antigos encontrados sobre uma sistematização da escrita correspondem ao período da dinastia Shang, entre os séculos XVII e XI A.C. (LI, 2009)

¹⁷ O sistema chinês de escrita a partir de caracteres foi importado por nações vizinhas, como coreanos, japoneses e vietnamitas. Com o desenvolvimento de idiomas próprios nesses países, construiu-se uma escrita mista com os caracteres chineses, muitos ainda utilizados.

Figura 1: Caractere análogo a Estado/nação/país

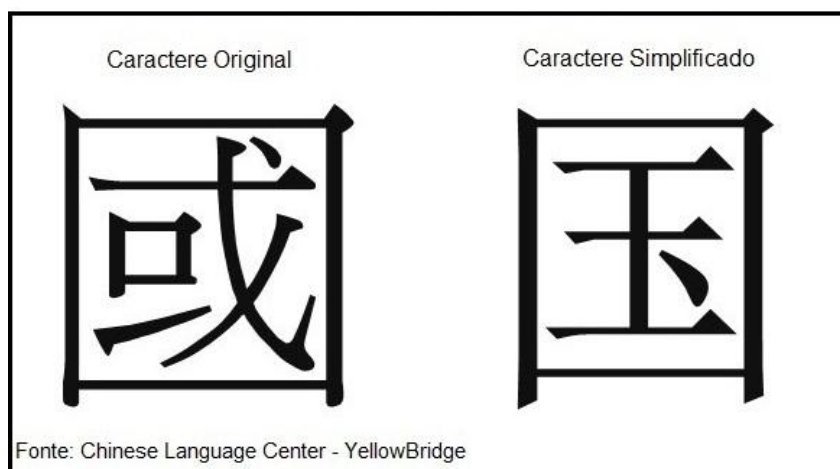
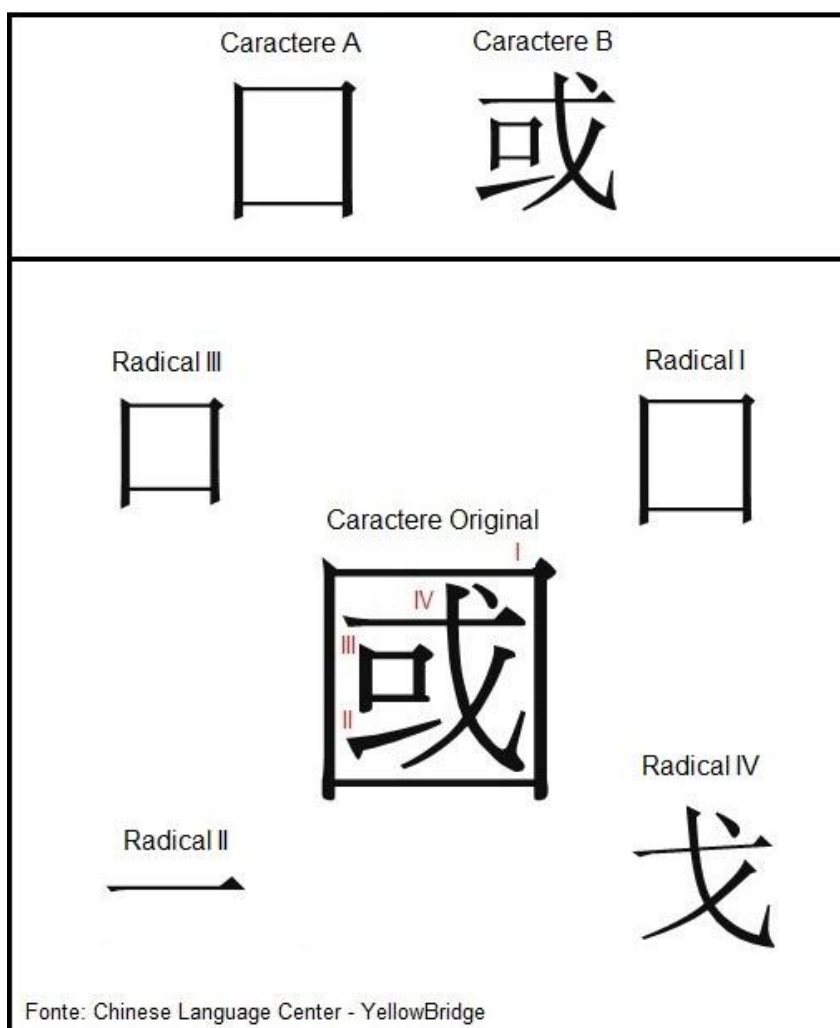


Figura 2: Decomposição do caractere original 國



Na primeira desconstrução – Figura 2 –, em uma combinação associativa, o Caractere B significa estado/nação, e o Caractere A significa fronteira/limites. Daí resulta: um estado com fronteiras definidas. Abaixo há a desconstrução completa do caractere: o Radical I é usado como caractere componente para indicar um território cercado, com fronteiras; o Radical II, nessa combinação ganha o significado de terra; o Radical III significa habitação; enquanto o Radical IV simboliza arma. Portanto, em uma combinação associativa desses radicais, o estado é definido como um território com fronteira determinada, onde suas terras e habitações são defendidas por armas.

O que queremos demonstrar, é que a noção organizacional do estado também se desenvolveu na Ásia e em outros espaços fora da Europa. Como afirma Giovanni Arrighi (2007, p.322; et. al. 2003) e Gunder Frank (1998)¹⁸ em todo o decorrer de suas obras, é um erro pensar que a concepção de estado nacional e sua organização em um sistema interestatal seja uma invenção europeia. Os autores apontam que países do leste asiático – como China, Japão, Coreia, Vietnã, Laos, entre outros – poderiam ser considerados estados nacionais muito antes das sociedades europeias adotarem o estado nacional como forma de organização social. Mais uma vez salientamos que é um erro assumir que houve uma excepcionalidade causadora do desenvolvimento da organização política estatal de determinada região. As diferentes dinâmicas ilustram a diversidade política de um mundo de regiões.

Os estados contemporâneos asiáticos são moldados pelo legado de impérios universais, reinos regionais e impérios subcontinentais – uma história que antecede os estados europeus modernos por muitos séculos. Tais organizações ascendiam ao poder e caíam por concepções cíclicas de tempo dinástico. As noções de soberania unificada e monopólio da força não estavam de acordo com a realidade política asiática. Houve ocasiões onde se governava pela força, mas essa não era uma prática que definia o caráter dos impérios e reinos. A Ásia era uma “colcha de retalhos” de sistemas políticos galácticos, e não monarquias absolutistas. Um sistema de repulsão e atração mantinha as unidades circulando em uma órbita. No centro dessa órbita não havia um soberano absolutista, mas um senso abrangente

¹⁸ Utilizamos os dois autores, pois em suas obras podemos encontrar muitas referências a obras de autores asiáticos – Kaoru Sugihara, Takeshi Hamashita, Bin Wong, Satoshi Ikeda – que trabalham com uma perspectiva histórica de um sistema interestatal asiático, obras com as quais não pudemos ter contato direto devido à dificuldade de encontrar o material.

de ordem. Ao invés de reivindicações de soberania efetiva, prevalecia uma soberania ritual. (KATZENSTEIN, 2005, p. 93)

Os autores vão além, argumentam que não só houve organizações políticas que podemos chamar de estados, como havia um intercambio comercial e cultural pujante entre essas unidades. Arrighi et. al. (2003) e Gunder Frank (1998) fazem uma análise comparativa entre os aspectos da dinâmica econômica e política entre a Europa e a Ásia Oriental – um sistema interestatal europeu e um sistema interestatal asiático-oriental. As obras focam no papel das relações interestatais em cada região e na influência do capitalismo nos processos regionais e globais. Dá-se também uma especial atenção aos supostos motivos da decadência asiática e da ascensão europeia a partir do século XIX. É importante mencionar que os sistemas europeu e asiático-oriental eram bastante semelhantes no que concerne a existência de jurisdições políticas e um comércio regional amplo, porém os caminhos de desenvolvimento das duas regiões acabaram divergindo.

Como indica Peter Katzenstein (2005, p.89), no período precedente ao século XIX, o desenvolvimento global se baseava em uma série de sobreposições e interações ainda em regiões essencialmente autônomas. As regiões do mundo estavam envolvidas em processos distintos de auto-organização, portanto qualquer interpretação da história mundial anterior ao século XIX deve começar com uma ênfase sobre o regionalismo na política mundial. Sendo assim, os sistemas da Ásia e da Europa nos proporcionam concepções políticas relevantes para elaborar uma comparação inter-regional. Para Katzenstein, por uma multiplicidade de razões profundamente incorporadas nas duas regiões, desenvolveram-se processos similares que levaram a resultados diametralmente opostos – na Ásia um predomínio claro da influência chinesa, enquanto na Europa moderna um balanço de poder.

A interação entre os estados é uma das características que distingue as duas regiões. Arrighi et.al. (2003) concorda que a intensidade da competição entre os estados é uma propriedade típica de cada sistema, determinada por variáveis como o número e a variedade de estados que interagem, assim como a distribuição de poder e recursos, o grau de complementaridade existente entre os agentes e as regras e normas que fundamentam a interação, entre outros. Há propriedades

sistêmicas que são influenciadas pelos comportamentos de estados específicos, sendo importantes para moldar estruturas e processos sistêmicos.

Segundo Katzenstein (2005), o regionalismo asiático tem raízes históricas tão mais profundas que a Europa, e historicamente a Ásia esteve em paz enquanto a China esteve forte. A predominância econômica e militar chinesa, o intenso comércio e trocas culturais pelas fronteiras geraram uma combinação de hierarquia formal e igualdade informal. Para o autor, a suserania¹⁹, e não a soberania definia o sistema regional onde a China tinha grande influência sobre as outras unidades, mas lhes deixava considerável espaço de manobra. O conceito europeu de soberania, e suas consequências, só aportaram na Ásia Oriental com a chegada dos europeus na região.

Segundo Shogo Suzuki (2009, p.36-40), esse sistema asiático-oriental estava baseado em uma extensão universalista da filosofia confuciana. Uma importante característica organizava a relação entre agentes nessa lógica: o respeito e a manutenção de uma ordem social hierárquica. Nesse sentido, a sociedade humana deve ser ordenada segundo linhas hierárquicas, que quando compreendidas e colocadas em prática levariam às maiores virtudes da reprodução dessa lógica, o prevalecimento da estabilidade, ordem e paz em toda a comunidade.

Esse sistema de governo confuciano considerava que todos os homens, incluindo o imperador da China, todas as comunidades e o mundo como um todo, estavam sujeitos a vontade do 'Céu'. Os governantes da China, ao aderirem a esse princípio da vontade do 'Céu', poderiam comandar a nação através do 'mandato do céu', o que dava-lhes o título de 'Filho do Céu'. O governante deveria governar com benevolência, e assim a sociedade tenderia a aderir a vontade celestial e respeitaria o elevado papel e posição social do imperador. Este último estava no topo hierárquico dessa ordem e sua superioridade se justificava pela sua única função, a de manter a ordem e a harmonia entre a sociedade humana.

Sendo assim, a relação entre os estados asiáticos-orientais e a ordem sinocêntrica se guiavam pela lógica hierárquica proveniente dos pensamentos de Confúcio. A hierarquia observada dentro de uma família chinesa, japonesa ou coreana, também era respeitada nas relações entre os estados. Os países do

¹⁹ Aqui utilizamos o conceito de suserania e vassalagem - conceitos criados e utilizados na história europeia - como termo análogo para a descrição da relação entre os países asiáticos. Por não encontrarmos termos que descrevam melhor o tipo de relação estabelecida entre os povos asiático-orientais, optamos pelos conceitos aqui usados.

sistema sinocêntrico poderiam ser vistos como uma família, onde os membros deviam prestar reverência ao mais velho e sábio, e deveriam cumprir o *kowtow*²⁰ para confirmar a relação hierárquica. Em contrapartida ao reconhecimento da hierarquia vigente e da condição de 'vassalos'²¹, os países recebiam privilégios comerciais com o centro, o que alimentava as trocas entre as nações da região.

No contexto europeu, as frequentes guerras no continente alicerçaram a formação de estados nacionais competidores, com capacidades similares em um cenário de disputa permanente pelo poder, o que levava a um recorrente deslocamento do papel de líder regional entre essas unidades. Na Ásia Oriental os estados competiam sim entre si, mas a natureza da competição era bastante distinta da europeia, e a China sempre ocupou uma posição central, o que estado algum na Europa conseguiu por longo tempo.

A existência de um sistema comercial e tributário centrado na China fornecia a este último uma base para mediar relações entre estados e articular hierarquias com recurso mínimo à guerra quando comparado à dinâmica europeia. O equilíbrio de poder, típico da dinâmica europeia pós-westphaliana, não existiu na Ásia Oriental, o motivo é que nessa última região não havia equilíbrio de poder para se institucionalizar.

Ao se comparar a Europa e a Ásia Oriental a partir do século XVI, as relações interestatais eram notavelmente pacíficas na última. Houve exceções, como a tentativa de dominação japonesa sobre a península coreana na última década do século XVI, assim como as campanhas militares chinesas no sul do Vietnã ao final do século XVIII, mas foram exceções e não a regra.

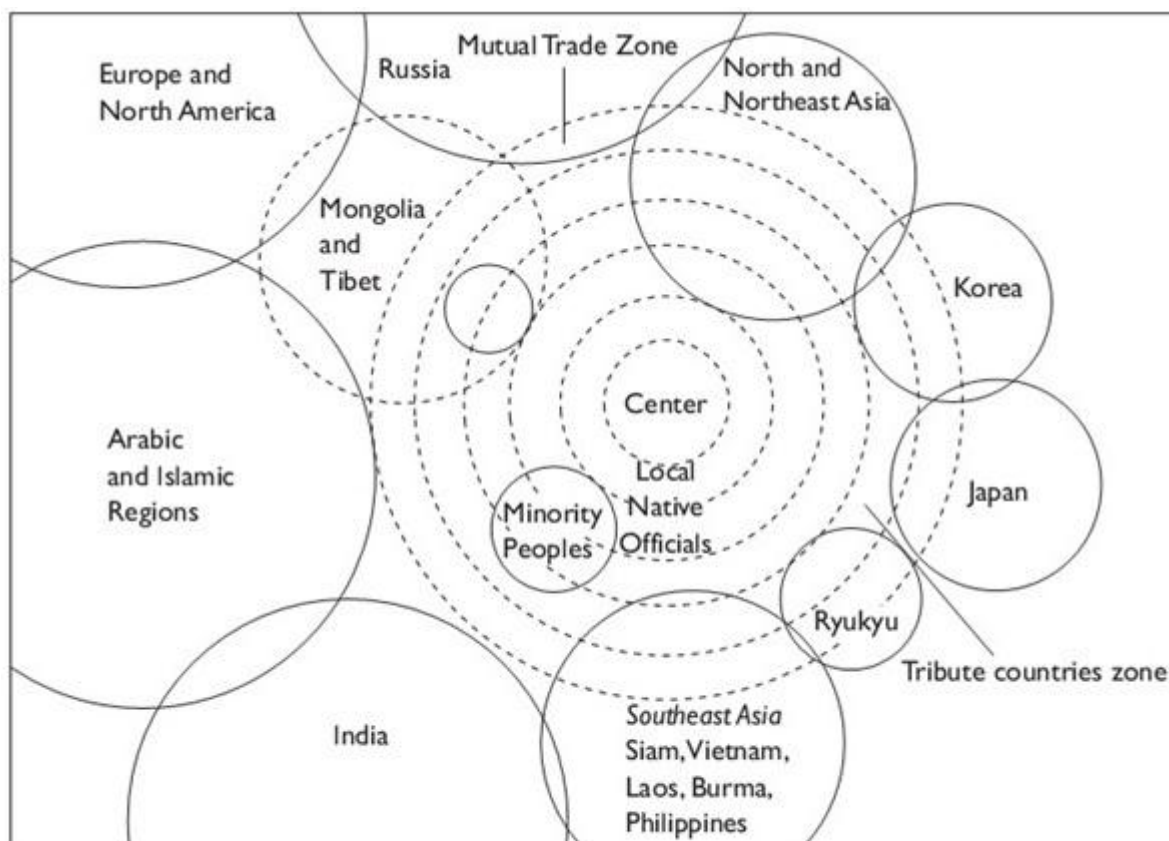
É impossível ignorar o papel que o comércio transfronteiriço teve como propriedade da interação entre os povos asiático-orientais. Para os autores houve um sistema sinocêntrico na Ásia Oriental, cujo peso econômico no mundo tem sido grosseiramente subestimado, ou mesmo o seu reconhecimento é raro, o que causa uma séria deficiência aos estudos sobre o papel da Ásia no desenvolvimento global. Alguns autores como Takeshi Hamashita e Giovanni Arrighi iniciaram esforços para diminuir essa séria deficiência. (FRANK, 1998).

²⁰ Ritual realizado perante o imperador chinês no qual o indivíduo se ajoelha e toca a testa no chão em sinal de reverência.

²¹ No sistema asiático-oriental, o termo estado vassalo significava apenas estar abaixo na hierarquia social e ditava somente as relações com o império chinês. (SUZUKI, 2009, p.38)

Frank (Ibid) aponta que houve uma duradoura relação bilateral entre a China e a Ásia Central, e trilateral entre China, Coréia e Japão. A partir das regiões costeiras chinesas, seus contatos também se estendiam ao sudeste asiático e ao arquipélago de Ryukyu – atual província japonesa de Okinawa. Esse sistema é exemplificado com a ideia de círculos concêntricos – representados na Figura 3 –, com a China ocupando o círculo central, e países e regiões formando os círculos próximos, como Coréia, Japão e o Sudeste Asiático. Nota-se que os círculos à direita estão com uma área de intersecção muito maior, dado o maior contato, este seria o sistema interestatal asiático-oriental. Porém, o autor aponta que as fronteiras desses círculos e do sistema eram porosas e incertas. (Frank, 1998, p. 129-130)

Figura 3: Mundo sinocêntrico e relações inter-regionais na Ásia



Fonte: Adaptado de Takeshi Hamashita, *Network Power. Japan and Asia* (Ithaca: Cornell University Press, 1997), p.122. apud ARRIGHI et. al., 2003, p. 6.

Os diferentes domínios unidos pelo sistema tributário comercial centrado na China eram próximos o bastante para se influenciarem, mas distantes o suficiente para assimilar ou serem assimilados. O sistema tributário-comercial proporcionava

uma estrutura simbólica de interação político-econômica mútua, frouxo o suficiente para dotar os seus componentes periféricos de uma considerável autonomia em relação ao centro chinês. Assim, estados como o Japão e o Vietnã eram membros periféricos do sistema chinês, mas também eram concorrentes da China ao exercerem o título de impérios e também possuírem um imperador. O Japão estabelecia uma relação do tipo tributário com o reino de Ryukyu (o conjunto de ilhas do qual Okinawa é parte), e o Vietnã com o Laos. Segundo Arrighi et. al. (2003, p. 169), há inclusive a possibilidade de ter havido um arranjo organizacional dentro da Ásia Oriental que torna possível pensar na existência de um sistema político asiático-oriental multicêntrico, ao menos em relação a China e Japão.

O desenvolvimento de uma economia de mercado na China foi muito mais intenso do que em qualquer estado europeu, como os autores apontam, a grande diferença foi a ausência de determinadas organizações e instituições financeiras que floresceram na Europa moderna e que promoveram o desenvolvimento capitalista comercial. No continente europeu a necessidade de financiar os gastos de guerra promoveu a aproximação complexa entre mercadores e governos, diferente do que houve na China. O estado chinês dependia muito menos dos mercadores para financiar seus gastos, o que evitou o estreitamento das relações²². Outro ponto importante, a autoridade chinesa temia as potenciais consequências perturbadoras da riqueza concentrada em algumas famílias ou organizações²³. Portanto, o comércio transfronteiriço tinha uma regulação maior na Ásia Oriental²⁴, visando impedir que organizações privadas poderosas pudessem determinar os rumos da nação.

Houve uma tendência oposta entre os dois sistemas nos séculos XVIII e XIX. Durante esse período um crescente número e variedade de estados e organizações empresariais europeias construíram impérios comerciais ultramarinos de crescente escala e sofisticação. Além de se expandir de forma mais rápida, ocorreu também uma divisão do trabalho entre as Américas e a Europa. Essa última se especializou

²² A comparação entre o desenvolvimento do capitalismo na Ásia e na Europa merece consideração mais profunda nas obras de Arrighi et. al. (2003) e Gunder Frank (1998).

²³ Arrighi et. al (2003, p.281-284) inclusive menciona as medidas da autoridade chinesa em diminuir o poder comercial marítimo do regime Zheng de Taiwan, para que não houvesse ameaças ao poder central.

²⁴ Houveram momentos de fragilidade institucional do estado chinês em que a regulação do comércio e tributos tornaram-se instáveis, mas de uma perspectiva geral, a regulação era uma característica presente.

em economia de trabalho, no uso da terra e energia intensivas. Os estados da Ásia Oriental, em contraste, não apresentaram tendência alguma para construir impérios comerciais ultramarinos. Pelo contrário, o comércio entre os países dessa região diminuiu a partir do século XVIII e no momento da maior aproximação dos europeus, em meados do século XIX.

Através dos dados e informações fornecidos nas obras de Arrighi et. al. e Gunder Frank, constata-se que o comércio marítimo, a tecnologia de navegação, as técnicas de plantio, entre outros fatores, floresceram na Ásia de forma igual ou superior à Europa. Medidas tomadas pelas dinastias Ming (século XIV a XVII) e Qing (século XVII a XX) resultaram em uma notável paz, prosperidade e crescimento demográfico durante o século XVIII²⁵.

That is, all available estimates of world and regional population, production, and income, as well as the discussion above on world trade, confirm that Asia and various of its regional economies were far more productive and competitive and had far and away more weight and influence in the global economy than any or all of the "West" put together until at least 1800. If this was not due only to Asia's greater population, as its ratios of population to production and its per capita income figures show indirectly and inferentially, how was this possible? Part of the answer lies in ample direct evidence on Asia's greater productivity and competitiveness in the world economy [...]. Moreover, Asia's preeminence was also rendered possible by technology and economic institutions [...].²⁶ (FRANK, 1998, p.174)

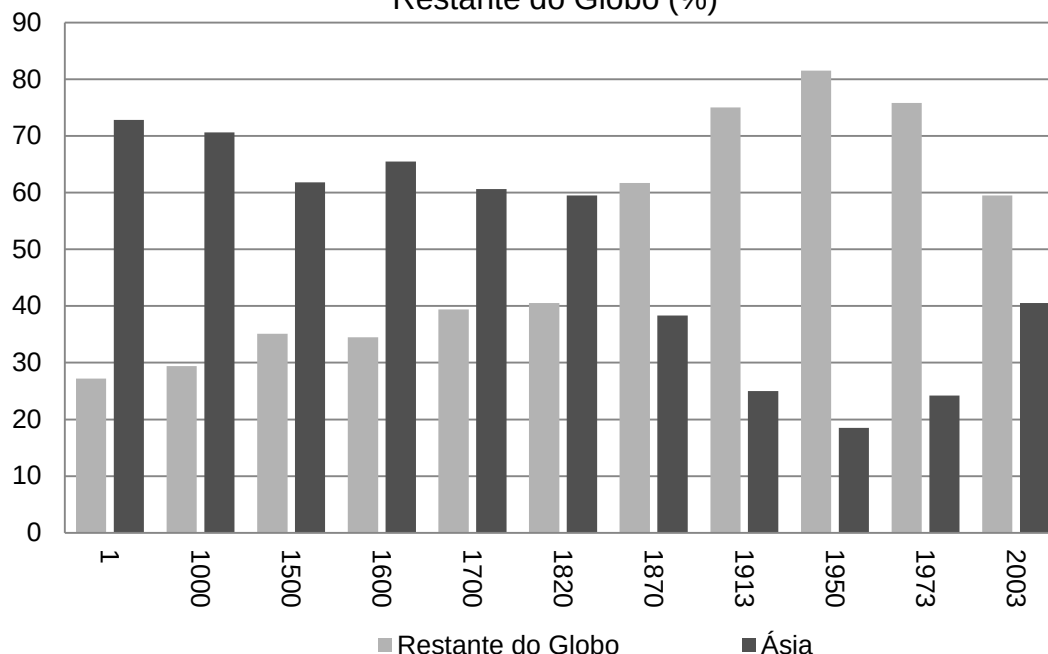
Entre os séculos XVI a meados do XVIII, três quartos da prata produzida nas Américas se dirigia a China, produto das exportações chinesas, como a seda, porcelana e chá. A China era a pia final do dinheiro do mundo. Em termos de economia mundial, ao menos durante três séculos – do XV ao XVIII – praticamente a única *commodity* que a Europa produzia e exportava era dinheiro, e isso graças a suas colônias na América. É bastante claro o fato de que a Europa não era um

²⁵ Acreditamos que seja interessante observar a tabela sobre evolução demográfica que se encontra em anexo, assim como os mapas das principais rotas comerciais por regiões, e das principais rotas do globo e o fluxo da prata.

²⁶ Ou seja, todas as estimativas disponíveis da população mundial e regional, produção e renda, bem como a discussão acima sobre o comércio mundial, confirmam que a Ásia e várias de suas economias regionais eram muito mais produtivas e competitivas, tinham de longe mais peso e influência na economia global do que qualquer ou a totalidade do "Ocidente" junto até ao menos 1800. Se isso não se deveu apenas à maior população da Ásia, como seus índices de população à produção e seus valores de renda per capita mostram indiretamente e inferencialmente, como isso foi possível? Parte da resposta está em ampla evidência direta na maior produtividade e competitividade da Ásia na economia mundial [...]. Além disso, a proeminência da Ásia também foi possibilitada pela tecnologia e instituições econômicas [...]. [Tradução nossa]

centro industrial em termos de exportação para o restante do mundo. (FRANK, 1998, p. 177, 283, 356-357)

Figura 4: Percentual do PIB Mundial dividido entre Ásia e Restante do Globo (%)



Fonte: MADDISON, Angus. *Contours of the World, 2007*.

Como demonstrado no gráfico acima, segundo os dados fornecidos por Maddison²⁷, a Ásia foi responsável por uma grande parcela do PIB mundial até meados do século XIX. A mudança em meados do século se deu em um momento de expansão do poder britânico, do sucesso da revolução industrial, e da utilização de tecnologias para as forças armadas – como o navio a vapor. É nesse período também que as potências ocidentais, competindo e cooperando entre si, começam a forçar sua entrada e domínio na Ásia.

É válido lembrar que apesar de reconhecer o direito à soberania entre os estados europeus a partir de Westphalia, tal princípio não foi utilizado no tratamento com as nações não-europeias. Ao estender seu alcance sobre outras regiões, os estados europeus criaram uma divisão entre metrópole e colônias incomparável. Quando se compara ao sistema sinocêntrico, este se mostrou muito mais sofisticado do que a simples polaridade de colonizador e colonizado, pois era um sistema que abrangia muitos participantes que se situavam em diferentes distâncias do centro.

²⁷ A tabela que nos baseamos para traçar o gráfico da Figura 4 encontra-se em MADDISON, 2007, p.381. A divisão em Ásia e Restante do Globo foi utilizada apenas para mostrar o peso da economia asiática na formação do PIB mundial. Quando nos referimos a Ásia, trata-se de China, Índia, Japão, outros estados do leste e do oeste da Ásia, conforme nomenclatura utilizada por Maddison.

As nações haviam se conectado sem grandes interferências políticas no meio doméstico do outro. (Arrighi et. al. 2003, p.58)

O desenvolvimento dos estados europeus se baseou em ciclos de auto-reforço de suas organizações militares, que impulsionaram o sucesso de expansão política e econômica sobre o mundo, o qual forneceram recursos para novos ciclos. Algo do tipo não ocorreu na Ásia, não se via razões para sustentar uma corrida armamentista e enfatizar uma competição entre os estados, uma vez que esses estavam focados no âmbito econômico doméstico e os benefícios mútuos de um sistema de trocas entre as nações da região. Como aponta Suzuki (2009), a manutenção do sistema asiático-oriental está além do alcance das explicações da política internacional puramente baseada em poder.

O foco em políticas voltadas ao âmbito doméstico da China dos Qing e do Japão dos Tokugawa deixou um vazio político nos mares do leste e sudeste asiático, a frota marítima existente era quase toda privada e desmilitarizada. Tal vazio foi preenchido por estados, companhias e comerciantes europeus que subordinaram os comerciantes locais. O declínio das inovações e da construção naval na região coincidiu com um processo contrário na Europa. (ARRIGHI et. al., 2003, p.285)

O progresso das ciências na Europa ocorreu em contexto de guerra generalizada, de fragmentação de estados e conflitos sociais, com poucos efeitos para se construir governos estáveis. Havia um contraste entre os dois sistemas, por um lado a Ásia Oriental se caracterizava pela paz e governos estáveis, enquanto na Europa predominava a guerra e o progresso científico. Essa foi uma divergência fundamental nos cursos entre as duas regiões. A competição interestatal europeia não só impulsionou uma transformação capitalista no sistema europeu, mas também levou à sua globalização.

Os ciclos de auto-reforço, em seu limite, resultam na incorporação do sistema regional asiático-oriental para dentro das estruturas do sistema globalizante europeu. No curto e médio prazo, os impactos dessa incorporação foram bastante perturbadores para a Ásia Oriental, porém, no decorrer do século XX a região passou por um renascimento econômico possível pela incorporação de técnicas do sistema europeu e pelo desenvolvimento técnico próprio.

Até o século XV, quando se iniciam as navegações europeias, o sistema europeu era uma parte, um componente, caótico e periférico na economia global,

que se centrava principalmente na Ásia. Durante os séculos XVI e XVII, nação alguma conseguira criar dentro de seus domínios uma economia nacional comparável à complexidade, tamanho e prosperidade da economia chinesa. No século XIX, porém, o poder baseado em uma pequena ilha, a Grã Bretanha, conseguiu virar a mesa, incorporar vastos territórios e colocar a China em um plano periférico da economia global. Em meados do século XIX, o sistema europeu viria a envolver todo o mundo, reduzindo o sistema sinocêntrico a um subsistema regional de uma economia global centrada na Europa.

Partindo para a relação bilateral entre China e Japão, até o século XIX – de maneira bastante resumida –, pode-se argumentar que embora houvesse uma competição entre os dois países enquanto o sistema sinocêntrico predominava, a relação não foi afetada por nenhum conflito ao nível dos países europeus. Havia a competição, mas não ao estilo bélico e militarista semelhante ao europeu. Pode-se dizer que a relação entre os dois países havia sido extremamente positiva. Como muitos dos países da Ásia Oriental, o Japão foi fortemente influenciado pela cultura chinesa. A introdução da escrita chinesa, do confucionismo e do budismo, no século VI, aproximou os dois povos e foi um dos pilares de construção da sociedade e da cultura japonesa.

[...] a chegada do budismo [de tipo chinês] ao território japonês foi um dos principais responsáveis pelas transformações, inclusive as políticas. [...] Essa crença os conduziu por um caminho até então desconhecido, que é o contato direto e estreito com a cultura chinesa. [...] Mais para frente [...] o Japão recebeu missionários e peregrinos enviados pelo próspero governo chinês [...] As elites japonesas, num primeiro momento, adotam de bom grado técnicas e modas da China - da escrita à pintura na seda, da fabricação de papel à astronomia, da arquitetura e do planejamento urbano ao sistema de defesa de costas, do regime fiscal à adoção de moeda, de formas de administração ao cerimonial da corte, além de penteados, roupas e gestos, dança e música [...], estilos poéticos são adaptados ao idioma japonês. No século VII, japoneses enviados à China para aprender ciências (especialmente Medicina) e artes chinesas voltam com fascinantes relatos dos sucessos da economia e da política do vizinho do continente. O governo japonês também trata de organizar trocas regulares, incluindo viagens comerciais anuais à China, e os empréstimos culturais e tecnológicos aumentam. [...] O estilo de governo chinês, com o poder mais centralizado, também pareceu atraente aos poderosos do reino Yamato no final do século V. Esse estilo foi considerado mais conveniente naquela etapa em que a autoridade imperial estava se impondo e se sobrepondo à dos clãs sociais. (SAKURAI, 2008, p.67-70)

É claro que, com o passar do tempo, os costumes chineses levados ao Japão foram internalizados e adaptados a uma maneira japonesa, o que deu um caráter mais singular a tais práticas. Porém, é inegável que esse intercâmbio cultural é uma prova da ligação histórica positiva que os dois povos possuem entre si²⁸.

1.3. O choque entre os dois sistemas

O encontro entre os dois sistemas regionais – europeu e asiático-oriental – produziu grande impacto na estrutura da interação entre as nações da Ásia Oriental, levando a lógica conflituosa que imperava na Europa a uma região que até então se mostrara bastante estável e pacífica. A quebra dessa estabilidade seria fruto da incorporação das ideias levadas pelos europeus, sobretudo de corrida armamentista e expansão territorial, duas características básicas do sistema interestatal europeu. A demonstração clara desses efeitos viria ao final do século XIX, a partir da Primeira Guerra Sino-Japonesa, em 1894-1895.

É importante apontar que durante a expansão europeia, as potências apoiadas em sua força militar estavam dispostas a impor seus código de conduta diplomática e seus padrões de organização institucional estatal aos países não europeus. Esse “código de conduta”, segundo Suzuki (2009, p.13), era conhecido como “padrão de civilização”, e era esperado de um estado “civilizado”,

[...]to protect the life, rights and property of foreign nationals; possess an organized political bureaucracy with some efficiency in running the state machinery, and with some capacity to organize for self-defence; adhere to international law; provide channels for diplomacy; and conform to the accepted norms and practices of the “civilized” international society.²⁹ (SUZUKI, 2009, p.13)

Tal autor ainda argumenta que além de buscar proteger as propriedades de ocidentais pelo restante do globo, o “padrão de civilização” era um meio de determinar quais países mereciam reconhecimento legal e de personalidade jurídica do direito internacional – baseado nas formulações ocidentais –, além de fornecer uma justificativa teórica para limitar o reconhecimento de direitos aos países não

²⁸ Na obra *Articulating the Sinosphere: Sino-Japanese Relations in Space and Time*, de Joshua Fogel (Harvard University Press, 2009), pode-se encontrar documentos que enumeram as missões diplomáticas japonesas estabelecidas na China durante as dinastias Tang e Ming.

²⁹ [...] para proteger a vida, direitos e propriedade de estrangeiros; possuir uma burocracia política organizada com alguma eficiência na gestão da máquina do estado, e com alguma capacidade de organização para auto-defesa; aderir ao direito internacional; fornecer canais para a diplomacia; e respeitar as normas e práticas aceitas da sociedade internacional “civilizada”. [Tradução nossa]

europeus. Os estados que almejassem a proteção das normas e instituições do direito na ordem internacional europeia, deveriam estar de acordo com os “padrões de civilização” e serem aceitos como “civilizados” pelos membros já “civilizados”. (Ibid)

Como Suzuki ressalta (2009, p.86), quando houve o encontro entre os dois sistemas, Japão e China encontraram e absorveram as normas do sistema europeu que só se aplicavam aos estados “civilizados”. Os dois países observaram a existência de um sistema de “duas faces” – *Janus-faced* –, e acumularam conhecimento das regras que governavam a interação entre os estados “civilizados” e as regras que conduziam a interação entre os estados “civilizados e incivilizados”. As elites políticas asiáticas começaram a entender que a soberania dos estados europeus tendia a ser respeitada por suas contrapartes europeias, mas não a das nações não-europeias. Isso acontecia devido a dualidade e a utilização de um “padrão de civilização” do sistema europeu; mas como aponta Suzuki, as elites chinesas e japonesas tiveram uma dificuldade inicial em reconhecer essa dualidade, uma vez que tal sistema parecia contraditório e hipócrita aos seus olhos. A reação inicial dos dois países depois de seu encontro com a ordem internacional europeia dominante foi uma sensação de elevada insegurança, visto a coerção para o qual as potências europeias recorriam nos momentos de expansão.

As elites políticas asiáticas notaram uma contraditória tensão dentro do propósito moral do sistema europeu westphaliano: a lógica deveria apontar para a tolerância e convivência, mas antes disso vinha a demanda menos tolerante por “homogeneidade”, na forma da exigência de um “padrão de civilização”, da necessidade de ser julgado como “civilizado” para ter seus direitos reconhecidos. Chineses e japoneses chegaram a essa conclusão ao observar que certos tipos de estados eram tratados de uma maneira diferente à dispensada aos asiáticos. O fundamental, então, foi entender quais características esses estados compartilhavam, e o que era necessário para que China e Japão se qualificassem para que fosse concedido a eles o modo mais cooperativo de interação, uma inclusão no modo de interação entre estados “civilizados”. China e Japão reconheceram que havia um “critério” para se qualificar a uma forma diferente de interação, e os dois países submeteram-se a um esforço para discernir qual era esse “padrão”, e ganhar a adesão legítima ao grupo de “civilizados” de acordo com o

sistema europeu. As duas nações asiáticas se empenharam então em um processo de socialização dentro dessa ordem europeia que passou a ser vigente. (SUZUKI, 2009, p.101-103)

O processo de adaptação, tanto na China quanto no Japão, seguiu passos iniciais semelhantes, mas devido a suas diferentes posições hierárquicas no antigo sistema asiático-oriental, acabaram tomando cursos diferentes. Naquele momento, os asiáticos tinham a percepção de que o poder dos estados europeus era resultado de sua riqueza e de seu poderio militar, por isso esses tinham direitos que os protegiam de invasões e intervenções. De certa forma, China e Japão buscavam adquirir credenciais que também lhes conferissem tais direitos, e por testemunharem a face coercitiva das potências europeias, a ênfase em aumentar o poder do estado era bastante clara.

Na China dos Qing, reformas pontuais foram introduzidas, como nas instituições diplomáticas e na busca por estabelecer o setor de indústria pesada. Porém, a China havia sido por séculos o centro nervoso de um sistema regional, e o determinante das normas sociais desse sistema, o que acabou por dificultar a aceitação de uma nova ordem internacional. Para a elite chinesa, os “incivilizados” eram os europeus, pois se diziam “civilizados” e invadiam o território de outros países. Essa característica dual, entre discurso e ação, das potências europeias criou resistência nas elites chinesas de enxergarem o modelo de organização europeu como modelo ideal a emular. Os chineses estavam seguros de sua identidade, o encontro com os europeus balançou sua crença na superioridade, mas continuaram considerando-se igualmente, se não mais, civilizados do que os europeus.

Suzuki (2009, p. 137) ressalta que no caso japonês de adaptação ao sistema europeu, é difícil determinar se a liderança política estava modernizando o país segundo o modelo europeu por razões instrumentais – como maneira de afastar o perigo de invasão pelas potências europeias – ou porque a liderança realmente admirava o desenvolvimento europeu. A elite política japonesa entendeu que a única maneira de se ver livre da violência europeia seria igualar-se a tais estados em termos de “civilização” daquela nova ordem. A partir da Restauração Meiji (1868), o Japão deu início a emulação do modelo europeu de estado, quanto às suas funções e organização institucional.

Como aponta Suzuki (2009, p. 138), a rápida adaptação japonesa à nova ordem internacional teve alguns facilitadores. Sua menor extensão territorial teria facilitado a implementação de reformas, enquanto os líderes chineses tinham que difundir-las por um vasto território. Os insucessos chineses na negociação com as potências europeias e a atitude agressiva desses últimos, teriam alertado os líderes japoneses para a necessidade de reformas, visto que mesmo o centro do antigo sistema não resistira a coerção dos europeus. Um fator determinante para a adaptação japonesa, a liderança Meiji havia deposto um regime feudal, e seus membros provinham de diversos segmentos da elite tradicional, e um caráter reformista estava presente na nova liderança. A elite política chinesa estava ainda trabalhando dentro dos limites institucionais do estado tradicional chinês, que havia fundamentado o sistema sinocêntrico³⁰. Além disso, haveria sim um ponto ideológico nas reformas japonesas: a possibilidade de subir na hierarquia e tornar-se centro da Ásia. Portanto o Japão se adaptara internamente e externamente, reformas institucionais buscaram acabar com as estruturas do antigo sistema asiático-oriental. É claro que havia oposição a adaptação ao novo modelo expansionista e militarista, mas sem força suficiente para se opor aos rumos das reformas.

In the days when Japan was engaging in peaceful arts, the Westerners used to think of it as an uncivilized country. Since Japan started massacring thousands of people in the battlefields of Manchuria, the Westerners have called it a civilized country [...] if we have to rely on the odious glories of war to become a civilized country, we should happily remain barbarians.³¹ (TENSIN, Okakura; apud. SUZUKI, 2009, p.175)

O choque entre China e Japão no final do século XIX foi fundamentalmente o choque entre duas ordens internacionais, curiosamente representado pelo conflito entre duas nações que até pouco tempo faziam parte do mesmo sistema. Esse choque entre ordens já era claro, como nas palavras do ministro de relações exteriores japonês no período do conflito entre os dois países (1894-1895),

[...]whatever form the quarrel [between China and Japan] might take
[...] it was patently clear to all that the real cause of friction would be

³⁰ Henry Kissinger, em sua obra *"Sobre a China"*, descreve de maneira bastante esclarecedora as estratégias chinesas para lidar com os ocidentais e suas falhas.

³¹ Nos tempos em que o Japão se engajava em artes pacíficas, os ocidentais costumavam pensar nisso como um país incivilizado. Desde que o Japão começou a massacrar milhares de pessoas nos campos de batalha da Manchúria, os ocidentais o têm chamado de um país civilizado [...] se nós temos que contar com as odiosas glórias da guerra para nos tornarmos um país civilizado, devemos alegremente permanecer bárbaros. [Tradução nossa]

a collision between the new civilization of the West and the old civilization of East Asia.³² (MINEMITSU, Mutsu; apud. SUZUKI, 2009, p.175)

Quanto mais internalizado o modelo europeu se tornou no Japão, mais o país passou a enxergar seus vizinhos asiáticos como “atrasados”, e ver a si mesmo como responsável por levar a “civilização” até eles. A Primeira Guerra Sino-Japonesa marcou uma bifurcação de caminhos entre Japão e China, e deu início ao período de conflitos e afastamento que levou a caracterização dos dois países como “inimigos históricos”. O resultado da Guerra Sino-Japonesa foi a indicação de um governo coreano favorável ao Japão, e a assinatura do Tratado de Shimonoseki³³ (1895), em que a ilha de Taiwan passava para a posse do Japão. Era o início do expansionismo japonês e da rivalidade com a China, que se agravou no decorrer do século XX.

Essa ordem internacional dominada pela lógica europeia tinha o imperialismo como seu componente intrínseco. Para Suzuki (2009, p.174), o Japão foi perpetrador e vítima do imperialismo. Visando escapar da ameaça europeia, o país se “socializou” com o modelo europeu e internalizou suas práticas ao invés de rejeitá-las. Melhorar o status japonês nessa ordem europeia foi um dos objetivos para que o país fosse aceito no “clube dos civilizados”, portanto o país precisava aumentar seu prestígio. Uma vez que o prestígio é um fenômeno social, que só pode ser conferido pelos pares sociais, o país só o conseguiria estando de acordo com as normas e práticas do modelo vigente. Alcançar o prestígio dos estados europeus significava ser aceito como “civilizado”. *“Civilization and empire were two sides of the same coin.”*³⁴ (Ibid)

Portanto, a Guerra Sino-Japonesa foi um subproduto da expansão do sistema europeu. A primeira metade do século XX na Ásia oriental pode ser caracterizada como o período de expansão japonesa. A partir das vitórias sobre a China, em 1894-1895, e na Guerra Russo-Japonesa, 1904-1905, o Japão teria caminho livre para expandir sua área de dominação, e utilizou de uma política coercitiva para subjugar

³² [...] independente da forma que a disputa [entre China e Japão] pudesse tomar [...] era patentemente claro para todos que a verdadeira causa do atrito seria uma colisão entre a nova civilização do Ocidente e a antiga civilização da Ásia Oriental. [Tradução nossa]

³³ O texto na íntegra do Tratado de Shimonoseki de 1895 pode ser encontrado no seguinte domínio: <<http://www.taiwandocuments.org/shimonoseki01.htm>>.

³⁴ Civilização e império eram dois lados da mesma moeda. [Tradução nossa]

Ao comparar e demonstrar o funcionamento das lógicas dos dois sistemas mencionados acima, podemos chegar a conclusão que havia considerável diferença no caráter da interação entre os estados nas duas regiões. Portanto, a lógica europeia, hoje propagada como um padrão de interação, é resultado de características regionais próprias. Acreditamos que o estudo da história da formação das nações e das diferentes regiões seja essencial nos estudos da disciplina de Relações Internacionais. Para entender uma relação bilateral, como a sino-japonesa, é necessário conhecer a história da interação entre os dois países, para que não se tire conclusões precipitadas ao se basear em modelos de interação universalistas.

Os estudos sobre a Ásia ganharam um novo fôlego a partir da década de 1970, quando a Ásia Oriental iniciou um ciclo de excepcional crescimento. Uma região que esteve sob o domínio europeu e tornara-se periférica, que devido às influências euro-americanas esteve envolvida no caos de meados do século XIX a meados do XX. Nesse período a China havia se tornando um dos países mais pobres do mundo, o Japão um “súdito” norte-americano, e posteriormente uma região envolvida no jogo da Guerra Fria. Essa mesma região, no final do século XX – em um período relativamente curto desde seu declínio – mostrou que havia conseguido transpor essas dificuldades, construído uma densa rede comercial e produtiva, e aumentado seu peso na economia global consideravelmente, lançando questões sobre a preponderância política e econômica da Europa e dos EUA sobre o globo. Para Arrighi et. al. (2003) essa nova ascensão asiática-oriental ainda deve ser entendida melhor, mas certamente está relacionada com o seu passado anterior a chegada dos ocidentais.

A consideração da existência de tensões entre realidades históricas e diferentes compromissos normativos que regeram a interação entre estados, são fatores que não podem ser ignorados dentro do estudo e do entendimento da evolução do sistema internacional. Ao nos dedicarmos a observar apenas um lado da face do sistema internacional, o modo coercitivo de interação, optamos por estreitar nossas análises interpretativas, o que impossibilita a construção de estruturas teóricas que realmente compreendam de maneira mais ampla a política internacional. A ampliação do escopo analítico só é possível se conseguirmos escapar dos parâmetros intelectuais de explicações convencionais ao sistema europeu.

CAPÍTULO 2. A INTERAÇÃO ENTRE ESTADOS E AS INTERPRETAÇÕES DA ANARQUIA SEGUNDO A LÓGICA DE ALEXANDER WENDT

Acreditamos que a explanação elaborada no capítulo anterior, no tocante a evolução das relações entre os estados em dois diferentes sistemas regionais, seja importante para nosso propósito em argumentar que antes de se partir para uma análise do sistema internacional, a interação entre agentes – estados – que formam o sistema deve ser analisada. Através daquela explanação também podemos apontar que a “cultura de anarquia”³⁶ de um sistema internacional é reflexo, em parte, das relações entre os agentes que compõem esse sistema.

Para elaborar esse capítulo, buscamos fazer um recorte teórico na obra *Social Theory of International Politics*, de Alexander Wendt. Como o próprio autor aponta em sua obra, o interesse em sua teorização não é desenvolver uma teoria que explique a política externa dos estados, mas buscar explicar o funcionamento da política internacional em um sentido amplo, na esfera do sistema internacional. Uma vez que nosso trabalho tem por objetivo analisar a relação entre dois estados, nos dedicaremos a trabalhar com apenas uma parcela do raciocínio de Alexander Wendt, com alguns pressupostos que acreditamos que sejam bastante úteis para a observação de relações bilaterais.

2.1. O estado como principal ator e o sistema internacional

Em primeiro lugar, seguimos a lógica de Wendt, e trabalhamos com o entendimento de que estado é o principal ator nas relações internacionais. Os estados são escolhidos como agentes de análise na política internacional, porque são a forma dominante de subjetividade na política mundial contemporânea, ainda são o principal meio pelo qual a violência é projetada no sistema internacional, e as mudanças nesse meio ocorrem em última instância através dos estados. Nesse sentido, os estados ainda estão no centro do sistema, “and as such it makes no more sense to criticize a theory of international politics as ‘state-centric’ than it does to criticize a theory of forests for being ‘tree-centric’.”³⁷ (WENDT, 1999, p.9)

³⁶ Conceito de Wendt que será explicado mais adiante.

³⁷ E como tal, não faz mais sentido criticar uma teoria de política internacional como ‘estado-cêntrica’ do que criticar uma teoria de florestas por ser ‘árvore-cêntrica’. [Tradução nossa]

Wendt defende que é necessário aceitar a suposição de que os estados são agentes com características mais ou menos humanas: eles possuem intencionalidade, racionalidade, interesses, etc – os estados são realmente agentes. Essa atribuição de “agente corporativo” dado ao estado é um fato reconhecido legalmente pelo direito internacional – no reconhecimento de sua personalidade legal –, e é através dela que a política internacional funciona. Tomadores de decisões, como governantes, frequentemente falam em termos de interesse nacional, responsabilidades, racionalidade, e assim por diante, e é através desse tipo de discursos que os estados constituem a si e outros como agentes. (Ibid. p.8-10)

Como uma associação humana, basicamente, o estado raramente se encontra em completo isolamento e independente do meio internacional. Uma vez que os estados reconheceram o princípio do direito a soberania, esse reconhecimento reforça o caráter estado-cêntrico do sistema internacional do qual tais agentes são parte: um sistema de estados – estados no plural. Nesse sistema internacional, os estados são o núcleo uma vez que estes constituem as entidades distintas sem o qual um sistema “inter/entre” nacionais não poderia existir.

No sistema internacional contemporâneo, a autoridade política é organizada de maneira diferente interna e externamente aos estados: dentro do estado a autoridade é vertical (hierárquica), entre os estados essa autoridade política é horizontal (anarquia). Isso se deve, em parte, devido a instituição da soberania nacional, em que os estados reconhecem uns aos outros como tendo autoridade política exclusiva dentro de determinados territórios. Uma vez que o espaço político global está organizado dessa maneira, os estados vão se comportar de maneira diferente quanto à sua sociedade doméstica e à sociedade que fazem parte no plano global, o meio internacional. No âmbito interno, os estados estão comprometidos por uma densa estrutura de regras que mantém seu poder perante a sociedade. No meio externo os estados estão comprometidos por um conjunto diferente de regras, que para Wendt seriam as culturas de anarquia.³⁸ (Ibid, p.13)

Aqui cabe fazer um esclarecimento sobre o conceito de soberania trabalhado por Wendt. No âmbito externo o conceito é caracterizado apenas como a ausência de qualquer autoridade externa maior do que os estados e o direito internacional.

³⁸ A ideia de culturas de anarquia será mais bem trabalhada adiante.

Em um sistema internacional hobbesiano, os estados podem reivindicar sua soberania externa, mas os outros podem não reconhecer tal direito. Em um sistema lockeano, porém, os estados reconhecem a soberania dos demais como um direito, como uma regra jurídica. A implicação dessa dinâmica lockeana, é que quando os estados reconhecem a soberania de outros, tendem a não conquistar um ao outro, não por insuficiência de poder, mas porque o reconhecimento implica uma disposição de “viver e deixar viver” (*live and let live*). (Ibid, p.209)

Wendt analisa o sistema internacional com base em duas estruturas: uma micro e outra macro. A microestrutura diz respeito às interações entre as unidades que compõem o sistema, portanto, os estados; enquanto a macroestrutura diz respeito ao sistema internacional como um todo. Essas duas estruturas possuem uma relação de caráter superveniente, em que a macro não é redutível a micro, mas a primeira necessita da última para existir, uma vez que aquelas só podem ser produzidas e reproduzidas a partir do comportamento e das interações na microestrutura: “*Macro structures need micro-structural foundations, and those foundations should be part of systemic theorizing.*”³⁹ (WENDT, 1999, p.150)

Isso nos leva a interpretação de que o sistema internacional não é um componente dado e estático, com características engessadas, uma vez que o caráter da interação entre os estados (microestrutura) não apenas influencia a lógica do sistema (macroestrutura), mas uma vez que esse último adquire uma personalidade, essa tem poder de influenciar nas interações entre as unidades.

O autor aponta que estruturas anárquicas no nível da microestrutura, ou da interação entre unidades, possuem caráter mais variável. Mas o que o autor questiona é se a anarquia cria uma tendência para todas as interações se realizarem em uma única lógica no nível macro.

Portanto, Wendt também trabalha com uma teoria sistêmica. Porém há várias teorias sistêmicas e a principal questão que as divide é a forma com que conceitualizam a estrutura do sistema internacional. Como lembra Wendt, a teoria neorrealista – com a qual debate em sua obra – oferece uma feição conceitual tão dominante que sua abordagem de teoria sistêmica por vezes acaba sendo confundida com a teoria sistêmica em si. Tal abordagem é caracterizada por um

³⁹ Macroestruturas precisam de fundações micro-estruturais, e essas fundações devem ser parte da teorização sistêmica. [Tradução nossa]

individualismo exacerbado, manifestado na analogia com a teoria econômica neoclássica proposta por Kenneth Waltz. A segunda característica indica que a estrutura do sistema internacional é definida como a distribuição de capacidades materiais, e a única variação dessa estrutura é constituída por diferenças materiais em polaridade – o número de grandes potências – sendo uma mudança estrutural possível apenas no âmbito da transição de polaridades. A terceira característica importante é a negligencia da interação internacional entre os estados. *“Individualism, materialism, and neglect of interaction form the core of Neorealist structuralism, and to many in IR this simply ‘is’ what a structural theory of international politics looks like.”*⁴⁰ (Ibid p.15-17)

2.2. O conceito de anarquia

O autor assume que a estrutura do sistema é anárquica, definida como a ausência de autoridade centralizada. É importante no pensamento de Wendt a ideia de que a anarquia é como um recipiente vazio, não tem uma lógica intrínseca; a anarquia só adquire lógica como uma função do que se coloca dentro dela. Portanto, essa estrutura pode variar e ter múltiplas lógicas. (WENDT, p.248-249)

The term “anarchy” itself makes clear why this must be so: it refers to an absence (“without rule”), not a presence; it tells us what there is not, not what there is. [...]What gives anarchy meaning are the kinds of people who live there and the structure of their relationships. [...] Anarchy is a nothing, and nothings cannot be structures. (WENDT, 1999, p.309)⁴¹

Para os autores da corrente realista – e neorrealista – o conceito de anarquia é sinônimo de um sistema de auto-ajuda (*self-help*). Wendt interpreta que essa auto-ajuda provem da preocupação dos estados com sua segurança, e não da anarquia do sistema. Para o autor, por vezes os estados agem de maneira egoísta e por vezes não, é importante salientar que aceitar essa variação pode mudar o entendimento da anarquia.

⁴⁰ Individualismo, materialismo e negligencia de interação formam o núcleo do estruturalismo neorrealista, e para muitos nas Relações Internacionais isso simplesmente ‘é’ o que uma teoria estrutural da política internacional parece. [Tradução nossa]

⁴¹ O termo ‘anarquia’ em si deixa claro por que isso dever ser assim: ele se refere a uma ausência (‘sem regra’), não uma presença; nos diz o que não há, não o que há. [...] O que dá significado à anarquia são os tipos de pessoas que ali vivem e a estrutura de suas relações. [...] Anarquia é um nada, e nada não podem ser estruturas. [Tradução nossa]

Para entender a teorização de Wendt, é necessário compreender que a estrutura social internacional, chamada de “cultura” de anarquia, depende do “conhecimento socialmente compartilhado” entre os estados. Wendt entende por “conhecimento” qualquer crença que um ator toma como verdade. Quando se refere a conhecimento socialmente compartilhado, trata de conhecimento que é comum e conectado entre os indivíduos, os estados.⁴² (Ibid, p.140-141)

As ideias, ou conhecimento, compartilhados formam a estrutura de um sistema anárquico. O autor propõe que podem existir ao menos três culturas: a hobbesiana, a lockeana e a kantiana, que se fundamentam em diferentes relações de papel – inimigos, rivais e amigos. Tais estruturas e papéis estão alicerçados em representações de *self* e *other* dos estados e suas práticas no cenário internacional. É importante especificar que o conceito de cultura utilizado nessa teorização é analiticamente neutro entre conflito e cooperação – ambos os tipos de relação são estruturas culturais, baseados no compartilhamento de ideias, “*being enemies can be as much a cultural fact as being friends*.”⁴³ (Ibid)

Culture takes many specific forms, including norms, rules, institutions, ideologies, organizations, threat-systems, and so on, but the discussion below concentrates on what they have in common as cultural forms. Finally, this perspective implies that culture is not a sector or sphere of society distinct from the economy or polity, but present wherever shared knowledge is found.⁴⁴ (Ibid, p.141-142)

O que Wendt busca é reconceitualizar como a estrutura internacional é formada. Para o autor tal estrutura é um fenômeno social, e não material como apontado pelos neorrealistas. Admitindo-se que a base da sociabilidade é o compartilhamento de conhecimento, isso leva a conclusão que a estrutura

⁴² A exemplificação de Wendt pode deixar tal concepção mais clara: “Before 1519, an Aztec might have “shared” a belief in slavery with a Spaniard, but those beliefs were no more connected than the fact that both individuals may have had blue eyes, and as such were not social. When I say “shared” I will mean socially shared.” (WENDT, 1999, p.141) / “Antes de 1519, um asteca pode ter ‘compartilhado’ uma crença na escravidão com um espanhol, mas aquelas crenças não eram mais ligadas do que o fato de que os dois indivíduos poderiam ter olhos azuis, e como tal não era social. Quando eu digo ‘compartilhado’ eu quero dizer socialmente compartilhado”. [Tradução nossa]

⁴³ Serem inimigos pode ser tanto um fato cultural como serem amigos. [Tradução nossa]

⁴⁴ Cultura assume muitas formas específicas, incluindo normas, regras, instituições, ideologias, organizações, sistemas de ameaça, e assim por diante, mas a discussão a seguir se concentra sobre o que elas têm em comum como formas culturais. Finalmente, essa perspectiva implica que a cultura não é um setor ou esfera da sociedade, distinta da economia ou política, mas presente onde quer que conhecimento compartilhado seja encontrado. [Tradução nossa]

internacional seja uma “distribuição de conhecimento” e não de capacidades materiais.

O caráter da condição internacional, para Wendt, é determinado pelas crenças e expectativas que os estados possuem entre si, e essas crenças e expectativas são em grande parte fundamentados mais por estruturas sociais do que materiais.⁴⁵ Não se descarta a importância do poder material e dos interesses, mas argumenta-se que seus significados e efeitos dependem da estrutura social do sistema, e mais especificamente, sobre qual cultura de anarquia é predominante – hobbesiana, lockeana ou kantiana. Na concepção de Wendt, o conceito de mudança da estrutura internacional se refere a mudanças nessas três culturas – a passagem do domínio de uma cultura para outra no sistema – e não mudanças na distribuição de poder material. O autor exemplifica com o fim da Guerra Fria, e argumenta que seu fim não se deu em 1991, com o fim da bipolaridade a partir da dissolução da União Soviética, mas sim em 1989, quando o sistema soviético e sua ideologia desmoronam.

Wendt sugere que poucos estudiosos da área de Relações Internacionais, mesmo neorrealistas, negam que os estados contemporâneos compartilham uma grande quantidade de crenças sobre as regras do cenário internacional. Poucos negam, em outras palavras, que a estrutura do sistema internacional contemporâneo contém muito de cultura, que está profundamente enraizada na forma de compreender a política internacional atual. O que muitos podem apontar, é que essa cultura não é significativa para o comportamento do estado em relação às condições materiais, sua capacidade de poder.

2.3. A construção de identidades e interesses

Segundo Wendt, é necessário argumentar contra o racionalismo, que trata identidades e interesses como se estes fossem dados, como objetos fixos que estão fora do espaço social e do tempo. Segundo essa interpretação racionalista, a produção e reprodução de identidades e interesses não acontecem a partir da interação social. Tal interpretação leva a conclusão de que a interação não é um fator que influencia na formação da identidade e interesses dos próprios agentes.

⁴⁵ Um exemplo utilizado por Wendt para apontar como o âmbito material, como a capacidade militar, depende prioritariamente de uma estrutura ideacional, das ideias compartilhadas, é o fato de quinhentas armas nucleares britânicas serem menos ameaçadoras para os EUA do que cinco norte-coreanas. Isso é resultado dos entendimentos compartilhados que os países sustentam.

Para Wendt, pelo contrário, é importante questionar de onde vieram, como se formaram, essas identidades e interesses. Para o autor, as ações de interação produzem e reproduzem continuamente concepções do *self* e do *other*, o que torna identidades e interesses elementos variáveis.⁴⁶

Wendt define identidades dos estados como propriedades de agentes intencionais que geram disposições motivacionais e comportamentais. A identidade, portanto, seria uma característica subjetiva, enraizada no auto-entendimento de cada agente. Porém, o significado desse entendimento depende, muitas vezes, da representação dos outros agentes.⁴⁷ Sendo assim, identidades são constituídas tanto por ideias do *self* como do *other*.

Há dois tipos de identidade que existem a partir da relação do *self* com o *other*, as identidades de papel e coletiva. A primeira refere-se a identidade que só existe em relação ao *other*. São identidades que se formam segundo o papel, lugar ou função que os indivíduos ocupam na estrutura social, implicando o cumprimento de determinadas normas de comportamento em relação com *others*. Essa identidade não pode ser simplesmente desempenhada por um ator por si mesmo, independente dos *others*, uma vez que deriva do compartilhamento de expectativas entre o *self* e o *other*.⁴⁸ A segunda, a identidade coletiva, leva a relação e identificação entre o *self* e o *other*, um processo cognitivo em que a distinção entre os dois torna-se turva e em seu limite transcende completamente. Essa identificação é geralmente específica a alguns temas e raramente total, mas sempre envolve e estende os limites do *self*

⁴⁶ Para o autor, as mudanças podem ocorrer mesmo que tais processos sejam por vezes estáveis o bastante para que os tomemos como dados.

⁴⁷ O autor exemplifica com as identidades de professor e aluno: "In the classroom teacher and student have shared beliefs about who they are and how they should behave, which motivate them to act in ways that reproduce those understandings. [...] John may think he is a professor, but if that belief is not shared by his students then his identity will not work in their interaction. Two kinds of ideas can enter into identity, in other words, those held by the Self and those held by the Other." (Wendt, 1999, p.187 e 224) / Em sala de aula professor e aluno têm crenças compartilhadas sobre quem eles são e como eles devem se comportar, o que os motiva a agir de maneira que reproduzam essas compreensões. [...] John pode pensar que ele é um professor, mas se essa crença não é compartilhada por seus estudantes então sua identidade não irá funcionar em sua interação. Dois tipos de ideias podem entrar em identidade, em outras palavras, aquelas mantidas pelo *Self* e aquelas mantidas pelo *Other*. [Tradução nossa]

⁴⁸ A partir da exemplificação de Wendt tal definição fica mais clara: "There is no preexisting property in virtue of which a student becomes a student or a master a master; one can have these identities only by occupying a position in a social structure and following behavioral norms toward Others possessing relevant counter-identities. One cannot enact role identities by oneself." (WENDT, 1999, p.227) / Não há uma propriedade preexistente em virtude da qual um estudante se torna um estudante ou um mestre um mestre; alguém pode ter essas identidades apenas por ocupar uma posição numa estrutura social e seguindo normas de comportamento em relação aos *others* que possuem contra-identidades relevantes. Alguém não pode criar identidades de papel por si mesmo. [Tradução nossa]

para incluir o *other*. Nesse ponto, o bem-estar do *other* é compreendido como bem-estar próprio, então determinados interesses passam a ser pensados como interesses do grupo.⁴⁹ (Ibid, p.227-229)

Identidades relacionam-se a quem ou o que são os agentes, designam tipos sociais. Interesses referem-se a que os agentes desejam, indicam motivações que ajudam a explicar comportamentos. A identidade é anterior aos interesses porque um ator não pode saber o que quer até saber quem é.

É importante para a análise de Wendt sobre a constituição de identidades e interesses, a construção de um conceito de “estado essencial”, focando no que os estados em todos os tempos e lugares têm em comum.⁵⁰ São cinco propriedades: (1) uma ordem institucional-legal; (2) uma organização que reivindica o monopólio do uso legítimo da violência organizada; (3) uma organização com soberania; (4) uma sociedade, e; (5) território.⁵¹

Uma vez que os estados compartilham de propriedades comuns – o “estado essencial” – alguns interesses nacionais podem ser definidos como universais e intrínsecos aos estados. A definição de Wendt para interesse nacional diz respeito a interesses objetivos do estado, e refere-se às necessidades para a reprodução ou segurança de um complexo social, ou estado. Seriam quatro necessidades principais: sobrevivência, autonomia, bem-estar econômico e autoestima coletiva.⁵² Aceita que a interpretação dessas necessidades pelos estados tendem a se inclinar para um comportamento egoísta (*self-interested*), o que os predispõe a competição, à políticas realistas, mas isso não significa que os estados sejam inerentemente egoístas. Esse *self-interest* só pode existir na relação do *self* com o *other*, ou seja, o *self* não pode ser intrinsicamente egoísta.

⁴⁹ Esse tipo de identidade é qualidade da cultura de anarquia kantiana, explicada a seguir.

⁵⁰ Sobre o uso do conceito estado: “Critics may argue that these efforts are anachronistic because the term ‘state’ has only been used since the thirteenth century, which might be thought to imply that there were no states before then. To my mind this illustrates the problem with nominalist thinking. In the realist view, if there were organizations with sovereignty and a territorial monopoly on organized violence before the thirteenth century then there were states.” (WENDT, 1999, p.214) / Os críticos podem argumentar que esses esforços são anacrônicos porque o termo ‘estado’ só tem sido usado desde o século XIII, o que pode ser pensado a entender que não havia estados antes disso. Para mim isso ilustra o problema com o pensamento nominalista. Na visão realista, se havia organizações com soberania e um monopólio territorial sobre a violência organizada antes do século XIII, então havia estados. [Tradução nossa]

⁵¹ Para maior consideração sobre as propriedades básicas do “estado essencial”, consultar WENDT, 1999, p.198-214.

⁵² Para uma apreciação mais profunda de tais necessidades do estado, consultar WENDT, 1999, p.235-238.

2.3.1 Self-Interest

Wendt questiona se os estados são egoístas por natureza, e que tal pergunta pode ter diferentes significados para teóricos realistas: para alguns isso significa que os estados almejam poder, ou que almejam segurança, ou então segurança e riqueza. O fato é que muitos concordarão que os estados são inerentemente *self-interested* ou egoístas. O autor aponta que por vezes, mesmo a maior parte do tempo, eles o são, e que a história violenta da política internacional dificilmente poderia sugerir outra coisa. Mas o questionamento não é se esses estados são egoístas em parte do tempo, mas sim se o são por natureza.

Segundo a construção de Wendt, *self-interest* é uma crença sobre como satisfazer as necessidades, um interesse subjetivo caracterizado por uma atitude puramente instrumental em relação ao *other*. Esse último representa apenas um objeto a ser conquistado, usado e/ou descartado por razões ligadas apenas a gratificação individual de um ator. A distinção entre *self* e *other* é total, ao ponto de que o último não tem valor intrínseco para o primeiro. Tal propriedade não é intrínseca aos estados, “*like having blue eyes or brown hair, but a contingent belief about how to meet needs that gets activated in relation to specific situations and Others,*”⁵³ é uma propriedade constituída culturalmente. (Ibid, p.240)

É necessário apontar que Wendt não constrói um conceito de *self-interest* como uma propriedade de agentes que se alheiam dos demais. Aqui é essencial entender que levar os demais agentes em conta não significa se identificar com eles. Ser *self-interested* não representa necessariamente a recusa em cooperar com os demais, pois há a possibilidade de cooperação puramente instrumental – como quando se detecta uma ameaça comum, por exemplo –, os agentes podem cooperar dentro dessa lógica de *self-interest*. Uma vez que os agentes cooperam por se identificarem – p. ex. em uma situação em que a segurança de apenas um indivíduo é ameaçada e os demais tomam a ameaça como ameaça ao *self* – então os agentes estão agindo por interesse coletivo.

⁵³ Como ter olhos azuis ou cabelo castanho, mas uma crença contingente sobre como satisfazer necessidades que são ativadas em relação a situações específicas e *others*. [Tradução nossa]

Os estados tendem a definir seus interesses objetivos⁵⁴ em termos de *self-interest*, e isso se reflete no sistema internacional, mas o que importa é reconhecer que os estados são capazes de transcender e expandir os limites do *self* para incluir o *other*. Os estados podem inicialmente cooperar por razões de *self-interest*, mas é possível que a identificação entre *self* e *other* se internalize de forma que um conjunto de estados passe a pensar em si como um “nós”. (Ibid, p.241-242)

The question, in short, is whether the members of states can ever learn additional “social” (what I am calling “collective”) identities above and beyond the state, creating “concentric circles” of group identification. The Realist hypothesis that states are motivated solely by self-interest rules out this possibility, as does the rationalist premise that egoistic interests should be treated as given. These are strong claims. They rule out the possibility that states would ever help each other when their own security is not directly threatened, or would ever internalize international norms - norms simply being practices upheld by many Others. If Realists are right, in other words, states will never learn to follow norms out of a sense of obligation or legitimacy, and instead will do so only to the extent that there is “something in it for them.”⁵⁵ (Ibid, p.242)

Wendt argumenta a possibilidade do engajamento dos estados em um ambiente de maior sociabilidade ao fazer a comparação entre pessoas e estados. Os indivíduos, seres humanos, são animais sociais que provavelmente nunca teriam formado sociedades complexas se tivessem mantido constantemente sua personalidade de *self-interest*. Para o autor, os estados também podem aprender a se identificar uns com os outros. Grande parte dos estados contemporâneos se considera parte de uma sociedade de estados, com normas que aderem não por serem convenientes a eles como indivíduos, mas porque se identificam com tais normas. Se analisarmos as normas fundamentais que determinam a coexistência pacífica dos estados no meio internacional, é inegável que se atingiu um nível de interesse coletivo que não condiz com as expectativas “realistas” ou “neorrealistas”.

⁵⁴ As necessidades para a reprodução ou segurança do estado: sobrevivência, autonomia, bem-estar econômico e autoestima coletiva.

⁵⁵ A questão, em suma, é se os membros dos estados podem sempre aprender identidades ‘sociais’ (o que chamo de ‘coletivo’) adicionais, superior e para além do estado, criando ‘círculos concêntricos’ de identificação de grupo. A hipótese Realista de que os estados são motivados somente pelo interesse próprio (*self-interest*) exclui essa possibilidade, assim como a premissa racionalista que interesses egoístas devem ser tratados como dados. Essas são afirmações fortes. Elas descartam a possibilidade de que os estados jamais ajudariam um ao outro quando sua própria segurança não estivesse diretamente ameaçada, ou jamais internalizariam normas internacionais – normas simplesmente sendo práticas mantidas por muitos *others*. Se os Realistas estiverem certos, em outras palavras, os estados nunca irão aprender a seguir normas por um sentimento de obrigação ou legitimidade, ao invés disso irão fazê-lo apenas na medida em que “haja algo de interesse para eles”.

O que desejamos destacar aqui é que uma parcela das identidades e interesses dos estados não depende do ambiente internacional, são fundamentados em características individuais. Entretanto, a percepção da própria individualidade só é possível de ser concebida a partir da interação com demais unidades. São as práticas de interação responsáveis por produzir e reproduzir a estrutura. Além disso, o caráter predominante da estrutura – resultado do ânimo das interações, como inimizade ou cooperação, entre os componentes do sistema – tenderá a condicionar as práticas dos agentes. Admite-se então que há influência mútua entre agentes e estruturas. Portanto, as estruturas são consideradas construções sociais, uma vez que os estados agem levando uns aos outros em consideração, a partir de crenças/ideias construídas sobre o *self* e o *other*.

2.4. Culturas de anarquia

A discussão sobre “culturas de anarquia” com o qual Wendt trabalha é resultado da aceitação de que a anarquia é compatível com mais de um tipo de lógica. Argumentando contra o pensamento neorrealista – segundo o qual o sistema internacional é inerentemente um ambiente de *self-help*, que tende sempre a produzir competição militar, equilíbrio de poder e guerra – Wendt considera a existência de ao menos três tipos de estrutura que podem ocorrer na macroestrutura, ou no sistema internacional. Para isso, o autor se baseia no tipo de interação dominante no sistema: inimigo, rival ou amigo – hobbesiana, lockeana e kantiana respectivamente.⁵⁶ Dentre as três imagens, apenas a hobbesiana seria um verdadeiro sistema de *self-help*, ao molde neorrealista.

O núcleo de cada tipo de cultura anárquica é relacionado a uma postura ou orientação distinta do *self* em relação ao *other* quanto ao uso da violência. A postura de inimigos diz respeito a relação entre adversários ameaçadores, que não observam limites no uso da violência contra o outro; a postura de rivais se relaciona ao instinto de competição entre os agentes, que utilizam a violência para promover seus interesses, mas evitam matar uns aos outros; quanto a postura de amigos, pode ser relacionada com o sentido de aliados, que não usam a violência para resolver disputas, trabalhando como uma equipe contra ameaças de segurança. As

⁵⁶ O autor aponta que tais denominações são apenas metáforas ou representações estilizadas e tratadas como tipos ideais.

três posturas constituem estruturas sociais, baseadas em representações do *other* pelo qual a postura do *self* é definida.

A estrutura e tendência do sistema anárquico vão depender de qual desses três papéis é predominante nas interações, e os estados estarão sob pressão para internalizar esse papel em suas identidades e interesses.

2.4.1. A cultura hobbesiana

Wendt deixa claro que não há necessariamente uma conexão entre essa cultura e o realismo. Argumenta que o estado de guerra é formado por ideias compartilhadas e não por uma lógica de anarquia ou pela natureza humana.

A postura de inimigos é constituída por representações do *other* como um ator que não reconhece o direito do *self* de existir como um ator autônomo, e aquele não vai limitar voluntariamente sua violência contra o *self*.

Aqui entra uma distinção importante entre a postura hobbesiana e lockeana, tal distinção diz respeito ao alcance percebido das intenções do *other*, principalmente sobre a percepção de que esse pensa em eliminar ou escravizar o *self*, ou apenas vence-lo ou roubá-lo. Tanto a orientação de inimizade e rivalidade implica que o *other* não reconheça o *self* por completo, podendo assim agir de forma “revisionista” em relação ao último. No entanto, o inimigo não reconhece o direito de existir do *self* como agente livre, e assim busca “revisar” a vida ou liberdade do *self* – Wendt intitula esse tipo de revisionismo como “revisionismo profundo”. Em contraste, um rival reconhece o direito de vida e liberdade do *self*, e, portanto busca revisar apenas seu comportamento ou propriedades – esse seria o “revisionismo superficial”. Ambas orientações incluem uma postura agressiva, mas as intenções do inimigo são ilimitadas e as do rival limitadas. Sendo assim, a violência entre rivais é autolimitada, visto que é constrangida pelo reconhecimento mútuo do direito a existir.

Ao observar o *other* como representação de inimigo, pode-se prever ao menos quatro implicações para a postura e comportamento da política externa de um estado, que assim gera a lógica particular de interação entre as unidades. A primeira implicação é que os estados tendem a responder aos inimigos agindo de maneira igual, revisionistas profundos, objetivando a destruição ou conquista. A segunda implicação é que as tomadas de decisões sempre vão ser dominadas por possibilidades negativas, uma vez que o futuro sempre será orientado para o pior

cenário. Terceira, as capacidades militares serão vistas como cruciais, uma vez que a postura revisionista do *other* é conhecida, o *self* pode utilizar as capacidades do inimigo para prever seu comportamento. Nessa perspectiva, o poder é um elemento indispensável para a sobrevivência. Por último, se a guerra se torna real, os estados lutarão em termos de inimigos, sem limites quanto a própria violência. A inimizade dá às capacidades materiais – militares – um sentido particular que é derivado da microestrutura, do papel que o *other* representa – nesse caso, inimigo – não derivando de propriedade intrínseca da anarquia.

Portanto, a medida que um maior número de unidades de um sistema passam a representar uma ameaça entre si, se alcança um ponto no qual essas representações assumem a lógica do sistema. A partir daí os agentes passam a pensar que a inimizade é uma propriedade do sistema, e não relacionada a agentes individuais, empurrando o *self* a enxergar todos os *others* como inimigos simplesmente por fazerem parte do mesmo sistema. Aquele *other* particular torna-se um *other* generalizado, baseado em uma estrutura de crenças coletivas e expectativas que persistem ao tempo mesmo com o aparecimento e desaparecimento de agentes. Ou seja, dentro dessa estrutura as atribuições ao *self* e *other* são generalizações não baseadas em qualidades reais dos agentes, mas sim em suposições sobre a possível postura dos agentes.

A lógica da anarquia hobbesiana é a conhecida “guerra de todos contra todos”, no qual os estados agem segundo o princípio do “salve-se quem puder” ou “mate ou morra”. Esse é o real sistema de *self-help*. A sobrevivência só depende do poder militar, a segurança só se refere ao conflito e a um jogo de soma-zero.

Tal estrutura gera quatro tendências no nível da macroestrutura. A primeira é um estado de guerra endêmico e ilimitado, uma vez que existe uma representação coletiva em termos hobbesianos, a guerra pode acontecer a qualquer momento. A segunda é a eliminação dos elementos mais fracos militarmente. A terceira tendência seria um cenário em que os estados poderosos, na busca por evitar a eliminação, tentariam se equilibrar, porém um ambiente difícil de sustentar, já que na cultura hobbesiana os agentes sempre utilizarão a capacidade do *other* para realizar a sua. Finalmente, essa estrutura hobbesiana tenderia a sugar todos os seus membros para a desordem, visto que o não-alinhamento ou neutralidade seriam posições difíceis de adotar.

Wendt aponta que embora tal cultura seja um tipo ideal, uma condição hobbesiana delineia uma parcela importante da história internacional, frequentemente caracterizada por violência endêmica, alta taxa de destruição e consolidação de estados, com equilíbrios de poder e pouco espaço para a neutralidade. Esse trajeto dá sustentação a visão realista. Mas a questão crucial é: por que essa lógica dominou a política internacional como tem sido?

Nessa cultura anárquica também existe um conhecimento compartilhado, uma cultura. Ao menos três entendimentos são compartilhados, uma noção de como a interação no sistema internacional funciona: que estados lidam com estados, seres iguais; que os demais seres são seus inimigos, que ameaçam sua vida e liberdade; e a maneira de lidar com inimigos é fazendo guerras, representar ameaças, buscar o equilíbrio de poder, e assim por diante.

2.4.2. A cultura lockeana

A primeira afirmação de Wendt para introduzir a cultura lockeana é reiterar que o sistema de estados westphaliano, o qual os princípios fundamentam as relações entre estados até a atualidade, é claramente não hobbesiano. Os motivos? A taxa de desaparecimento, ou mortalidade, de estados é quase zero, pequenos estados prosperam sem grandes ameaças, as guerras entre estados não são abundantes e geralmente limitadas, fronteiras territoriais se consolidaram em grande parte do globo, entre outros. Um erro dos teóricos realistas, apontado por Wendt, é que eles tendem a não dar importância àquelas transformações no sistema, mas focam em continuidades do tipo: as guerras ainda acontecem e o poder ainda é importante. O registro empírico dos últimos séculos sugere que houve uma significativa mudança estrutural qualitativa na política internacional. *“The kill or be killed logic of the Hobbesian state of nature has been replaced by the live and let live logic of the Lockean anarchical society.”*⁵⁷ (WENDT, 1999, p.279)

O tipo ideal lockeano sugere que nosso sistema internacional não é majoritariamente um sistema de self-help, como somos levados a assumir.

Assim como na representação de inimigos, a postura de rival é constituída por representações sobre o *self* e o *other* no que concerne a violência. No entanto, essas representações são menos ameaçadoras, visto que rivais esperam que o

⁵⁷ A lógica mate ou morra do estado hobbesiano de natureza foi substituído pela lógica do viva de deixe viver da sociedade anárquica lockeana. [Tradução nossa]

outro atue respeitando sua soberania, seu direito a vida e liberdade, o que afasta a ideia de tentativas de conquista ou dominação. Sendo a soberania um princípio ligado fortemente a domínio territorial, isso também pressupõe o direito de “posse” de alguma propriedade. Porém, diferente da concepção de amizade, o reconhecimento de rivais não se estende ao direito de estes estarem livre da violência em possíveis disputas. Além disso, disputas podem incluir fronteiras, envolvendo então algum revisionismo territorial – caso de China e Japão sobre as ilhas no Mar da China Oriental. Ou seja, é reconhecido o direito a alguma propriedade, mas tal propriedade pode ser contestada, e por vezes pelo uso da força.

Na cultura lockeana a soberania é um elemento essencial, uma vez que se torna um direito somente quando outros estados a reconhecem. Portanto, um estado pequeno ou fraco pode usufruir de sua soberania se os demais estados reconhecerem como direito seu. Isso leva ao entendimento de que “direitos” são faculdades sociais outorgadas aos agentes através da aprovação dos outros de que uma unidade pode fazer certas coisas. Uma característica constitutiva de um direito é a autolimitação do *other*, da aceitação do bem estar e do reconhecimento de certos poderes que o *self* venha a possuir. Ou seja, ter um direito deriva da limitação do *other*. (Ibid. p.280)

Quando há o reconhecimento mútuo da soberania como um direito, pode-se falar em soberania não apenas como uma propriedade individual dos estados, mas uma instituição compartilhada por muitos estados. A essência de tal instituição é a expectativa compartilhada de que os estados vão respeitar a vida e liberdade dos demais. Em nosso sistema baseado nos princípios westphalianos, tal crença é formalizada no direito internacional, que é parte essencial da estrutura da política internacional contemporânea. Embora não haja um poder centralizado que aplique o direito internacional, atualmente os estados aderem a esse direito quase permanentemente.

Modern inter-state rivalry, in other words, is constrained by the structure of sovereign rights recognized by international law, and to that extent is based on the rule of law. Within that constraint, however, rivalry is compatible with the use of force to settle disputes, and as such the Lockean culture is not a complete rule of law system. What this comes down to in the end is the level of violence that states expect of each other. Rivals expect Others to use violence sometimes

to settle disputes, but to do so within 'live and let live' limits.⁵⁸
(WENDT, 1999, p.281)

Como apontado por Wendt, ainda há possibilidade do uso da força na interação entre estados, porém esse é um fator vinculado a capacidade de apreender sobre as intenções um do outro. A apreensão teria que ser bastante incerta para justificar os pressupostos de se iniciar um conflito. Wendt salienta que atualmente é difícil haver casos em que os estados não estejam suficientemente informados sobre as intenções uns dos outros no que diz respeito a possíveis ameaças, e que a tendência é que raramente os estados se enxerguem como inimigos.

This is precisely what one would expect in a culture based on the institution of sovereignty, which enables states to make reliable inferences about each other's status quoness even without access to their 'minds'. [...] It would be crazy today for Norway and Sweden, Kenya and Tanzania, or almost any other dyad in the international system to represent each other as enemies; rivals perhaps, but not enemies. The exceptions (North and South Korea; Israeli and Palestinian radicals) highlight just how unusual enmity is today.⁵⁹
(Ibid, p.281)

A cultura de rivalidade tem ao menos quatro implicações para a política externa, e a mais importante é que em qualquer conflito que ocorrer os estados devem respeitar o direito de soberania do outro. A segunda implicação recai sobre a tomada de decisões dos estados, uma vez que na representação de inimigos as decisões se baseiam em uma alta aversão ao risco, no curto prazo e poder relativo, na rivalidade a segurança é mais generalizada, os riscos são menores e o futuro é mais importante, visto que determinadas práticas da política internacional – as que envolvem a eliminação de estados – praticamente se extinguem. O poder militar continua importante na cultura lockeana, uma vez que a possibilidade de uso da força ainda existe, mas seu significado difere porque a instituição da soberania muda

⁵⁸ A rivalidade moderna entre estados, em outras palavras, é limitada pela estrutura de direitos soberanos reconhecidos pelo direito internacional, e nessa medida está baseada no primado do direito. Dentro dessa restrição, no entanto, a rivalidade é compatível com o uso da força para resolver disputas, e como tal, a cultura lockeana não é um sistema completo do império da lei. A que isso se resume no final, é que o nível de violência que os estados esperam um dos outros. Rivals esperam que os outros usem a violência as vezes para resolver disputas, mas fazem isso dentro dos limites do 'viva e deixe viver'. [Tradução nossa]

⁵⁹ Isso é precisamente o que se poderia esperar em uma cultura baseada na instituição da soberania, que permite os estados façam deduções confiáveis sobre o *status quoness* um do outro, mesmo sem acesso a suas 'mentes'. [...] Seria loucura hoje para a Noruega e Suécia, Quênia e Tanzânia, ou quase qualquer outra díade no sistema internacional representar um ao outro como inimigos; talvez rivais, mas não inimigos. As exceções (Coreia do Sul e do Norte; radicais israelenses e palestinos) ressaltam o quão incomum a inimizade é hoje. [Tradução nossa]

o comportamento determinado pela ameaça percebida por parte dos outros estados; na cultura hobbesiana a capacidade bélica domina toda tomada de decisão, enquanto na lockeana não é sequer uma prioridade. E por fim, se houver guerra, os rivais limitarão a própria violência. Em nosso atual sistema, tais limites podem ser expressos na teoria da guerra justa, nos padrões de respeito dos direitos humanos, entre outros. Embora ambas as representações – de inimigo e rival – possam estar inclinadas ao uso da violência, uma pequena diferença no papel do *self* e *other* acarreta uma grande diferença na qualidade da interação entre estados.

A partir dessas premissas da cultura lockeana, chega-se ao entendimento que as guerras são simultaneamente aceitas e restringidas, assim como normais e legítimas, no entanto tendem a ser limitadas no sentido de eliminar estados. Guerras de conquista se tornaram raras e quando ocorrem outros agentes do sistema tendem a agir coletivamente visando restabelecer o *status quo* – como ilustração temos a II Guerra Mundial, Guerra da Coréia, Guerra do Golfo, etc.

Uma característica dessa cultura é que mesmo micro estados, relativamente fracos militarmente, – como Cingapura e Mônaco – conseguem prosperar, assim como estados “falidos” perduram devido ao reconhecimento de sua soberania pela sociedade internacional. Portanto, tais estados persistem por razões sociais e não materiais, indicando que os estados mais “fracos” estão relativamente protegidos pela restrição dos “fortes”, não sendo um sistema de sobrevivência do mais apto. (Ibid, p.285)

À vista dessa construção teórica, é componente da cultura lockeana o que hoje tomamos como “senso comum” sobre política e sistema internacional,

[...]that a certain type of state is the main actor in the system, that these actors are self-interested individualists, that the international system is therefore in part a self-help system – but that states also recognize each other's sovereignty and so are rivals rather than enemies, that they have status quo interests which induce them to constrain their own behavior and cooperate when threatened from outside, and that the system is therefore in part an other-help system qualitatively different in its fundamental logic than the Hobbesian world of *saue qui peut*. This common sense is the starting point for mainstream theorizing in IR, which tends to discount the importance of cultural variables.⁶⁰ (WENDT, 1999, p.296)

⁶⁰ Que um certo tipo de estado é o principal ator no sistema, que esses agentes são individualistas e egoístas, que o sistema internacional é, portanto, em parte um sistema de auto-ajuda – mas aqueles estados também reconhecem a soberania um do outro e por isso são rivais ao invés de inimigos, que eles tem interesses no status quo que os induzem a restringir seu próprio comportamento e cooperar quando sofrem ameaças externas, e que o sistema é, portanto, em parte um sistema de ajuda-ao-

2.4.3. A cultura kantiana

Segundo a análise de Alexander Wendt, os pressupostos lockeanos tem dominado as políticas westphalianas nos últimos séculos, e a cultura hobbesiana se expressou ocasionalmente, sendo repelida pelo interesse de manutenção do *status quo*. O domínio dessa cultura lockeana foi, e ainda é, bastante discutido na área de Relações Internacionais, e apesar de se apontar a existência de um “problema hobbesiano”, os estudos se focaram mais sobre como se comportar em um sistema de “viva e deixe viver” do que sobreviver em um “mate ou morra”.

Após o final da II Guerra Mundial, o comportamento dos estados do Atlântico Norte, entre outros, parecem ter ido além de uma cultura lockeana. Nessa ultima, há a possibilidade de que os estados usem a força para resolver disputas, porém nenhuma violência entre esses estados ocorreu desde então. Também se pensa, na cultura lockeana, que os estados pensem em termos de segurança individual, no entanto aqueles estados tem operado consistentemente como um grupo na área de segurança. Wendt analisa que tais fatores possam estar ligados a uma mudança estrutural nos padrões culturais da política internacional ocorridos no hemisfério ocidental, no qual a não-violência e a atuação em grupo – na área de segurança – emergiu em maior força.

A cultura kantiana seria baseada sobre uma estrutura de representação da amizade como papel entre os estados.⁶¹ Realistas enxergam a busca por amizade no sistema como algo utópico, onde o máximo que pode se esperar dos estados é que ajam de acordo com seus interesses. Porém, Wendt aponta um outro caminho de análise. Governantes de nações frequentemente se referem a outros estados como amigos, o que pode passar como discurso sem grandes fundamentos, porém alguns comportamentos de relações bilaterais recentes podem ser explicadas mais facilmente pela lógica da amizade do que pela inimizade ou rivalidade – relações como a de EUA e Grã-Bretanha, ou França e Alemanha. Portanto, parece ser

outro qualitativamente diferente em sua lógica fundamental do que o mundo hobbesiano do salve-se quem puder. Esse senso comum é o ponto de partida para as principais teorizações nas Relações Internacionais, quem tendem a desconsiderar a importância das variáveis culturais. [Tradução nossa]

⁶¹ O autor aponta que o conceito de “amigo” ou “amizade” é subteorizado tanto na teoria social quanto nas de Relações Internacionais, onde a maior parte dos trabalhos tratam da imagem de inimigo mas muito pouco sobre a de amigo; trabalha-se com rivalidades duradouras mas não em amizades duradouras, nas causas da guerra mas pouco sobre as causas da paz, e assim por diante. (Ibid, p.298)

importante começar a refletir sobre a natureza e os impactos da amizade na política internacional.

Segundo a teorização de Wendt, na cultura lockeana estruturada no papel da amizade, os estados esperam dos demais o respeito de duas normas simples: a resolução das disputas sem recorrer a guerra ou a ameaça de guerra – seria a regra da não-violência; e que os estados atuarão como um grupo caso a segurança de um dos membros for ameaçada por terceiros – a regra da assistência mútua. Se tomadas separadas, as duas regras da amizade não parecem qualitativamente diferentes dos padrões associados à lógica da rivalidade. Mas se tomadas juntas, constituem um padrão diferente que tenderá a reforçar-se mutuamente ao longo do tempo.

Nesse sentido, três pontos sobre as duas regras devem ser destacados. As regras são independentes e igualmente necessárias, a cultura kantiana só é possível quando há o respeito a ambas as regras. A amizade, papel dominante na estrutura, se preocupa somente com a segurança nacional, não sendo necessária sua propagação para outras áreas. As regras da não-violência e da assistência mútua impõem limites sobre como questões de segurança devem ser tratadas, mas dentro dos limites os estados amigos podem ter conflitos consideráveis – como no âmbito comercial.⁶² Por último, a amizade é temporalmente aberta, e essa é sua diferença qualitativa quanto a aliança. A aliança é uma interação temporária e reversível, podendo haver guerras entre antigos aliados. Já na amizade os desentendimentos podem surgir de maneira natural, mas a expectativa é que a relação de amizade continue a se desenvolver.

A garantia de que as duas regras seriam seguidas não é fruto de um poder centralizado, mas do conhecimento compartilhado, da cultura formada entre os estados e das intenções pacíficas de cada um. É claro que essa cultura não pode ser completamente segura, mas a manutenção por parte de um “leviatã” o é tampouco. Nessa cultura a guerra não é mais considerada como um meio legítimo de resolver controvérsias, e os conflitos que surgem são resolvidos através da negociação, mesmo quando o custo de utilizar a força seja baixo para uma das

⁶² O autor exemplifica com a relação de EUA e Canadá, que embora tenham uma variedade de conflitos sobre pesca, comércio e meio-ambiente, os EUA não consideram a ideia de usar a violência como meio de solucioná-las. (Ibid, p.300)

partes.⁶³ O que acontece é que o conhecimento compartilhado muda o sentido de poder militar, pois se na rivalidade a capacidade militar importa para os resultados em uma disputa, na lógica kantiana esse não é o caso, sendo outros tipos de poder – como institucional e econômico – mais relevantes. (Ibid, p.300)

Um erro comum na área de estudo de Relações Internacionais é tomar a segurança coletiva como um sistema universal. Como argumenta Wendt, essa é uma ideia muito restritiva. É claro que uma segurança coletiva universal é necessária para que haja uma cultura kantiana a nível global, no entanto não colabora para o entendimento da política internacional utilizar tal ideia restrita. Os estados podem agir em um ambiente de segurança coletiva em subsistemas regionais.

Admite-se que a lógica da anarquia pode sofrer alteração, porém é válido deixar claro que o modelo teórico formulado por Wendt não pressupõe que as mudanças estruturais sejam fáceis de ocorrer ou mesmo possível em determinadas circunstâncias. A possibilidade de mudanças depende do quão profundo os estados internalizaram a cultura compartilhada. Conforme determinadas práticas se tornam rotineiras e de longa duração, tornando-se parte de um *background* cognitivo compartilhado, mais profundamente tal prática vai estar incorporada na consciência individual e coletiva.

Segundo a ideia de Wendt, não é certeza que uma evolução progressiva na cultura política do sistema internacional irá ocorrer, mas tal fato é possível sim.

To be sure, the high death rate of the Hobbesian culture creates incentives to create a Lockean culture, and the continuing violence of the latter, particularly as the forces of destruction improve in response to its competitive logic, creates incentives in turn to move to a Kantian culture. But there is no historical necessity, no guarantee, that the incentives for progressive change will overcome human weaknesses and the countervailing incentives to maintain the status quo. The passage of time may simply deepen bad norms, not create good ones. Note that this is different from saying, as Realists are wont to do, that progress in international politics is impossible. In fact, it seems obvious that today's international system represents considerable progress over that of 500 or even 1500 A.D.; progress there has been. The point is rather that it is contingent, not necessary.⁶⁴ (Ibid, p.311-312)

⁶³ Como no caso de EUA e Canadá mencionado na nota acima.

⁶⁴ Para ter certeza a alta taxa de morte da cultura hobbesiana cria incentivos para criar uma cultura lockeana, e a contínua violência da última, particularmente quando as forças de destruição melhoram em resposta à sua lógica competitiva, cria incentivos para avançar rumo a uma cultura kantiana. Mas

No entanto, mesmo não havendo garantia de avanços, pode-se argumentar que dificilmente a cultura política internacional retrocederá. Uma vez internalizada a cultura lockeana, há pouca possibilidade que a cultura se degenere para uma hobbesiana, assim como seria da kantiana para a lockeana. Os custos de um retrocesso poderiam ser muito altos. O autor faz uma analogia com os direitos conquistados pelos estados na cultura internacional – quanto mais direitos os estados adquirem, maior aversão eles terão de desistir desses direitos.

As culturas lockeana e kantiana são caracterizadas pelo conhecimento socialmente compartilhado ser em grande medida institucionalizado em leis internacionais/direito internacional, com manifestações correspondentes a nível nacional. Wendt argumenta que é possível que os estados sigam normas não por pensarem que elas servirão a determinados fins, mas por considerar que algumas normas são legítimas. Por norma legítima entende-se que um ator aceita os impactos de tais normas sobre si mesmo, assim como os demais, o que forma uma identidade a partir do *other* generalizado.

não há nenhuma necessidade histórica, nenhuma garantia, que os incentivos para a mudança progressiva irão superar as fraquezas humanas e os incentivos compensatórios para a manutenção do status quo. A passagem do tempo pode simplesmente aprofundar normas ruins, e não criar boas. Note que isso é diferente de dizer, como os Realistas estão acostumados a fazer, que o progresso na política internacional é impossível. Na verdade, parece óbvio que o sistema internacional de hoje representa um progresso considerável em relação ao de 500 ou mesmo o de 1500d.C.; tem havido progresso. O ponto é que ele é possível mas incerto, não necessário. [Tradução nossa]

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Nosso objetivo a partir dos capítulos acima foi demonstrar que as interações entre os estados possuem importantes impactos na estrutura internacional, e não só este último sobre as interações. A partir da interpretação teórica elaborada por Alexander Wendt, fica explícito que uma cultura dominante no sistema internacional não resume e define de maneira definitiva o caráter que se atribuirá na interação entre os agentes do sistema. Uma vez que a cultura de anarquia na interação entre duas unidades, ou estados, possui um poder de variação maior, é fundamental analisar algumas dessas relações de forma mais cuidadosa antes de aplicar rótulos como “inimigos” ou “inimigos históricos”.

Quando nos voltamos para o ambiente internacional contemporâneo e observamos como se desenvolve a interação entre os estados, podemos perceber que um conhecimento compartilhado socialmente – uma cultura formada por diversas normas e entendimentos – se formou e parece progredir. Como exemplo mais claro podemos citar a legitimidade e respeito atribuído à instituição da soberania, que se tornou a base de nosso sistema de estados, um elemento incorporado a identidade dos estados que atribui direitos e normas comportamentais a tais agentes; um elemento o qual anteriormente era distorcido. É interessante notar que a soberania se tornou um direito global no século XX: os europeus, como civilização “navegadora”, demoraram a reconhecer que as demais nações fora da Europa também eram soberanas; desde o impacto do “primeiro encontro” entre europeus com ameríndios ou asiáticos, não há dúvidas de que a cultura anárquica do sistema internacional evoluiu positivamente.

Nosso intuito em trabalhar com raciocínios menos comuns na área de Relações Internacionais, tem por objetivo expressar que o sistema internacional não é um palco de ações estáticas ou pré-determinadas, como dão a entender as teorias *mainstream* da área.

Ao demonstrarmos que houve um sistema asiático-oriental com características diferentes do sistema no qual baseamos nossos estudos de política internacional – o sistema europeu de estados –, fica evidente que o caráter da interação entre as nações pode variar, como defende Wendt, não sendo determinado por um egoísmo (*self-interest*) intrínseco aos estados e a anarquia, mas sim efeito de uma concepção particular do indivíduo em relação ao *other*. Também podemos compreender que a

lógica de interação – cooperação ou competição – possui influência na determinação da cultura do sistema.

Ao compararmos os dois sistemas, a competição entre os estados europeus influenciou para que os intelectuais cunhassem a ideia do estado como essencialmente *self-interested*. Isso devido à representação da constante ameaça enxergada entre os estados europeus às necessidades para a reprodução ou segurança do estado – sobrevivência, autonomia, bem-estar econômico e autoestima coletiva. Essa cultura compartilhada foi determinante para a história de sucessivos conflitos que atingiram aquela região até meados do século XX, e que pelo caráter expansionista de tais estados se propagou pelo globo.

É claro que o sistema europeu não pode ser representado como um cenário puramente de cultura hobbesiana, uma vez que, como Wendt propõe, seus modelos de cultura de anarquia são tipos ideais. Assim como não podemos depreender que o sistema asiático-oriental era caracterizado como culturalmente kantiano. Isso devido a importância dada ao caráter mutável das interações. Essa é uma característica que podemos compreender do raciocínio de Wendt, a lógica das interações não é estática. Podemos nos arriscar a dizer que ambos os sistemas eram determinados por uma cultura lockeana, mas o europeu com maior inclinação a se voltar para tendências da cultura hobbesiana.

Ao analisarmos a dinâmica asiática-oriental, podemos admitir que o conhecimento socialmente compartilhado entre as nações daquela região estava mais voltado e envolvido com um pensamento cooperativo, ou menos conflitivo. Quando citamos a hierarquia como um fator determinante – um elemento do confucionismo difundido pela Ásia Oriental – não se trata de hierarquia de poder material, mas sim de um poder simbólico, uma hierarquia familiar. A partir desse ponto de vista, a hierarquia não traz prejuízos ao caráter cooperativo da interação, uma vez que a hierarquia não ameaça a garantia das necessidades para segurança e reprodução dos estados que fazem parte do sistema. Em uma linha de pensamento semelhante, Immanuel Wallerstein apontou, na obra aqui utilizada, que as teorias ocidentais modernas tenderam a negligenciar a complexidade de ordenamentos internos das sociedades tradicionais – não modernas, segundo classificação eurocêntrica –, ignorando a existência de visões alternativas de conceitos fundamentais para as ciências sociais, como poder e identidade. Ao

ignorar essas visões alternativas, os europeus buscaram impor suas próprias visões, colonizar mentes e ordenar o mundo segundo sua própria lógica.

Se refletirmos a partir da premissa das culturas de anarquia e mudança na estrutura, podemos voltar ao caso do choque entre os sistemas europeu e asiático. Podemos sugerir que havia estruturas distintas predominando nas duas regiões, e a assimilação do sistema asiático-oriental pelo europeu – de característica expansionista, como explicado no capítulo anterior – promoveu uma mudança na estrutura regional da Ásia, que gera mudanças na cultura anárquica do sistema e impacta na relação entre os estados da região. Como apontado por Gunder Frank, Giovanni Arrighi e Shogo Suzuki, houve um choque entre as duas ordens, e sugerimos que houve uma mudança na estrutura anárquica da região, com predominância da lógica europeia.

Uma das diferenças fundamentais entre os dois sistemas foi o significado coletivo dado à ideia de poder e capacidade militar. Como aponta Wendt, não significa que as ideias são mais importantes ou autônomas de poder e interesses, pois os últimos são tão importantes e determinantes como sempre foram. Porém, os efeitos advindos de poder e interesses deriva das ideias que os compõem. As explicações de poder e interesse pressupõem ideias, portanto estruturas ideacionais e materiais não são rivais, mas sim complementares, a divisão serve apenas para fins de análise, uma vez que a estrutura do sistema social é apenas uma, formada pelas estruturas material e ideacional.

CAPÍTULO 3. A FACE CONFLITANTE DA RELAÇÃO SINO-JAPONESA: A RELAÇÃO POLÍTICA

Não há dúvidas de que a história possui um papel particularmente importante na relação sino-japonesa, portanto para iniciar esse capítulo acreditamos que seja apropriado fazer uma breve retomada histórica. Aqui, visando tratar de maneira concisa do relacionamento histórico entre os dois países – visto que o lado histórico também foi parcialmente tratado no Capítulo 1 – acreditamos que seja oportuna a utilização da divisão utilizada por Caroline Rose em sua obra *Interpreting History in Sino-Japanese Relations* (2005)⁶⁵, onde a autora divide a relação histórica em “bom período da relação” e “mau período da relação” (ROSE, 2005, p.4).

Para reforçar tal raciocínio, Rose se baseia na fala de Deng Xiaoping: “O Japão está em dívida com a China mais do que qualquer outra nação no mundo”. Segundo a autora, Deng se referia à duas dívidas: a cultural e a relacionada aos prejuízos da guerra. A dívida cultural é fruto de uma relação de dois milênios de amizade – ou ao menos cordialidade – entre as duas nações, e compreende o “bom período da relação”.

Japanese society developed firmly within the Chinese ‘culture area’, influenced at various times and to varying degrees by Chinese cultural, political, religious and ideological systems. [...] For Japan, China was a Greece and Rome that remained powerful, a Renaissance Italy and a classical France, all rolled into one; a single, unitary and unique cultural colossus. Through cultural borrowing, Japan’s early development clearly owed much to continental influence, particularly in the Sui and Tang periods when Japan’s enthusiasm to learn from China was at a peak. However, Chinese culture and civilisation were not transferred completely in their original form, but underwent careful selection and adaptation. Many aspects of Chinese civilisation were not incorporated into Japanese society, some failed to work, and some were completely redefined to suit Japanese circumstances (for example, government by merit, equal land distribution). [...] Japan’s cultural borrowing was sufficiently selective to bring about the evolution of a society which, although it owed much to China, became unique in its own right.⁶⁶ (ROSE, 2005p.8)

⁶⁵ Na obra, Caroline Rose trata das diferentes interpretações da história da relação entre China e Japão, sobretudo da relação pós-1945, fazendo uma análise do caso conhecido como *Textbook Issues* (“Questão dos livros didáticos”, tradução nossa). Tal questão trata da distorção e “suavização” da história da guerra sino-japonesa nos livros didáticos japoneses.

⁶⁶ A sociedade japonesa se desenvolveu firmemente dentro da ‘área de cultura’ chinesa, influenciada em vários momentos e em diferentes graus pelos sistemas cultural, político, religioso e ideológico chineses. [...] Para o Japão, a China foi uma Grécia e Roma que permaneceu poderosa, um Itália renascentista e uma França clássica, tudo combinado; um único e unitário colosso cultural. Através do empréstimo cultural, o desenvolvimento inicial do Japão claramente deve muito a influência continental, particularmente nos períodos Sui e Tang, quando o entusiasmo japonês para aprender

Por outro lado, meio século de desentendimentos e guerra (1895-1945) gerou o lado infeliz da histórica relação, período em que o Japão invadiu e explorou o território e povo chinês. No ápice da ocupação, o Japão controlava quase todas as grandes cidades chinesas, possuía total controle sobre o estado “fantoche” da Manchúria e se beneficiava de uma rede industrial e comercial estabelecida em território chinês. (Ibid., 9-13). Na memória chinesa os anos da ocupação ficaram gravados pela agressividade e humilhação à que foram submetidos pelas tropas nipônicas, ainda mais intensas a partir do início da década de 1930.

In China proper, labourers were either mobilised to work at the front or were shipped to Japan. Chinese labourers were amongst those mobilised to build the Burma railroad; Chinese girls and women were forced into prostitution as ‘comfort girls’ for the Japanese troops; Chinese prisoners of war were used in Japanese training exercises, and unknown numbers of Chinese were secretly taken to Manchuria (Unit 731) and died as a result of the bacteriological experiments inflicted upon them. [...]Chinese and Western sources agree that violence, killing, rape, and torture were committed arbitrarily by the Japanese army [...]Japanese textbooks generally estimate that 10 million Chinese soldiers and civilians died in the Sino-Japanese war, and [Jonh W.] Dower suggests this is a ‘reasonable’ figure. Many other estimates have been suggested, however, ranging from several million to 15–20 million deaths.⁶⁷ (ROSE, 2005, p. 14-15)

Ainda que muitos pesquisadores – chineses, ocidentais e japoneses – concordem que as cifras de mortos sejam entre 15 e 20 milhões, como aponta Caroline Rose (Ibid), políticos, acadêmicos e jornalistas da direita japonesa insistem em questionar a veracidade dos dados e fatos, construindo visões alternativas para

com a China estava no auge. No entanto, a cultura e civilização chinesa não foram completamente transferidas em sua forma original, mas passaram por uma cuidadosa seleção e adaptação. Muitos aspectos da civilização chinesa não foram incorporados à sociedade japonesa, alguns não funcionaram e alguns foram completamente redefinidos para atender às circunstâncias japonesas (por exemplo, o governo por mérito, distribuição igualitária de terras). [...] O empréstimo cultural japonês foi suficientemente seletivo para acarretar a evolução de uma sociedade que, embora deva muito à China, tornou-se única devido à sua própria capacidade. [Tradução nossa]

⁶⁷ Na China, trabalhadores ou foram mobilizados para trabalhar no fronte ou enviados ao Japão. Trabalhadores chineses estavam entre aqueles mobilizados para construir a estrada de ferro de Burma; meninas e mulheres chinesas foram forçadas à prostituição como ‘garotas de conforto’ para as tropas japonesas; prisioneiros de guerra chineses foram usados em exercícios de treinamento dos japoneses; e um número desconhecido de chineses foi secretamente levado para a Manchúria (Unidade 731) onde morreram como resultado dos experimentos bacteriológicos infligidos a eles. [...] Fontes chinesas e ocidentais concordam que a violência, assassinato, estupro e tortura foram cometidos de forma arbitrária pelo exército japonês [...] Livros didáticos japoneses geralmente estimam que 10 milhões de soldados e civis chineses morreram na guerra sino-japonesa, e [John W.] Dower sugere que este é um número ‘razoável’. Muitas outras estimativas têm sugerido, no entanto, que vão desde vários milhões a 15-20 milhões de mortes. [Tradução nossa]

o conflito. Membros e governantes do Partido Liberal Democrata (PLD) – que governa o Japão quase ininterruptamente desde o fim da ocupação norte-americana – pouco fizeram para avançar nos entendimentos com a China sobre a história do período, como veremos em alguns casos no decorrer do capítulo.

Ainda que governantes japoneses, recentemente, tenham admitido que o Japão causou muito sofrimento aos povos asiáticos, a interpretação sobre a guerra mudou muito pouco no PLD e na direita japonesa desde 1945, sendo que uma visão implícita mais “suave” sobre a guerra com a China parece ter continuado a mesma. Isso explica a relutância de sucessivos governantes japoneses de se desculparem com seus vizinhos asiáticos e das frequentes controvérsias sobre observações feitas por políticos do PLD, que causam irritação pelos países da Ásia. (Ibid, p.15)

É evidente que na relação política entre os dois países pós-1945, meio século de conflitos e desentendimentos recentes se sobrepuseram a dois milênios de relação pacífica. Portanto, o “mau período da relação” ainda assombra a evolução para um convívio mais harmonioso do Japão com China e Coréias.

3.1 A reaproximação sino-japonesa no pós-guerra

Embora a relação entre China e Japão ainda seja assombrada pelo “período infeliz” da história, é necessário levarmos em consideração os esforços para a reaproximação política no pós-guerra.

A normalização da relação entre os dois países aconteceu na década de 1970, no âmbito dos planos de reaproximação dos Estados Unidos, governado na época por Richard Nixon, com o governo de Pequim. Nixon aproveitou-se do afastamento entre o governo chinês e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e planejou um relaxamento na relação de seu país com a China de Mao Zedong. Essa reaproximação de Washington com Pequim acabou sendo de grande peso para a reaproximação de Tóquio com o governo chinês. É importante salientar que até 1972 Japão e China ainda se encontravam oficialmente em estado de guerra, ainda que sem conflitos bélicos desde o final da Segunda Guerra.

O retorno oficial das relações diplomáticas, e o fim oficial do conflito, veio em 29 de Setembro de 1972. Conduzido por figuras políticas importantes, como Mao Zedong, Zhou Enlai e Deng Xiaoping da parte chinesa e Kakuei Tanaka e Takeo Fukuda pela japonesa, a reaproximação se deu inicialmente através do

“Comunicado Conjunto do Governo do Japão e o Governo da República Popular da China”⁶⁸, que posteriormente resultou no estabelecimento do “Tratado de Paz e Amizade entre Japão e a República Popular da China”⁶⁹, de 1978.

Japan and China are neighbouring countries, separated only by a strip of water with a long history of traditional friendship. The peoples of the two countries earnestly desire to put an end to the abnormal state of affairs that has hitherto existed between the two countries. The realization of the aspiration of the two peoples for the termination of the state of war and the normalization of relations between Japan and China will add a new page to the annals of relations between the two countries.⁷⁰ (JAPAN, 1972)

Em tais documentos, os governos dos dois países se comprometeram a resolver todas as disputas existentes entre ambos por meios pacíficos, abdicando do uso ou ameaça de força; estabelecer relações de paz perpétua e amizade entre os dois países com base nos princípios do respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos respectivos assuntos internos, igualdade e benefício mútuo e coexistência pacífica. Os dois Estados se comprometeram a fomentar o desenvolvimento de relações econômicas e culturais e promover o intercâmbio entre seus povos. Quanto a esfera regional, concordam que nenhuma das partes deve buscar a hegemonia na região da Ásia-Pacífico, ou em qualquer outra região, e que ambos se opõem aos esforços por qualquer outro país ou grupo de países para estabelecer tal hegemonia (JAPAN, 1978).

Segundo Chae-Jin Lee (1979), que escreveu logo após o estabelecimento do Tratado de Amizade, a expectativa imediata da parte chinesa era contar com financiamento e a avançada tecnologia japonesa para concretizar seus planos de modernização, enquanto a parte japonesa planejava poder utilizar dos recursos naturais disponíveis no território chinês, sobretudo os recursos energéticos como carvão e petróleo, além, é claro, de enxergar na sociedade chinesa um grande

⁶⁸ *Joint Communique of the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China*. Disponível no site do Ministry of Foreign Affairs of Japan (MOFA):

< <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint72.html> >

⁶⁹ *Treaty of Peace and Friendship Between Japan and the People's Republic of China*. Disponível no site do Ministry of Foreign Affairs of Japan (MOFA):

<<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/treaty78.html>>

⁷⁰ Japão e China são países vizinhos, separados apenas por uma faixa de água e com uma longa história de amizade tradicional. Os povos dos dois países desejam seriamente colocar um fim ao estado anormal da relação que tem existido entre os dois países. A realização da aspiração dos dois povos para o término do estado de guerra e a normalização das relações entre Japão e China adicionará uma nova página para os anais das relações entre os dois países. [Tradução nossa]

mercado para seus produtos. Além dos ganhos econômicos, Lee ainda ressalta a satisfação chinesa em ter o Japão como aliado contra as pretensões soviéticas de hegemonia na Ásia. Também é importante ressaltar que mesmo com o Tratado nem todos os impasses entre China e Japão, frutos do período de guerra, foram resolvidos, como ressaltou Lee:

On the diplomatic front both sides are correct and cordial, but they do not hesitate to disagree on such issues as Korea, nuclear disarmament, and the development of seabed resources. The Senkaku Islands dispute is yet to be resolved, and Japan's extensive nondiplomatic linkage with Taiwan may become a source of Tokyo-Peking tension.⁷¹ (LEE, 1979, p. 443)

Esses impasses são ainda hoje os principais causadores de manifestações e protestos que emergem, sobretudo na China, e que acabam por corroer a confiança entre as duas nações. A memória da agressão japonesa permanece viva, ou como afirma Caroline Rose (2005, p.16), é mantida viva na China. O propósito de manter tal memória viva seria não deixar que o Japão esqueça as atrocidades que cometeu contra a sociedade chinesa. Para os chineses, o governo japonês parece sofrer de uma “amnésia” proposital quanto ao período de guerra contra a China. (Ibid.)

Diversos governantes e políticos japoneses se desculparam e admitiram os males causados pelo Japão durante a guerra⁷², no entanto a declaração emitida pelo primeiro-ministro japonês Tomiichi Murayama, em 1995, é vista como a mais importante⁷³. Ao completar meio século do fim da Segunda Guerra Mundial, o então primeiro-ministro pede perdão e reflexão sobre a política expansionista japonesa e condena o nacionalismo:

Our task is to convey to younger generations the horrors of war, so that we never repeat the errors in our history. I believe that, as we join hands, especially with the peoples of neighboring countries, to ensure true peace in the Asia-Pacific region -indeed, in the entire world- it is necessary, more than anything else, that we foster relations with all

⁷¹ Na frente diplomática ambos os lados são corretos e cordiais, mas não hesitam em discordar em questões como a Coreia, o desarmamento nuclear e o desenvolvimento de recursos no leito marítimo. A disputa sobre as ilhas Senkaku ainda está para ser resolvida, e a extensa ligação não diplomática do Japão com Taiwan pode se tornar uma fonte de tensão entre Tóquio e Pequim. [Tradução nossa]

⁷² Uma lista com as declarações de pedidos de desculpas (*List of war apology statements issued by Japan*) pode ser consultada através da página:

<http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_war_apology_statements_issued_by_Japan>

⁷³ *Statement by Prime Minister Tomiichi Murayama "On the occasion of the 50th anniversary of the war's end"(15 August 1995)*. Disponível em:

<<http://www.mofa.go.jp/announce/press/pm/murayama/9508.html>>

countries based on deep understanding and trust. [...] we should bear in mind that we must look into the past to learn from the lessons of history, and ensure that we do not stray from the path to the peace and prosperity of human society in the future. During a certain period in the not too distant past, Japan, following a mistaken national policy, advanced along the road to war, only to ensnare the Japanese people in a fateful crisis, and, through its colonial rule and aggression, caused tremendous damage and suffering to the people of many countries, particularly to those of Asian nations. In the hope that no such mistake be made in the future, I regard, in a spirit of humility, these irrefutable facts of history, and express here once again my feelings of deep remorse and state my heartfelt apology.⁷⁴ (JAPAN, 1995)

Apesar dos pedidos de perdão de primeiros-ministros e do imperador do Japão pelas ações japonesas durante a guerra, os chineses ainda possuem dúvidas sobre a sinceridade de tais declarações. A percepção da falta de sinceridade vem do fato que os políticos japoneses ainda se recusam a admitir determinados crimes cometidos pelo exército imperial japonês, assim como relatar tal violência nos livros de história nacional utilizados na rede de ensino, como relatado no trabalho de Rose (2005).

Muitos vestígios da guerra permaneceram e ainda hoje rondam os gabinetes dos políticos chineses e japoneses. Em consequência, a relação sino-japonesa é caracterizada por uma forte “bipolaridade”, como uma moeda, que possui duas faces. A importância e a complementaridade da relação econômica é um fato. Porém, a relação política entre China e Japão possui um caráter volátil, que tende frequentemente a acarretar atritos diplomáticos entre as duas partes.

A atual conjuntura da Ásia Oriental apresenta algo inédito, a existência de duas potências regionais, e tão próximas geograficamente. É difícil imaginar os rumos que serão tomados na região com um Japão poderoso e uma ascensão da China. O que se pergunta é quais serão os resultados dessa nova conjuntura: uma maior

⁷⁴ Nossa tarefa é transmitir às novas gerações os horrores da guerra, para que nunca repitamos os erros na nossa história. Eu acredito que, darmos as mãos, especialmente com os povos dos países vizinhos, para garantir a paz verdadeira na região da Ásia-Pacífico – de fato, em todo o mundo – é necessário, mais do que qualquer outra coisa, que fomentemos relações com todos os países com base na compreensão e confiança profunda. [...] devemos ter em mente que devemos olhar para o passado para aprender com as lições da história, e garantir que não nos desviemos do caminho para a paz e prosperidade da sociedade humana no futuro. Durante certo período no passado não muito distante, o Japão, seguindo uma política nacional errônea avançou pelo caminho da guerra, apenas para envolver o povo japonês em uma crise fatal, e através de seu domínio colonial e agressão causou tremendo dano e sofrimento aos povos de muitos países, particularmente às nações asiáticas. Na esperança de que tal erro não seja cometido no futuro, eu reconheço, em um espírito de humildade, esses fatos irrefutáveis da história, e expresso aqui, mais uma vez, os meus sentimentos de profundo remorso e manifesto o meu sincero pedido de desculpas. [Tradução nossa]

instabilidade na segurança regional originada das disputas pela hegemonia regional? Uma aproximação e fortalecimento dos laços econômicos que levem a uma aproximação política e, por fim, maior confiança mútua no âmbito da segurança regional? São possibilidades plausíveis, porém rodeadas por empecilhos advindos, mormente, das desconfianças recíprocas nas relações sino-japonesas.

Elegemos dois casos para evidenciar as divergências, primeiro a questão da segurança regional e das desconfianças mútuas no campo das forças armadas, vinculado a resultados contemporâneos das políticas de defesa de ambos os países, e depois; a disputa territorial no Mar da China Oriental, onde China e Japão declaram soberania sobre um pequeno arquipélago, conhecido como Diaoyu pelos chineses e Senkaku para os japoneses.

3.2 A Aliança Japão-Estados Unidos

Ao tratar da defesa e segurança do Japão, e da Ásia Oriental no geral, devemos levar em conta um agente presente e influente na região, os EUA. Com bases militares e contingentes presentes em várias localidades da Ásia Oriental, é um ator cuja presença é um fator envolvido diretamente nas relações dos países da região.

É impossível discutirmos a segurança e defesa do Japão sem considerarmos o fato de que os EUA é seu grande aliado. Ocupado pelos norte-americanos ao término da Segunda Guerra Mundial – 1945 a 1952 – o Japão tornou-se à época um país com soberania limitada, e seus governantes se submetiam ao general Douglas MacArthur, o Comandante Supremo dos Aliados⁷⁵. As forças de ocupação aliadas tinham como objetivo transformar o Japão em um estado democrático, seguindo preceitos norte-americanos de que países democráticos não ameaçavam a paz do sistema internacional.

Durante a ocupação, em 1947, uma nova Constituição⁷⁶ foi elaborada e promulgada. Nessa nova Constituição, o imperador japonês renunciava a seu papel sagrado e aos seus poderes políticos, se submetendo ao Parlamento e desempenhando apenas o papel de “símbolo do Estado e da unidade do povo,

⁷⁵ A Força de Ocupação liderada pelo General MacArthur era denominada oficialmente como *Supreme Commander of the Allied Powers* (SCAP) – Comando Supremo das Forças Aliadas.

⁷⁶ A Constituição japonesa de 1947 pode ser encontrada através da seguinte página eletrônica: <http://www.kantei.go.jp/foreign/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html>

derivando sua posição da vontade do povo com quem reside o poder soberano.” [tradução nossa] (CONSTITUTION OF JAPAN, Article 1).

O ponto mais controverso e debatido sobre a Constituição de 1947, ainda vigente, é o Artigo 9, no qual o Japão renuncia a guerra e ao uso da força como direitos soberanos da nação. O estado ficou proibido de manter Forças Armadas e poder de guerra, e seu direito de beligerância não é reconhecido. Na década de 1950, com o “retorno” da soberania do estado japonês, foram criadas as Forças de Autodefesa do Japão. O Artigo 9 da Constituição, assim como as Forças de Autodefesa, são focos frequentes de suspeitas por parte de países vizinhos ao Japão, sobretudo a China.

A conjuntura regional asiática se mostrou positiva para que a ocupação norte-americana sobre o arquipélago japonês se desenvolvesse para uma forte aliança não esperada nos anos anteriores a 1950.

O cenário político doméstico chinês estava em convulsão devido à disputa pelo poder entre nacionalistas e comunistas, esses liderados por Mao Zedong. Quando, em 1949, as forças nacionalistas são derrotadas pelos comunistas, Chiang Kai-shek e suas forças se retiram para a ilha de Taiwan. Mao e o Partido Comunista Chinês unificam novamente a China continental e proclamam a fundação da República Popular da China. Assim,

Com o afastamento da possibilidade de a China vir a ser a principal aliada americana na região asiática, deixava de ser interessante fazer do Japão um país desmilitarizado e fraco. As circunstâncias estavam alteradas. Era preciso recuperá-lo, tê-lo como aliado, suficientemente forte para dar apoio as iniciativas e interesses americanos na região. (UEHARA, 1995, p.6)

A vitória e domínio dos comunistas na China continental no contexto de início da Guerra-Fria daria ao governo norte-americano o sentimento de “perda da China”. A vitória do Partido Comunista Chinês sobre o Kuomintang e a conquista da China continental pelos comunistas simbolizavam, na visão norte-americana, uma ameaça a toda a região da Ásia-Pacífico. Uma aliança entre a União Soviética de Stalin e a China de Mao, tão próximas, poderia levar a várias “perdas” no restante da Ásia. Os EUA se viram na necessidade de fazer um contraponto ao poderio comunista no leste da Ásia, e tal contraponto teria como base o Japão, onde parte das forças norte-americanas já se encontrava estacionada. Os EUA não podiam arriscar “perder” o Japão para o bloco comunista, como havia acontecido com a China.

No contexto de Guerra-Fria, EUA e Japão formaram uma forte aliança de segurança e cooperação econômica, ainda em vigor, que deu ao Japão uma rápida recuperação econômica, assim como uma rápida ascensão ao posto de segunda economia do mundo em 1968⁷⁷. Os documentos que oficializaram a aliança são o “Tratado de Segurança entre Japão e Estados Unidos”⁷⁸, assinado em 1951 e o “Tratado de Cooperação e Segurança Mútua entre Japão e EUA”⁷⁹, de 1960.

É válido lembrar que nesse contexto, estoura a Guerra da Coréia (1950-1953) e o Japão se mostra um parceiro essencial dos EUA, tanto como fornecedor de parte do material utilizado durante a guerra, como servindo de base de operações. É nesse contexto que a economia japonesa é estimulada, como aponta Uehara (2003, p.81), e há a proposta e criação das Forças de Autodefesa.

Através do Tratado de 1951, o Japão “retomava” sua soberania e criava as Forças de Autodefesa:

The Treaty of Peace recognizes that Japan as a sovereign nation has the right to enter into collective security arrangements, and further, the Charter of the United Nations recognizes that all nations possess an inherent right of individual and collective self-defense.⁸⁰ (SECURITY TREATY BETWEEN THE UNITED STATES AND JAPAN, Preamble, 1951).

A partir desse Tratado, o governo japonês também autorizou que parte das forças armadas norte-americanas continuasse em território japonês, e que poderia dispor das forças de ar, terra e mar norte-americanas dentro e sobre o Japão. A presença das forças norte-americanas serviria para:

[...] contribute to the maintenance of international peace and security in the Far East and to the security of Japan against armed attack from without, including assistance given at the express request of the Japanese Government to put down largescale internal riots and disturbances in Japan, caused through instigation or intervention by an outside power or powers.⁸¹ (SECURITY TREATY BETWEEN THE UNITED STATES AND JAPAN, Article 1, 1951)

⁷⁷ Segundo artigo do Ministério de Relações Exteriores do Japão (MOFA).

http://web-japan.org/factsheet/en/pdf/e04_economy.pdf

⁷⁸ O texto do Tratado de 1951 pode ser encontrado através da página:

<http://avalon.law.yale.edu/20th_century/japan001.asp#b1>

⁷⁹ O texto do Tratado de 1960 pode ser encontrado através do site do Ministério das Relações Exteriores do Japão: <<http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>>

⁸⁰ O Tratado de Paz reconhece que o Japão como um país soberano tem o direito de celebrar acordos de segurança coletiva, e ainda, a Carta das Nações Unidas reconhece que todas as nações possuem um direito inerente de auto-defesa individual e coletiva. [Tradução nossa]

⁸¹ [...] contribuir para a manutenção da paz internacional e da segurança no Extremo Oriente e para a segurança do Japão contra um ataque armado a partir de fora, incluindo a assistência prestada à solicitação expressa do governo japonês para acabar com revoltas e distúrbios internos de larga

Dessa maneira, os EUA conseguiram manter a aliança com o Japão e evitar uma possível aliança japonesa com o bloco comunista, ou a prática de uma política pendular por parte dos governantes japoneses. É interessante notar que as forças norte-americanas poderiam ser utilizadas também para conter ameaças internas, o que podemos interpretar como a possibilidade de grupos de esquerda⁸² tentarem tomar o poder.

O Tratado de Segurança de 1951 entre Japão e EUA foi revisto e passou a ser denominado “Tratado de Cooperação e Segurança Mútua entre Japão e EUA”, no ano de 1960. Nessa revisão, as Forças Armadas norte-americanas continuaram autorizadas a atuar em território japonês, assim como manter instalações militares neste. A permanência tinha como objetivo contribuir para a segurança do Japão e da manutenção da paz e segurança internacional no Extremo Oriente. As partes do Tratado também reconheceram que um ataque armado contra territórios sob a administração do Japão, seja contra qualquer uma das partes, seria perigoso para a própria paz e segurança do Japão, podendo as partes agir para enfrentar o perigo comum, em conformidade com suas disposições constitucionais.

No Tratado de 1960, fica clara a mensagem norte-americana a China e União Soviética de que os EUA não aceitariam intervenções ou ataques contra o território japonês, fosse contra as forças japonesas ou norte-americanas. O Tratado também acaba por “amarrar” a segurança externa japonesa à segurança e poderio bélico norte-americano.

escala no Japão, causados por incitação ou intervenção de um poder ou poderes de fora. [Tradução nossa]

⁸² Como apontam Patrick Smith (1997) e Chalmers Johnson (2004), o governo norte-americano conseguiu realizar no Japão algo semelhante ao que fez em diversos países do chamado “Terceiro Mundo”, apoiando a antiga elite política restaurada a partir de 1948 (SMITH, p.29). Após a reunificação da China sob o comando de Mao Zedong e do Partido Comunista, os norte-americanos se voltaram para o Japão ocupado na estratégia de fazer do país um “satélite” na Ásia Oriental. Na implementação de um regime democrático no Japão pós-guerra, com a vizinha China sob o governo de Mao, os EUA não hesitaram em manter o *establishment* anti-comunista já presente desde o governo nacionalista japonês. O perdão dado a muitos indivíduos considerados criminosos de guerra e a permissão para que continuassem no alto escalão político – como no caso de Nobusuke Kishi –, a manutenção da burocracia estatal anterior a guerra e o incentivo de um regime de partido único (LDP), criaram no Japão um ambiente de aparente tranquilidade e estabilidade política. Em tal ambiente, protestos contra a aliança Japão-EUA e forças opositoras – partidos de esquerda ou sindicatos – passaram a ser controlados e a caracterizar o que Chalmers chama de regime de “partido-único cinza” (*gray single party* no original, JOHNSON, p. 57) e “autoritarismo brando” (*soft-authoritarianism*, JOHNSON, p. 199), prevenindo com sucesso qualquer alteração no poder político e legitimando a posição de satélite norte-americano.

Também é interessante notar que os países agiriam segundo as disposições constitucionais, o que significa que os japoneses não poderiam utilizar de forças armadas propriamente ditas, apenas das Forças de Autodefesa, então reduzidas. O governo norte-americano não só trouxe para si a garantia da segurança do arquipélago japonês, como também limitou ao Japão um poderio militar reduzido, ou seja, garantia a segurança japonesa, mas parecia não ansiar por fazer do Japão um país “livre” da influência norte-americana.

O Artigo 10 do Tratado de 1960 coloca que o mesmo deve ser reafirmado a cada período de dez anos, e a aliança entre Japão e EUA vem sendo reafirmada desde 1960. Como aponta Uehara (2003, p.89), os “EUA eram e continuam sendo um parceiro importante, tanto em termos de segurança como economicamente, uma vez que o Japão mantém sua proteção fundamentada no Tratado de Segurança Mútua”.

Como ressalta Vizontini (1995), a classe dirigente do Japão aproveitou a condição de país sob proteção norte-americana e adotou uma postura de baixo perfil na área política e militar, focando sua atenção no progresso econômico do país. Essa percepção de que o Japão poderia crescer através da proteção dos EUA em detrimento da independência nos assuntos externos ficou conhecida como “Doutrina Yoshida”, como aponta Alexandre Uehara (2003), recebendo o nome do primeiro-ministro japonês que a promoveu, Shigeru Yoshida.

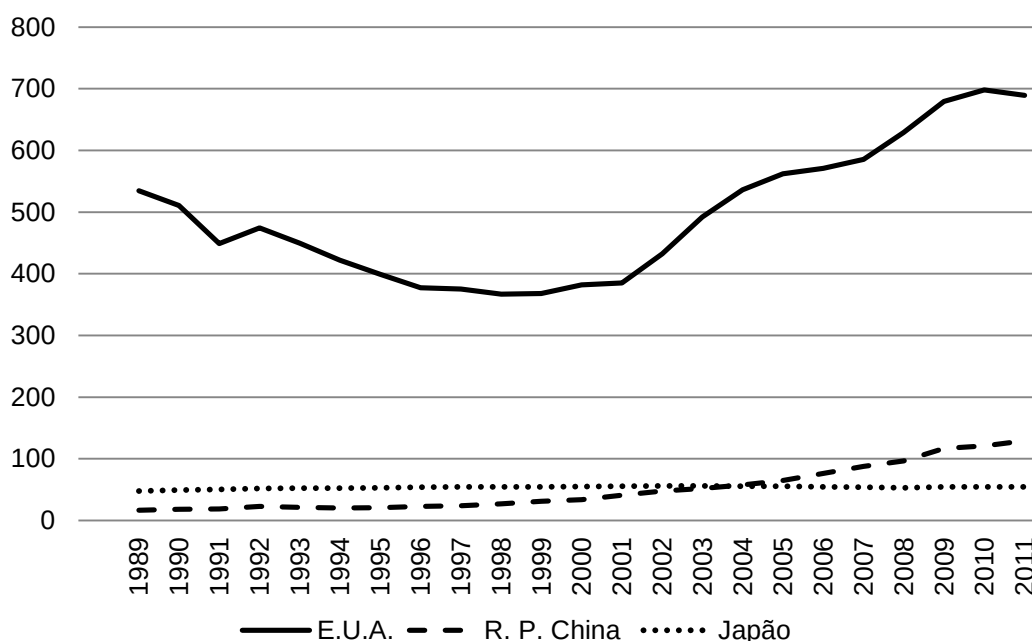
3.3 A ascensão chinesa e os investimentos militares na região

Já durante a “Era Mao” a China, se afastando dos soviéticos, ensaiava sua reinserção no sistema internacional. Com a morte de Mao, em 1976, e a restauração de Deng Xiaoping como líder do Partido Comunista Chinês e dirigente do estado, um novo período de desenvolvimento econômico se iniciou. Sob a administração de Deng se inicia um processo de reformas e abertura econômica que resultaram em um intenso processo de modernização e inserção chinesa na economia global, não modificando a estrutura política de partido único predominante no país. A estratégia de desenvolvimento promovida por Deng tinha como eixo central fomentar as “Quatro Modernizações”, a saber, quatro áreas: indústria, ciência e tecnologia, agricultura e defesa.

A elevada expansão econômica chinesa, representada pelas elevadas taxas de crescimento anual do Produto Interno Bruto, advieram das reformas modernizadoras promovidas por Deng Xiaoping. A partir de 1976, quando as atribuições políticas de Deng foram restauradas, o PIB ascendeu constantemente em um ritmo que por poucas vezes ficou abaixo dos 5% anualmente.

A partir de 2010 a China passou a ocupar a posição de segunda maior economia do mundo, tendo ultrapassado o Japão, que ocupava tal posto desde 1968⁸³. Sendo a segunda maior economia do mundo, com um PIB acima de 7 trilhões de dólares – segundo dados do Banco Mundial – e ocupando o lugar de terceiro maior país em área territorial, é natural que os gastos militares da China tenham expandido nas últimas décadas. É válido lembrar que modernizar o setor de defesa chinês estava incluso nos planos das “Quatro Modernizações”. Utilizando a figura abaixo (Figura 6) podemos observar e comparar os gastos militares de China, Japão e EUA, as três maiores economias do globo e de grande importância e impactos na Ásia Oriental.

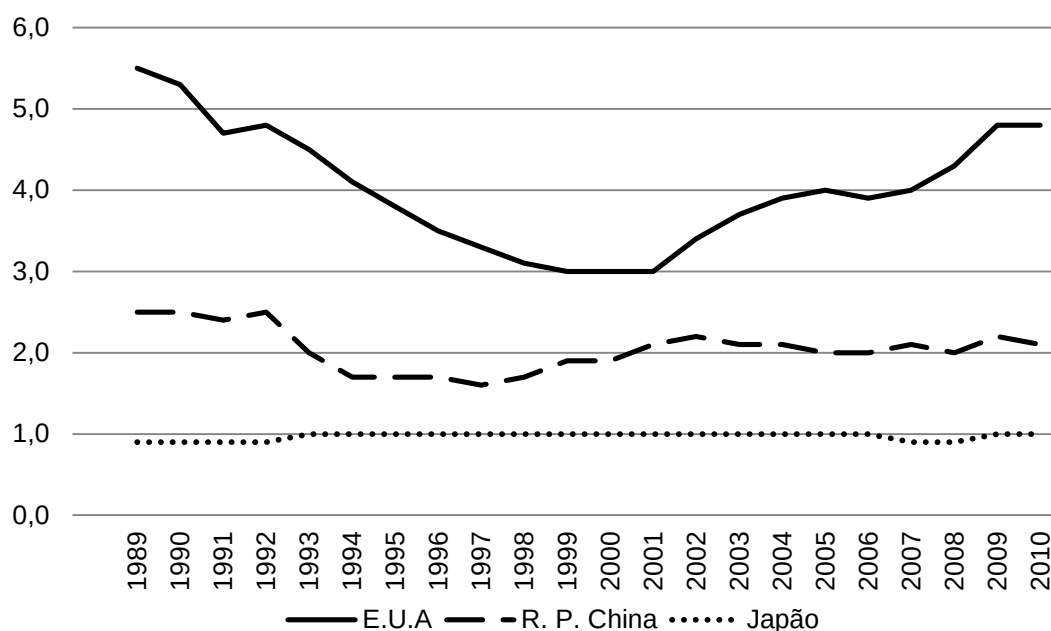
Figura 6: Gastos Militares (em bilhões de US\$)



Fonte: SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute

⁸³ Segundo artigo do Ministério de Relações Exteriores do Japão (MOFA). http://web-japan.org/factsheet/en/pdf/e04_economy.pdf

Figura 7: Gastos Militares (em % PIB)



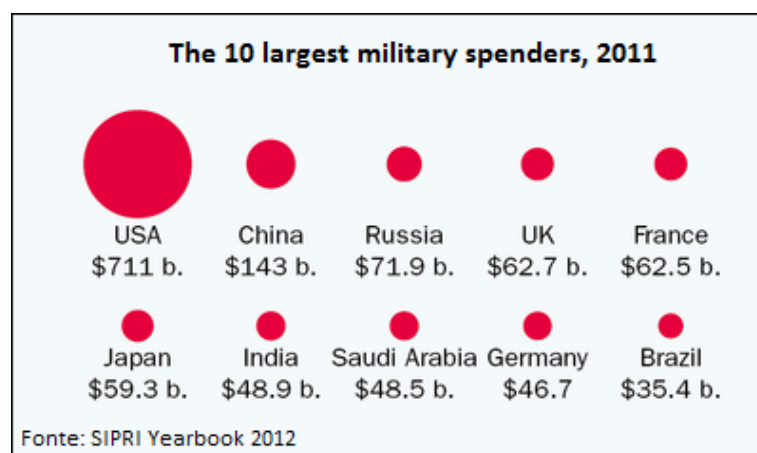
Fonte: SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute

Quando observamos a evolução corrente das despesas militares chinesas em termos absolutos, os números parecem crescer rapidamente, porém devemos voltar a lembrar da alta taxa de crescimento do país. Para um país que cresceu a taxas elevadas rapidamente, seria natural um crescimento elevado nos valores investidos no setor militar.

Os saltos substanciais em valores podem ser detectados no início da primeira década desse século, quando o crescimento chinês se estabilizou acima de quase inacreditáveis 8% ao ano. Foi durante esse período que as políticas de abertura e modernização, iniciadas por Deng e sustentadas no decorrer dos anos, atingiram um grau de amadurecimento. O país deixou de ser destaque apenas por produzir a baixo custo, mas também passou a ser destaque em investimentos direcionados a pesquisas científicas e tecnológicas, tendo as empresas de origem e capital chinês começado sua internacionalização. Tal momento foi marcado pela afirmação da China como potência econômica global, o que de certa forma justifica o aumento das despesas militares. Porém, se observarmos o crescimento de tais despesas em porcentagem do PIB chinês, detecta-se que não houve grandes oscilações, tendo estado por volta dos 2% desde 1989.

Quando observamos as despesas militares japonesas, podemos notar uma estabilidade dos investimentos, tanto em valores absolutos quanto em porcentagem do PIB. Tal estabilidade pode ser interpretada como originária da estagnação em que se encontra a economia japonesa, desde o início da década de 1990, além da existência do veto constitucional que impede o Japão de possuir forças armadas “normais”. Porém, a efetividade real desse veto pode ser questionada se observarmos que o Japão ocupa a 6ª posição global em gastos militares no ano de 2011, segundo dados do SIPRI⁸⁴.

Figura 8: Os 10 maiores gastos militares, 2011



Se observarmos os números, o Estado japonês despende pouco menos do que Reino Unido e França e mais do que a Alemanha, lembrando que desde 2001 estes três últimos estiveram envolvidos com as ocupações do Afeganistão e Iraque, em conjunto com as forças armadas norte-americanas.

Em relação aos gastos norte-americanos, os EUA lideram os gastos no setor militar, estando muito acima em relação ao segundo colocado. Como podemos observar segundo os dados do SIPRI, atualmente os gastos norte-americanos são mais de cinco vezes superior ao segundo colocado, a China. Os investimentos norte-americanos em armamentos impactam fortemente no contexto da Ásia Oriental devido a forte presença das forças armadas dos EUA na região. O contingente atual de soldados norte-americanos na região da Ásia Oriental e Pacífico – considerando aqui apenas em terceiros países e frotas marítimas; descartando os números dos

⁸⁴ SIPRI Yearbook 2012, disponível em: <<http://www.sipri.org/yearbook/2012/04>>.

territórios sob jurisdição norte-americana, como Guam e Ilhas Marianas – se aproxima dos oitenta mil soldados.⁸⁵

O mais recente movimento norte-americano em relação à Ásia diz respeito ao novo foco da estratégia de segurança do país, anunciada no início de 2012⁸⁶. Na nova estratégia, é reforçado o interesse duradouro sobre a segurança europeia, porém é evidenciado que a região deve desenvolver sua segurança baseada na OTAN, proporcionando aos EUA a retirada de parte do seu contingente militar no continente. O enfoque na Ásia é justificado:

U.S. economic and security interests are inextricably linked to developments in the arc extending from the Western Pacific and East Asia into the Indian Ocean region and South Asia, creating a mix of evolving challenges and opportunities. Accordingly, while the U.S. military will continue to contribute to security globally, we will of necessity rebalance toward the Asia-Pacific region.⁸⁷ (SUSTAINING U.S. GLOBAL LEADERSHIP, 2012, p.2)

O documento demonstra preocupação com os investimentos chineses no setor militar, e aponta que a emergência da China como potência regional poderá afetar a economia e segurança norte-americana de diversas maneiras. A nova estratégia aponta que a manutenção da paz, estabilidade, o livre fluxo comercial, e a influência norte-americana naquela dinâmica região, dependerá de uma maior presença e estrutura militar dos EUA, argumentando que, *“the United States must maintain its ability to project power in areas in which our access and freedom to operate are challenged”*⁸⁸ (Ibid, p. 4).

O Estado chinês qualifica sua política de defesa como defensiva por natureza, e declara que suas despesas militares seguem a lógica do “desenvolvimento pacífico”. O *White Paper on China's Peaceful Development*⁸⁹, divulgado pelo

⁸⁵ Os números correspondem ao contingente divulgado pelo Departamento de Defesa dos EUA [<http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/MILITARY/history/hst1112.pdf>], somado ao contingente norte-americano estacionado na Coreia do Sul sob o comando do *United States Forces Korea* (USFK) [<http://www.fas.org/sgp/crs/row/R41481.pdf>].

⁸⁶ *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*. Jan. 2012. Disponível em: http://www.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf.

⁸⁷ A economia e os interesses de segurança dos EUA estão intrinsicamente ligados aos desenvolvimentos no arco que se estende desde o Pacífico Ocidental e Ásia Oriental a região do Oceano Índico e Sul da Ásia, criando uma mistura de desafios e oportunidades em evolução. Assim, enquanto as forças armadas dos EUA continuarão a contribuir para a segurança mundial, teremos a necessidade de reequilibrar para a região da Ásia-Pacífico. [Tradução nossa]

⁸⁸ Os Estados Unidos deve manter a sua capacidade de projetar poder em áreas em que o nosso acesso e liberdade para operar são desafiados. [Tradução nossa]

⁸⁹ Disponível em: http://english.gov.cn/official/2011-09/06/content_1941354.htm.

Departamento de Comunicação do Conselho de Estado, possui uma breve definição de desenvolvimento pacífico:

Viewed in the broader, global and historical context, the path of peaceful development may be defined as follows: China should develop itself through upholding world peace and contribute to world peace through its own development. It should achieve development with its own efforts and by carrying out reform and innovation; at the same time, it should open itself to the outside and learn from other countries. It should seek mutual benefit and common development with other countries in keeping with the trend of economic globalization, and it should work together with other countries to build a harmonious world of durable peace and common prosperity. This is a path of scientific, independent, open, peaceful, cooperative and common development.⁹⁰ (WHITE PAPER ON CHINA'S PEACEFUL DEVELOPMENT - The Path of China's Peaceful Development: What It Is About)

O documento aponta que os gastos no setor militar chinês são condizentes com sua extensão territorial e sua vasta área fronteiriça, e adequados aos desafios de segurança tradicionais e não-tradicionais que o país enfrenta, além das ameaças de separatismo existentes internamente. Declara que o propósito da modernização das capacidades de defesa chinesas tem por fim manter a segurança do país e manter seu desenvolvimento pacífico, sendo os gastos adequados e moderados, estando de acordo com as necessidades do Estado.

O documento aponta que a China não se envolverá em corridas armamentistas e não representa ameaça militar a nenhum outro país, seguindo o princípio de não atacar a menos que seja atacada, se comprometendo a resolver disputas internacionais por meios pacíficos. O desenvolvimento pacífico chinês, aponta o documento, rompeu com o padrão tradicional de ascensão de potências e de busca por hegemonia. Destaca que o estabelecimento de colônias, a luta por esferas de influência, e a condução da expansão militar contra outros países, características da ascensão das potências ocidentais e japonesa, não são características da ascensão chinesa e de seu modelo de desenvolvimento. A decisão pelo desenvolvimento

⁹⁰ Visto no contexto histórico e global mais amplo, o caminho do desenvolvimento pacífico pode ser definido da seguinte forma: a China deve desenvolver-se através da defesa da paz mundial e contribuir para a paz mundial através do seu próprio desenvolvimento. Deve alcançar o desenvolvimento com seus próprios esforços e através de reformas e inovações; ao mesmo tempo, deve-se abrir para o exterior e aprender com outros países. Deve buscar o benefício mútuo e desenvolvimento comum com outros países, em consonância com a tendência da globalização econômica, e deve trabalhar em conjunto com outros países para a construção de um mundo harmonioso, de paz duradoura e prosperidade comum. Esse é um caminho de desenvolvimento científico, independente, aberto, pacífico, cooperativo e comum. [Tradução nossa]

pacífico e a cooperação mutuamente benéfica com os países vizinhos, é a diretriz fundamental para tornar real o sucesso da modernização da sociedade chinesa.

3.4 China e Japão: discordâncias e disputas

As desconfianças japonesas em relação à China são resultado do crescimento contínuo das despesas chinesas e da modernização no setor militar de tal país. Para os japoneses, os motivos de tais despesas não são claramente divulgados. Já a desconfiança da parte chinesa provém da possibilidade da queda dos impedimentos japoneses em relação a manutenção de forças armadas normais, o que seria possível a partir da revisão do Artigo 9 da Constituição japonesa e “apoio” norte-americano a essa decisão; a forte aliança EUA-Japão também incomoda aos chineses, uma vez que desloca o poderio norte-americano para uma região tão próxima do território chinês. Os desentendimentos sino-japoneses podem ser simbolizados e ganham maior evidência na disputa territorial marítima que envolve as ilhas Senkaku para os japoneses e Diaoyu para os chineses.

Em seu *Annual White Paper* de 2010⁹¹, o ministério da defesa japonês admite que a expansão das despesas chinesas em defesa possui como foco central a manutenção da unidade nacional, dando máxima prioridade à questão de Taiwan, na busca por impedir a independência da ilha. Porém, também aponta que recentemente a China vem adquirindo recursos visando aumentar suas capacidades de agir além da questão de Taiwan.

No que diz respeito a transparência dos gastos chineses em armamentos, o governo japonês mostra preocupações com falta de divulgação de informações específicas sobre a posse de armas, objetivos públicos, organização e localização de unidades, registros das principais operações e exercícios militares ou uma discriminação detalhada do orçamento de defesa nacional. Porém, o governo japonês reconhece que a partir de 1998, com o lançamento dos *White Papers* chineses, o diálogo entre autoridades nacionais de defesa chinesas e de outros países aumentou. O documento do governo japonês também menciona como positivo a maior colaboração do governo chinês com as agências da ONU sobre despesas militares.

⁹¹ Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2010.html>

Mas para o governo japonês as informações divulgadas ainda não são o suficiente para deixar claras as intenções chinesas no que diz respeito aos objetivos dos investimentos e modernização de suas forças armadas. O Japão argumenta que como uma potência emergente, o poderio militar da China, assim como a esfera econômica e política, também atrai atenção de outros países. A fim de dissipar as preocupações sobre suas intenções, é cada vez mais importante que a China melhore a transparência de sua política nacional de defesa e de sua capacidade militar.

Em seu *National Defense Program Guidelines*⁹² para o ano de 2011, o governo japonês argumenta que a modernização das forças armadas chinesas fortalece a capacidade de projeção de poder da China, e podemos interpretar que a modernização da marinha chinesa, assim como a intensificação das suas atividades marítimas na região, é a principal preocupação. As divergências territoriais marítimas são destaque nas relações da China com os seus vizinhos: no Mar da China Meridional há divergências com Filipinas, Vietnã e Malásia, que disputam com a China território marítimo importante não apenas por se tratar de uma das rotas comerciais mais importantes do mundo, mas também pelos recursos naturais disponíveis na área, destacando-se a pesca e recursos energéticos, como petróleo e gás natural. Com o Japão as discordâncias se dão pela disputa de ilhas no Mar da China Oriental.

A grande preocupação da China e dos países da Ásia Oriental quanto ao Japão é a possibilidade de uma remilitarização do país a partir de modificações na Constituição do país. A interpretação do governo japonês sobre o Artigo 9 da Constituição e os limites das Forças de Autodefesa também são apresentadas no *White Paper* japonês. As restrições constitucionais, segundo essa interpretação do governo, proíbem as forças japonesas de possuírem armamentos de capacidade ofensiva, como armas de destruição em massa; o envio de tropas japonesas armadas para outros países com o intuito de uso da força; utilizar o nível mínimo de força necessária para se autodefender; e em caso de conflitos de defesa, não é permitido a ocupação do território inimigo. Essas restrições citadas anteriormente são alguns dos destaques, mas é interessante evidenciar que o governo japonês declara que as forças do país podem ser usadas,

⁹² Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/d_act/d_policy/national.html>

The Government interprets Article 9 of the Constitution to mean that armed force can be used to exercise the right of self-defense only when the following three conditions are met: (1) When there is an imminent and illegitimate act of aggression against Japan; (2) When there is no appropriate means to deal with such aggression other than by resorting to the right of self-defense; and (3) When the use of armed force is confined to be the minimum necessary level.⁹³ (DEFENSE OF JAPAN - ANNUAL WHITE PAPER; Section 2: The Constitution and the Right of Self-Defense).

A presença e ações de figuras nacionalistas no cenário político japonês são motivos de protestos frequentes por parte de governos como Coréia do Sul e China. Políticos japoneses como o ex-primeiro-ministro Junichiro Koizumi (2001-2006), o ex-governador de Tóquio Shintaro Ishihara e mais recentemente o primeiro-ministro Shinzo Abe, são exemplos atuais de políticos apontados pelos chineses como nacionalistas.

O governo de Koizumi foi marcado como um período de afastamento político entre China e Japão. A insistência de Koizumi em visitar anualmente o Santuário Yasukuni⁹⁴ provocava indignação e severas críticas dos governos chinês e coreano, e como consequência, o reavivamento das memórias da Segunda Guerra Mundial. Também durante o governo de Koizumi, o Japão enviou, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, tropas das Forças de Autodefesa para operações fora do país. Em apoio aos EUA, e na lógica das ações da Guerra Contra o Terror, e fortalecendo os laços nipo-americanos, Koizumi aprovou o envio de tropas japonesas ao Iraque no início de 2004.⁹⁵

Após o envio de tropas japonesas ao Iraque, embarcações da marinha japonesa foram enviadas, em 2009, ao Oceano Índico para combater piratas somalis⁹⁶; em 2011 o governo japonês decidiu por enviar tropas em apoio à Missão

⁹³ O governo interpreta o Artigo 9 da Constituição como significando que a força armada pode ser usada para exercer o direito de auto-defesa apenas quando se verificarem as seguintes três condições: (1) Quando houver um ato de agressão iminente e ilegítimo contra o Japão; (2) Quando não houver meios adequados para lidar com tal agressão que não seja recorrendo ao direito de auto-defesa; e (3) Quando o uso da força armada se é limitado ao nível mínimo necessário. [Tradução nossa]

⁹⁴ O santuário Yasukuni é um memorial aos soldados japoneses mortos em guerra e alvo de críticas dos países invadidos pelo Japão na Segunda Guerra Mundial. Governos da Coréia do Sul e China, por exemplo, alegam que as homenagens feitas a criminosos de guerra no santuário denotam um caráter nacionalista e militarista ainda presentes na sociedade japonesa.

⁹⁵ Declaração do Primeiro-Ministro Koizumi sobre o envio das tropas ao Iraque: <http://www.mofa.go.jp/region/middle_e/iraq/issue2003/pmstate0312.html>

⁹⁶ As ações da marinha japonesa no combate aos piratas na costa da Somália e no Oceano Índico podem ser encontrados no site da instituição: <http://www.mod.go.jp/e/d_act/somalia/index.html>

das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS)⁹⁷. Ainda que as tropas japonesas tenham sido enviadas com o fim de auxiliar na reconstrução da infraestrutura do Iraque e do Sudão do Sul, a atuação das Forças de Autodefesa no exterior parece marcar o início de uma nova fase do papel das forças japonesas e pode também indicar a possibilidade de normalização das forças armadas do Japão.

Quanto à disputa pela soberania do arquipélago Diaoyu/Senkaku, foco principal dos mais atuais desentendimentos entre China e Japão, está localizado no Mar da China Oriental, a uma distância de aproximadamente 190 quilômetros a nordeste de Taiwan, a cerca de 290 quilômetros a oeste de Okinawa (Japão) e aproximadamente 400 quilômetros da China continental. É formado por oito ilhas desabitadas que atualmente estão sob controle japonês. Essa desavença entre os dois países é tema frequente nos jornais chineses e japoneses, e tende a inflamar os sentimentos de setores nacionalistas de ambas as sociedades.

Figura 9: A região em disputa - em destaque o arquipélago Diaoyu/Senkaku⁹⁸



Fonte: Voice of America News

⁹⁷ Sobre o envio das Forças de Autodefesa Japonesas ao Sudão do Sul no âmbito da UNMISS: http://www.mofa.go.jp/announce/announce/2011/12/1220_02.html

⁹⁸ O mapa encontra-se disponível na página do diário eletrônico de notícias *Voice of America*. Disponível em: <http://www.voanews.com/content/article/1516744.html>

Como afirma M. Fravel (2010, p.145), as discordâncias sobre a posse das ilhas ganhou maior projeção a partir da década de 1970 e o motivo das divergências está centrado não nos recursos praticamente inexistentes das ilhas, mas sim pela existência de petróleo e gás natural no leito marítimo. A soberania sobre as ilhas é importante para ambos os estados, pois dá ao país ao qual elas pertencem uma expansão em sua Zona Econômica Exclusiva, ou seja, aumenta a área de exploração do leito marítimo.

Em 1978, quando China e Japão reataram os laços de amizade, Deng Xiaoping já estava consciente do quão difícil seria para os dois países chegarem a um acordo quanto a soberania sobre a região das Diaoyu/Senkaku. Em sua mais conhecida declaração sobre o caso, Deng indicou que a disputa deveria ser deixada de lado naquele momento, admitindo que as gerações futuras de chineses e japoneses estariam mais preparadas para resolvê-la:

When China and Japan normalized their relations, both countries agreed that this issue should not be involved. When we negotiated the Sino-Japanese Treaty of Peace and Friendship, we also agreed not to deal with this issue. We believe that we should set the issue aside for a while if we cannot reach agreement on it. It is not an urgent issue and can wait for a while. If our generation do not have enough wisdom to resolve this issue, the next generation will have more wisdom, and I am sure that they can find a way acceptable to both sides to settle this issue.⁹⁹ (CHINA, 2000)

Como aponta Unryu Suganuma (2007, p. 157), China e Japão utilizam duas interpretações diferentes para proclamar sua jurisdição sobre a ilha. A interpretação chinesa enfatiza que através de registros históricos de arquivos do período Ming (1368-1644) e Qing (1644-1911), é possível encontrar menção da descoberta das ilhas em registros sobre a relação entre a China imperial e o reino de Ryukyu – atual ilha de Okinawa –, durante o período que perdurou o sistema sinocêntrico na Ásia Oriental. Os chineses acusam o Japão de se apropriar das ilhas após a primeira guerra sino-japonesa e da assinatura do Tratado de Shimonoseki em 1895, onde Taiwan e ilhas próximas passaram ao controle japonês. Sendo assim, o protesto

⁹⁹ Quando China e Japão normalizaram suas relações, os dois países concordaram que esta questão não deveria ser envolvida. Quando negociamos o Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês, nós também concordamos em não lidar com essa questão. Acreditamos que deveríamos colocar esse assunto de lado por um tempo se não podemos chegar a um acordo sobre ele. Não é uma questão urgente e pode esperar por um tempo. Se nossa geração não tem sabedoria o suficiente para resolver tal questão, a próxima geração terá mais sabedoria, e tenho certeza de que eles podem encontrar uma forma aceitável para ambos os lados para resolver a questão. [Tradução nossa]

chinês aponta que ao aceitar as condições de rendição na Segunda Guerra Mundial, o Japão se submeteu a Declaração do Cairo – que despojou o Japão de todos os territórios conquistados pela guerra (CAIRO COMMUNIQUÉ, 1943) – e da Declaração de Potsdam – que reafirma que a soberania japonesa deva ser limitada às ilhas de Honshu, Hokkaido, Kyushu, Shikoku e ilhas menores determinadas pelos Aliados (POTSDAM DECLARATION, 1945). Portanto, uma vez que o Japão aceitou os termos estabelecidos em Cairo e Potsdam, as ilhas disputadas também deveriam ter voltado a fazer parte do território chinês.

A explicação japonesa baseia-se na aplicação do *terra nullius* (ou “terra de ninguém”), e argumenta que um cidadão japonês teria “redescoberto” as ilhas em 1884, de onde passara a coletar cascos de tartarugas e guano até a Segunda Guerra Mundial; as ilhas estariam sob responsabilidade da prefeitura de Okinawa desde então. A partir dessa interpretação, o Japão não teria abdicado de seus direitos sobre as ilhas nos tratados que puseram fim à Segunda Guerra. Uma vez que no pós-guerra a ilha de Okinawa ficou sob controle norte-americano até 1971, o arquipélago das Senkaku também estava incluso. Na interpretação japonesa, ao Okinawa retornar ao controle japonês, assim o teria as ilhas disputadas (SUGANUMA, 2007, p.158).¹⁰⁰

É válido mencionar que os dois países iniciaram negociações e chegaram a um princípio de consenso¹⁰¹, em 2008, para explorar conjuntamente os recursos energéticos no Mar da China Oriental – ainda que a delimitação da área de exploração para cada país ainda necessite ser estabelecida – na busca por transformá-lo em um “mar de paz, cooperação e amizade”. Porém, maiores progressos nas negociações dependem fortemente de uma relação política bilateral positiva, deteriorada nos anos posteriores.

Em setembro de 2010, a colisão de uma embarcação pesqueira chinesa com uma embarcação militar japonesa, próximo as ilhas disputadas, provocou fortes reações de ambos os lados. Os marinheiros chineses foram detidos pelas

¹⁰⁰ A ilha de Okinawa voltou ao controle japonês através do “Acordo entre os Estados Unidos da América e o Japão sobre as ilhas Ryukyu e as ilhas Daito” [tradução nossa]. No original: *Agreement Between the United States of America and Japan Concerning the Ryukyu Islands and the Daito Islands, Washington and Tokyo (simultaneously), 17th June, 1971*. Disponível em: <<http://www.niraikanai.wvma.net/pages/archive/rev71.html>>.

¹⁰¹ O documento com os princípios do consenso alcançado pelos dois países está disponível em: “China, Japan reach principled consensus on East China Sea issue” - <http://news.xinhuanet.com/english/2008-06/18/content_8394206.htm>.

autoridades japonesas, o que gerou uma escalada de protestos anti-nipônicos na China, além de desentendimentos diplomáticos entre os dois governos. O caso só foi amenizado com a libertação do capitão da embarcação chinesa, detido por maior tempo.

A mais recente polêmica sobre a disputa foi iniciada pelo ex-governador de Tóquio, Shintaro Ishihara¹⁰², que em meados de 2012 anunciou o interesse do governo de Tóquio em comprar, dos proprietários japoneses particulares, algumas das ilhas disputadas. Ishihara argumentou que seu objetivo era preservar a soberania do Japão sobre as ilhas. O governo central japonês logo interveio, tentando afastar o político nacionalista do caso, assumindo a possibilidade de ser também comprador de parte das ilhas. O governo chinês protestou contra as intenções japonesas, alegando que as ilhas são parte do território chinês desde os tempos da China imperial.

Recentemente, no segundo semestre de 2012, visitas de cidadãos chineses e de políticos nacionalistas japoneses às ilhas voltaram a estremecer a relação política entre os dois países. O anúncio da nacionalização das ilhas pelo estado japonês, então governado por Yoshihiko Noda, do Partido Democrático do Japão (PDJ), tem provocado fortes protestos, por vezes violentos, de parte da população chinesa. O estado japonês não reconhece a existência da disputa territorial, alegando que a área das Diaoyu/Senkaku está sob administração do Japão e é parte de seu território, enxergando as incursões chinesas na região como infrações à soberania japonesa.

As eleições parlamentares japonesas que ocorreram no final de 2012 retiraram o PDJ do comando do país, em eleições que o discurso sobre a defesa da soberania japonesa sobre as ilhas foi um dos tópicos principais. O candidato do Partido Liberal Democrata (PLD), Shinzo Abe, foi nomeado Primeiro-Ministro após seu partido obter maioria das vagas no Parlamento, com propostas de tirar o Japão de um longo período de baixo crescimento econômico através de reformas administrativas e tributárias, além de prometer defender a soberania do país perante as reivindicações chinesas sobre a área disputada. Resta-nos observar como tal situação evoluirá, quais serão os impactos políticos desse novo episódio da disputa territorial sino-japonesa, e como tal situação pode atingir o intercâmbio econômico bilateral.

¹⁰² Shintaro Ishihara também é conhecido mundialmente por seu livro “O Japão que sabe dizer não”, onde cobra posições mais fortes do governo japonês na relação com seu maior aliado, os EUA.

A disputa pelas ilhas não parece ser um assunto que será resolvido no curto prazo, visto que tem poder de avivar os sentimentos nacionalistas nos dois países. Haruko Satoh (2006) destaca que há uma tendência das lideranças no leste asiático utilizarem de ideias nacionalistas em detrimento da ideia de prosperidade mútua, e são essas ideias nacionalistas que lideranças japonesas e chinesas devem evitar. Wada Haruki (2010) propõe que os dois países negociem com urgência,

It is foolish for both sides to continue to assert 'exclusive territorial rights' over these remote uninhabited islands. Extensive discussions should be held to determine how best to view the historical developments that led to the current situation. These should lead to proposals for a resolution to the dispute. Until then, both governments also need to discuss in realistic terms how the movement of fishing boats will be controlled in the interim. This is the sort of approach that is called for now.¹⁰³ (HARUKI, 2010)

Como aponta Fravel (2010, p.159-160), apesar da volatilidade intrínseca das divergências, a possibilidade de um conflito armado ainda permanece baixa. A forte relação econômica entre China, Japão e Estados Unidos, e o Tratado de Segurança Mútua entre EUA-Japão, são fatores que contribuem para que as disputas não cheguem ao conflito direto. Porém, como Fravel também menciona, a estabilidade de tal disputa é frágil e pode mudar no decorrer do tempo caso não se avance nas negociações bilaterais. Fravel indica que ambos os países devem se concentrar em ações pragmáticas e funcionais de cooperação, como na exploração conjunta dos recursos energéticos e pescados ao redor das ilhas e limitando a presença, sobretudo de militares, na região disputada. Desenvolver a cooperação na exploração da área talvez seja mais benéfico em termos econômicos aos dois países do que insistir na disputa pela soberania das ilhas, assim como colaboraria para uma segurança regional mais estável.

3.5 Aspectos políticos recentes

Nesse capítulo optamos por demonstrar a origem e as principais fontes de desentendimento entre China e Japão. Quando observamos os dois países a partir

¹⁰³ É tolice para ambos os lados continuarem a afirmar 'direitos territoriais exclusivos' sobre essas ilhas remotas e desabitadas. Extensas discussões devem ser realizadas para determinar a melhor forma de visualizar os acontecimentos históricos que levaram à situação atual. E assim deveriam levar a propostas para uma solução para a disputa. Até lá, ambos os governos também precisam discutir em termos realistas como o movimento de barcos de pesca será controlado nesse ínterim. Esse é o tipo de abordagem necessária agora. [Tradução nossa]

do ponto de vista de governos/mandatários, tornou-se inviável fazer uma análise que tratasse especificamente de cada governo. Se por um lado a China foi governada por Hu Jintao e Wen Jiabao durante uma década – 2003 a 2013 –, nesse mesmo período o Japão trocou sua liderança política (primeiro-ministro) sete vezes.

Como mencionado anteriormente, o governo de Junichiro Koizumi (2001-2006) resultou em um período de fortalecimento dos laços nipo-americanos enquanto houve o enfraquecimento nas relações com a China,

Koizumi's visits to the Yasukuni Shrine contributed to a growing deterioration in relations with both China and South Korea. Koizumi kept his campaign promise by visiting the shrine as prime minister for one last time on August 15, the anniversary of the end of World War Two. Beijing and Seoul protested, but the reaction lacked some of the rancor of earlier outbursts because leaders of both countries had already resigned themselves to waiting for Koizumi's replacement before trying to improve ties with Japan. [...] As relations with Japan's neighbors deteriorated, a backlash ensued. The Japan Business Federation (Keidanren), which was concerned that the political fallout might undermine Japan's business relations with China, called for the prime minister to cease visiting the Yasukuni Shrine.¹⁰⁴ (PARKER; VOGEL, p. 28-29)

Após cinco anos no poder, Koizumi deixaria o gabinete e uma instabilidade política atingiria os seus sucessores.¹⁰⁵ Os curtos períodos de mandato sem dúvida comprometeram a definição de uma agenda positiva e um real avanço na relação política com a China. A melhora na relação bilateral não aconteceu porque os mesmos problemas do pós-guerra continuam sem solução, o que impossibilita apontar algum projeto político levado adiante pelos governos que tenha gerado efeitos no curto prazo. Não é exagero dizer que os distintos governos japoneses dessa primeira década de século XXI geraram mais expectativas do que resultados no tocante a relação política sino-japonesa.

¹⁰⁴ As visitas de Koizumi ao Santuário de Yasukuni contribuíram para uma crescente deterioração das relações com a China e Coréia do Sul. Koizumi manteve sua promessa de campanha, visitando o santuário como primeiro-ministro pela última vez em 15 de agosto, o aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial. Pequim e Seul protestaram, mas a reação conteve menos do rancor das ocorrências anteriores porque os líderes de ambos os países já se resignaram à espera da substituição de Koizumi antes de tentar melhorar as relações com o Japão. [...] Como as relações do Japão com seus vizinhos deterioraram, seguiu-se uma reação. A Federação Empresarial do Japão (Keidanren), preocupada que as consequências políticas pudessem prejudicar as relações comerciais com a China, pediu ao primeiro-ministro que deixasse de visitar o Santuário de Yasukuni. [Tradução nossa]

¹⁰⁵ Para Ikeya Tomoaki o “longo” mandato de Koizumi foi uma exceção no cenário que se desenvolveu desde 1993. Para o autor, a troca constante de governantes seria fruto do modelo e reformas políticas promovidas em 1994. De 1993 ao final de 2012, com a eleição de Shinzo Abe, o Japão teve 13 primeiros ministros. Para detalhes maiores sobre o impacto da reforma, consultar *Why Do Japan and Italy Change Prime Ministers So Often?* Disponível em: <<http://www.nippon.com/en/in-depth/a02302/>>.

É oportuno citar dois casos que, acreditamos, geraram as maiores expectativas de melhora na relação, mas acabaram suplantados devido às trocas governamentais japonesas e controvérsias políticas esporádicas.

Quando Shinzo Abe, candidato apoiado por Koizumi, assumiu o poder no Japão pela primeira vez (2006), acreditava-se que a melhora das relações com a China – compromisso de campanha e posse –¹⁰⁶ finalmente seria concretizada. A primeira viagem internacional de Shinzo Abe foi à China, ainda em 2006. Porém, um ano após sua posse, Abe renunciou inesperadamente, sendo substituído por Yasuo Fukuda.

Fukuda herdou a responsabilidade de dar continuidade às conversações iniciadas na viagem de Abe e receber o primeiro-ministro chinês Hu Jintao em 2008. Em tal ocasião, como resultado dessas reuniões, uma declaração intitulada “*Japan and China: Building a Mutually Beneficial Relationship Based on Common Strategic Interests*”¹⁰⁷ (JAPAN, 2008) foi apresentada. Nela, as duas nações reconheceram que como potências globais, são grandes responsáveis pela garantia da paz e prosperidade tanto na região Ásia-Pacífico como no mundo, e como decorrência disso, a relação de cooperação entre os dois estados deve ser fortalecida em diversas áreas. No comunicado, o governo japonês reforça seu profundo arrependimento pelos danos e sofrimento causados pelo país durante a Segunda Guerra Mundial aos países asiáticos, e ressalta que esse arrependimento não mudará no futuro. A parte chinesa expressa que enxerga de maneira positiva a busca e contribuição consistente do Japão pela estabilidade da paz mundial desde o final da guerra.

Tal declaração enumera compromissos conjuntos entre os dois países, através da busca pelo aumento da confiança mútua na área política, da promoção do intercâmbio cultural e de pessoas, do fomento de sentimentos de amizade entre os dois povos, do aumento da cooperação mutuamente benéfica, intensificação de suas contribuições políticas e econômicas para a região Ásia-Pacífico e cooperação na resolução de questões globais.

¹⁰⁶ O discurso de posse (2006) de Shinzo Abe pode ser acessado em:
<http://www.kantei.go.jp/foreign/abespeech/2006/09/29speech_e.html>

¹⁰⁷ Japão e China: Construindo uma Relação Mutuamente Benéfica Baseada em Interesses Estratégicos Comuns [Tradução nossa]. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint0805.html>>

Outra ocasião que inspirou expectativas de maior aproximação resultou da vitória de Yukio Hatoyama para o cargo de primeiro-ministro, em 2009. Hatoyama chegou ao poder pelo Partido Democrático do Japão (PDJ), opositor ao PLD, e transmitia a expectativa de oxigenar a velha política dominada pelo PLD.

Somado a vitória da oposição, as afirmações de Hatoyama em seu ensaio *My Political Philosophy*¹⁰⁸ também geraram expectativas. Em tal obra faz reflexões sobre os rumos da política japonesa, e transmitia a ideia de voltar os olhos para a Ásia com maior ênfase, destacando a importância do aprofundamento da integração regional para o futuro do próprio Japão e da região. Avaliando o cenário global, tece críticas contundentes ao capitalismo financeiro dos EUA, que levara ao então recente início da crise econômica, e ao apoio quase incondicional dos últimos governos do PLD a tal modelo econômico (HATOYAMA, p. 3-4). Também pondera sobre o declínio do poder econômico e do unilateralismo norte-americano em um momento de ascensão econômica e militar da China, e se pergunta como se comportará o Japão em meio “aos Estados Unidos, que está lutando para manter a sua posição como potência dominante no mundo, e a China que está buscando maneiras de se tornar uma?” [tradução nossa] (Ibid., p. 6). E deduz que o futuro do ambiente internacional na Ásia Oriental não será fácil:

They [small and medium-sized nations in Asia] want the military power of the US to function effectively for the stability of the region but want to restrain US political and economic excesses. They also want to reduce the military threat posed by our neighbor China while ensuring that China's expanding economy develops in an orderly fashion. I believe these are the instinctive demands of the various nations in the region. This is also a major factor accelerating regional integration.¹⁰⁹ (HATOYAMA, 2009, p. 6)

Hatoyama demonstra sua preocupação e aspiração em apoiar a integração regional da Ásia Oriental. Argumenta que o poder econômico da região e o aprofundamento das relações entre os países alcançou um ponto inédito, apontando que as estruturas de base necessárias para a formação de um bloco econômico

¹⁰⁸ O ensaio pode ser acessado através da página:

<<http://www.law.harvard.edu/programs/about/pifs/symposia/japan/2009-japan/briefing-book/my-political-philosophy.pdf>>.

¹⁰⁹ Elas [pequenas e médias nações da Ásia] querem o poder militar dos EUA funcionando efetivamente para a estabilidade da região, mas querem limitar excessos políticos e econômicos norte-americanos. Elas também querem reduzir a ameaça militar representada pela nossa vizinha China, assegurando ao mesmo tempo que a economia em expansão da China se desenvolva de forma ordenada. [Tradução nossa]

regional estão já em vigor devido as relações já estabelecidas entre as nações da região.

Another national goal that emerges from the concept of fraternity is the creation of an East Asian community. Of course, Japan-US Security Pact will continue to be the cornerstone of Japanese diplomatic policy. [...] However, at the same time, we must not forget our identity as a nation located in Asia. I believe that the East Asian region, which is showing increasing vitality in its economic growth and even closer mutual ties, must be recognized as Japan's basic sphere of being. Therefore we must continue to make efforts to build frameworks for stable economic co-operation and national security across the region.¹¹⁰ (HATOYAMA, 2009, p. 6)

O político japonês reconhece que existem divergências históricas e culturais entre os povos da região, como disputas territoriais e uma crescente militarização que hoje são entraves para a integração. Porém, defende que tais divergências não sejam resolvidas apenas pela negociação bilateral, alegando que quanto mais tais problemas forem discutidos bilateralmente, maior o risco de que emoções e nacionalismos se inflamem. Sugere que tais divergências só podem ser resolvidas através do avanço do processo de integração, citando o exemplo da União Europeia de como a integração regional pode neutralizar os conflitos territoriais. (Ibid.)

As posições políticas de Yukio Hatoyama não agradaram o governo norte-americano¹¹¹, visto que entre as suas principais promessas de campanha estava negociar de igual para igual com os EUA e transferir uma base militar norte-americana para uma área menos populosa da ilha de Okinawa. Por não conseguir avançar nas negociações como desejava, Hatoyama também foi vítima da queda de popularidade e renunciou.¹¹²

É válido mencionar que embora afastado da política, Hatoyama continuou a defender a aproximação com a China. Nos casos mais recentes, Hatoyama visitou o

¹¹⁰ Outro objetivo nacional que emerge do conceito de fraternidade é a criação de uma comunidade da Ásia Oriental. É claro, o Pacto de Segurança Japão-EUA continuará a ser a pedra angular da política diplomática japonesa. [...] No entanto, ao mesmo tempo, não devemos esquecer nossa identidade como nação localizada na Ásia. Eu acredito que a região da Ásia Oriental, que está mostrando uma vitalidade crescente em seu crescimento econômico e mesmo estreitamento dos laços mútuos, deve ser reconhecida como esfera básica de ser do Japão. Portanto, devemos continuar a fazer esforços para construir estruturas para cooperação econômica estável e de segurança nacional por toda a região. [Tradução nossa]

¹¹¹ Como apontado no artigo "*New Japanese leader stirring U.S. concerns*" pelo diário *The Washington Post*:
<http://articles.washingtonpost.com/2009-12-29/world/36793592_1_marine-base-prime-minister-yukio-hatoyama-okinawa>.

¹¹² "Japan's PM resigns after failure to move U.S. base":
<http://usatoday30.usatoday.com/news/world/2010-06-02-Japan-PM_N.htm>.

Nanjing Massacre Memorial Hall – memorial dedicado aos mortos durante o Massacre de Nanjing, promovido pelas tropas invasoras japonesas, em 1937¹¹³ –, se reuniu com altos funcionários do governo chinês¹¹⁴ e admitiu que a disputa territorial entre China e Japão é um fato real¹¹⁵. As atitudes e declarações do antigo primeiro-ministro foram duramente criticadas pelos governantes e políticos japoneses mais conservadores.¹¹⁶

Com a substituição de Hatoyama, o Partido Democrático do Japão continuou ocupando o gabinete do primeiro-ministro até o término do ano de 2012 – com Naoto Kan e Yoshihiko Noda –, totalizando três anos no poder, mas sem conseguir avançar nas propostas elaboradas por Hatoyama em seu ensaio. Ao final do ano de 2012, os acontecimentos relacionados a disputa territorial se intensificaram, como mencionado anteriormente, e a nacionalização do arquipélago em disputa colocou as relações diplomáticas entre os dois países na “geladeira”. Os desentendimentos sino-japoneses vieram a somar-se à crescente insatisfação da sociedade japonesa com a lenta reação do governo aos impactos de um forte terremoto¹¹⁷ e *tsunami* que atingiram o nordeste japonês, no início de 2011, e a aparente falta de controle em relação a crise nuclear na usina de Fukushima Daiichi. A falta de confiança em relação ao PDJ levaria o Partido Liberal Democrata ao poder novamente nas eleições de 2012.

É importante registrar que até a disputa territorial se intensificar em 2012, os governos dos dois países mantiveram diversas reuniões conjuntas, bilaterais e multilaterais, mas aparentemente sem avanços políticos que melhorassem a

¹¹³ “*Former Japanese PM prays at Nanjing memorial*”, Disponível em: <<http://www.globaltimes.cn/content/756698.shtml>>.

¹¹⁴ “*Ex-Japan PM Hatoyama to visit China with hopes of strengthening Asia ‘community’*”. Disponível em: <<http://japandailynews.com/ex-japan-pm-hatoyama-to-visit-china-with-hopes-of-strengthening-asia-community-1121285/>>.

¹¹⁵ “*China’s Senkaku claim has basis: Hatoyama*”. Disponível em: <<http://www.japantimes.co.jp/news/2013/06/25/national/chinas-senkaku-claim-has-basis-hatoyama/#.UlcV4NKkods>>.

¹¹⁶ “*Former Japanese prime minister slammed as ‘traitor’ at home*”. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2013/01/18/world/asia/japan-hatoyama-china/index.html>>.

¹¹⁷ O desastre ficou conhecido como Terremoto e *Tsunami* de Tohoku e ocorreu em 11 de Março de 2011, causando um prejuízo econômico estimado em 210 bilhões de dólares, segundo cálculos do Banco Mundial. Mais informações podem ser encontradas no documento *The Great East Japan Earthquake: learning from megadisasters*, disponível em: <http://wbi.worldbank.org/wbi/Data/wbi/wbicms/files/drupal-acquia/wbi/drm_exsum_english.pdf>.

relação.¹¹⁸ Como aponta Caroline Rose (2005, p.16-18), é comum há muito tempo os governantes dos dois países discursarem sobre a necessidade de que haja paz e estabilidade na Ásia para que os dois países, e a região como um todo, tenham prosperidade econômica, além do reconhecimento do peso da relação sino-japonesa na manutenção de tal estabilidade. No entanto, as controvérsias recorrentes evidenciam as dificuldades em ir além do discurso, uma vez que mesmo após a normalização das relações diplomáticas os desentendimentos não reduziram significativamente.

Em 2012, quando se completou os quarenta anos da normalização das relações diplomáticas entre os dois países, muitas das atividades comemorativas que haviam sido planejadas pelos dois governos foram canceladas ou postergadas para um “momento mais adequado”, como declararam as autoridades chinesas.

[...]This year marks the 40th anniversary of the normalization of China-Japan diplomatic ties and should have been a year of opportunity for the two sides to push forward bilateral relations. However, a lot of plans have been sabotaged by Japan's erroneous actions. Many of the planned commemorative activities were either canceled or put off. This is what we do not want to see.¹¹⁹ (CHINA, 2012)

Parte das comemorações foi levada adiante por associações civis de amizade entre Japão e China, como a *China-Japan Friendship Association* – canal chinês não-oficial para melhorar os laços entre os dois países – mas encontros oficiais de chefes de estado foram cancelados.

Uma pesquisa conjunta entre o diário de notícias China Daily e *think tank* japonês Genron NPO é conduzida anualmente desde 2005. Tal pesquisa tem por objetivo monitorar continuamente a compreensão mútua do público chinês e japonês e as mudanças nessa compreensão ao longo dos anos. Os resultados da última pesquisa disponível, publicada em meados de 2013, demonstra como as impressões

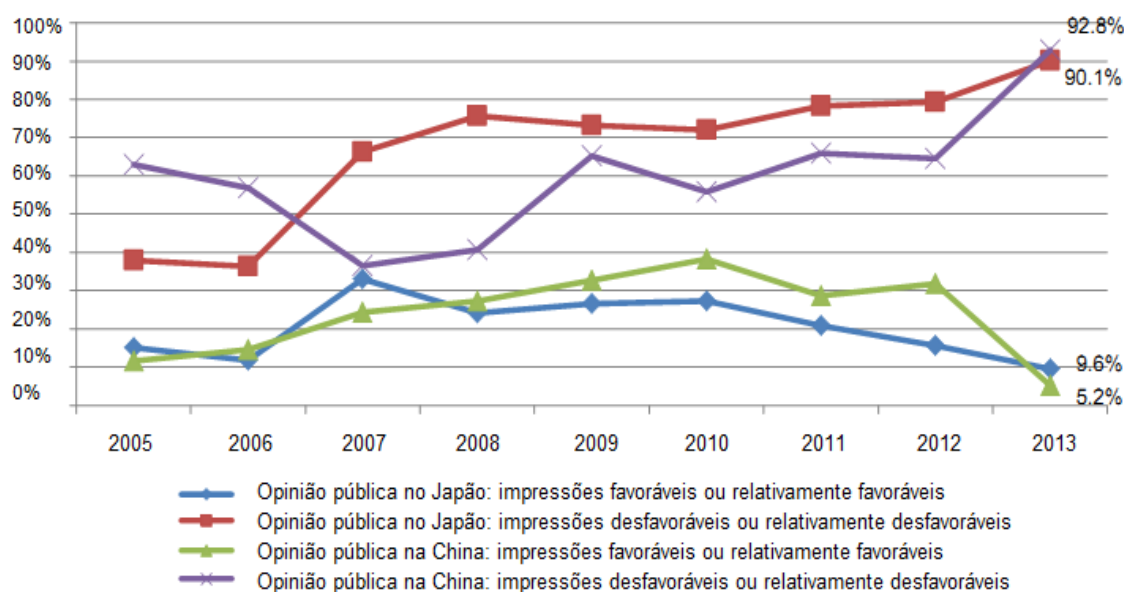
¹¹⁸ Uma lista de notas e comunicados emitidos nas reuniões entre políticos dos dois países pode ser encontrada no site do Ministério de Relações Exteriores do Japão através do endereço: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/index.html>>.

¹¹⁹ Este ano marca o 40º aniversário da normalização das relações diplomáticas de China-Japão, e deveria ter sido um ano de oportunidades para os dois lados para impulsionar as relações bilaterais. No entanto, muitos dos planos foram sabotados por ações errôneas do Japão. Muitas das atividades planejadas foram canceladas ou adiadas. Isto não que é o que nós não queremos ver. [Tradução nossa]

mútuas evoluíram desde a primeira pesquisa, além de apontar uma piora significativa nas impressões, alcançando os piores resultados em nove anos.

Entre os japoneses que responderam a pesquisa, 90.1% tem uma impressão desfavorável sobre a China, enquanto 92.8% dos chineses possui uma concepção negativa sobre o Japão (Figura 10); em relação a pesquisa divulgada em 2012, houve um avanço de 6.1% e 27.8% nas impressões negativas respectivamente.

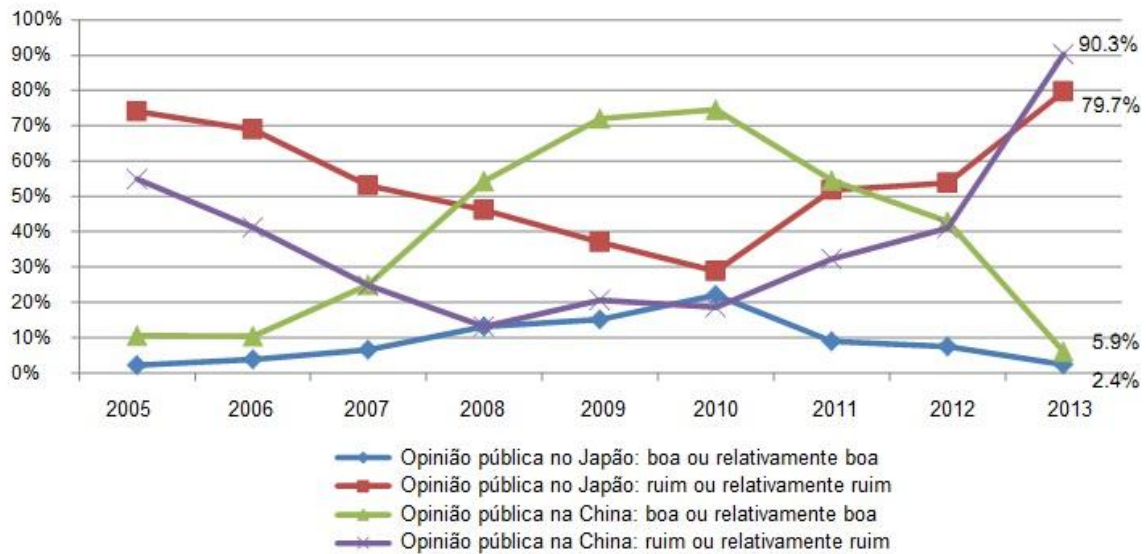
Figura 10: Impressões Mútuas entre os países



Fonte: CHINA DAILY/GENRON NPO, 2013.

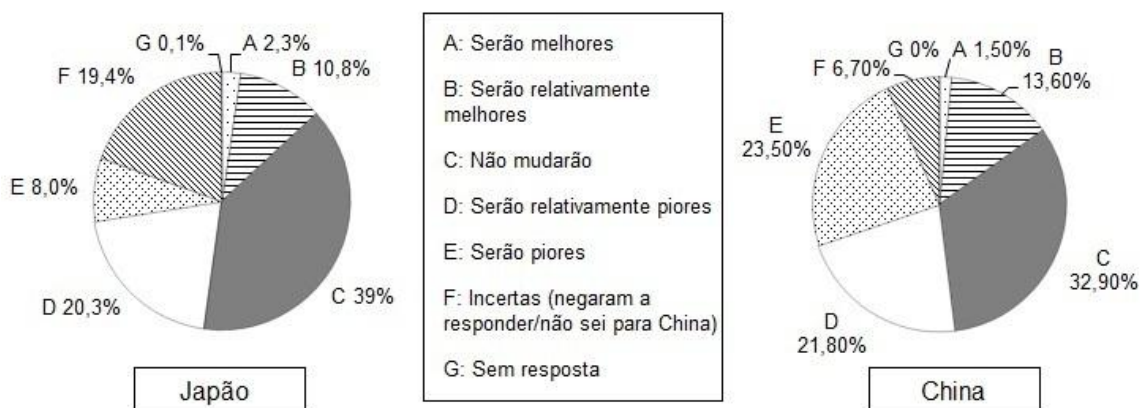
O estudo também constatou que 90% dos chineses entrevistados e 80% dos japoneses acreditam que as relações sino-japonesas são ruins, o pior resultado já registrado (Figura 11). A proporção de entrevistados que anteveem que a relação irá melhorar é de pouco mais de 10% em ambos os países (soma de A e B na Figura 12), enquanto a expectativa de que a relação piore alcançou 28.3% dos japoneses e 45.3% dos chineses (soma de D e E na Figura 12).

Figura 11: Como a atual relação China-Japão é vista



Fonte: CHINA DAILY/GENRON NPO, 2013.

Figura 12: Como as futuras relações China-Japão são vistas

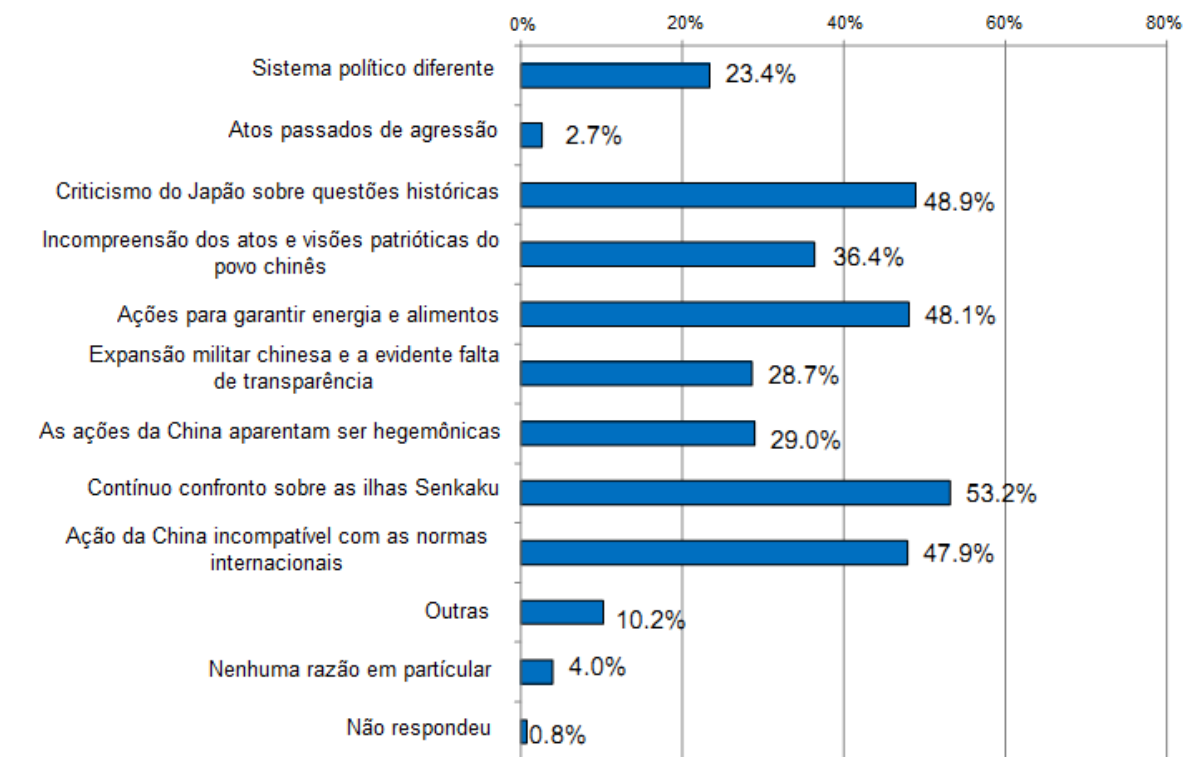


Fonte: CHINA DAILY/GENRON NPO, 2013.

A pesquisa confirma que o maior motivo para o aumento da impressão negativa dos japoneses sobre a China é reflexo da disputa territorial entre os dois países, mencionada por mais de 50% dos entrevistados. Entre os motivos mencionados pelos japoneses (Figura 13), a disputa territorial é seguida pelas críticas chinesas feitas ao Japão sobre as questões históricas; a percepção de que a China age de forma egoísta para garantir recursos energéticos e alimentos é a terceira maior razão, seguida pela ideia de que ações chinesas são incompatíveis com as regras internacionais.

Quando perguntados sobre o que mais lhes interessava em respeito a China, a maioria dos japoneses responderam sobre a cultura e história antiga chinesa.

Figura 13: Razões para a impressão negativa - Opinião popular no Japão

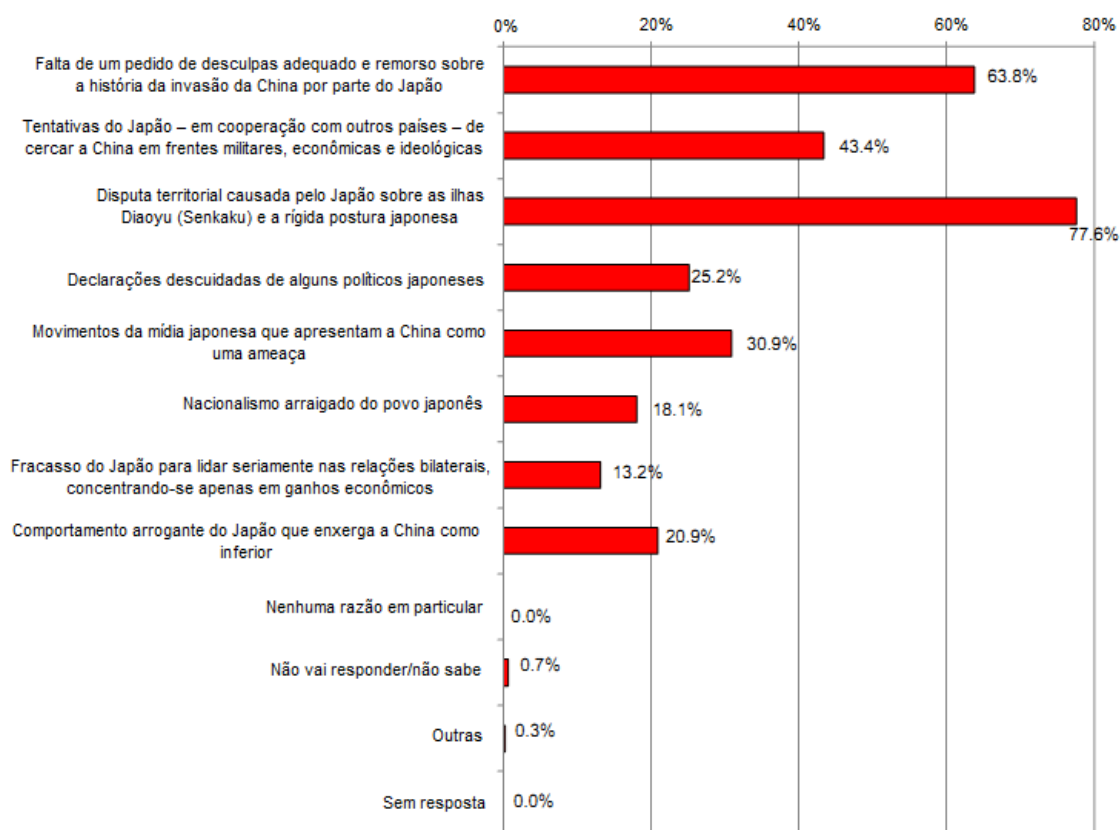


Fonte: CHINA DAILY/GENRON NPO, 2013.

Entre os chineses pesquisados, 77.6% citaram a disputa territorial causada pelo Japão e a postura deste como razão para a visão negativa sobre o país vizinho; os problemas territoriais foram seguidos pela opinião de que o Japão ainda não se desculpou nem mostrou remorso de maneira apropriada no tocante a invasão que promoveu nos conflitos do século XX. Como terceiro maior motivo das opiniões negativas chinesas, está a percepção de que o Japão – em cooperação com outros países – tenta encurralar a China nas áreas econômica, militar e ideológica; segue-se então a crítica a parte da mídia japonesa, que tenta passar a ideia de que a China representa um perigo (Figura 14).

Entre os chineses entrevistados, a maior parte ligou uma impressão favorável do Japão à tecnologia avançada, assim como aos produtos de excelente qualidade e o extraordinário desenvolvimento econômico no pós-guerra.

Figura 14: Razões para a impressão negativa - Opinião popular na China



Fonte: CHINA DAILY/GENRON NPO, 2013.

Quando questionados sobre as principais fontes de preocupação nas relações sino-japonesas, a resposta das duas partes foi bastante parecida. A maior parte dos chineses aponta a disputa territorial, seguida da consciência e educação histórica japonesa. Para os japoneses, a questão territorial também é a maior fonte de preocupação, seguida pela educação anti-japonesa na China (CHINA DAILY/GENRON NPO, 2013, p. 12-13). Tais dados comprovam que as dificuldades em superar as controvérsias históricas são a maior fonte de atrito na relação política sino-japonesa.

Apesar das percepções e expectativas negativas, a pesquisa apontou que a proporção dos indivíduos questionados que enxergam a relação China-Japão como mutuamente importante ultrapassou 70% nos dois países. Como razões para tal importância, mais da metade dos chineses e japoneses entrevistados apontaram o fato de que os dois países são vizinhos. Em seguida estava o fato de os dois países serem segunda e terceira economias no mundo e que sua relação de

interdependência econômica está se tornando mais forte e mutuamente benéfica. Quando perguntados se concordavam que Japão e China devem cooperar e trabalhar em conjunto em questões na Ásia Oriental, mais de 50% dos chineses e de 60% dos japoneses concordam.

CAPÍTULO 4. A LIGAÇÃO ECONÔMICA SINO-JAPONESA: A FACE CONSONANTE

Os laços econômicos entre China e Japão começaram a se dinamizar a partir da abertura chinesa, levada adiante por Deng Xiaoping após sua chegada ao poder, em 1976. Como mencionado anteriormente, a busca pela modernização e a implementação de reformas dominaria a agenda política chinesa nas décadas de 1970 e 1980.

Nesse mesmo momento, o Japão desfrutava de seu elevado crescimento econômico e as indústrias japonesas expandiam sua participação no comércio e produção global. Buscando promover um ambiente mais lucrativo para as companhias nacionais, o Japão organizou uma divisão hierárquica da produção industrial, articulando a economia dos países que posteriormente ficaram conhecidos como “tigres asiáticos” à economia japonesa. Essa hierarquização da produção ficaria conhecida como “a revoada dos gansos”, expressão concebida pelo economista japonês Saburo Okita. O Acordo Plaza, de 1985, não só promoveu a alta da moeda japonesa, o iene, e aumentou a competitividade dos produtos norte-americanos, mas teve uma consequência complementar: o aprofundamento da articulação das economias da Ásia Oriental à dois eixos centrais, Japão e China.

O fluxo de investimentos japoneses cresceu de maneira elevada aos países asiáticos próximos, e parte considerável da produção manufatureira das companhias japonesas se deslocaria para os “tigres”. Esse fluxo de capitais japoneses e a política de abertura e modernização chinesa acabaram se entrecruzando, e a partir desse momento as economias de China e Japão se ligaram de tal modo que originou uma interdependência que se aprofundou com o decorrer dos anos.

Essa complementaridade regional, criada a partir da conjuntura enfrentada por China e Japão, se fortaleceu na década de 1990, como aponta Leão (2010, p.95), e uma integração produtiva no leste asiático foi contagiada por uma relação econômica cada vez mais profunda entre os dois países. A relação bilateral, antes pautada em exportações chinesas de minérios e bens de capital japoneses, se diversificou e se tornou uma fonte de desenvolvimento para ambas as nações.

O intrincado vínculo econômico regional que se desenvolvera no leste asiático mostrou seus efeitos na década de 1990. O estouro da “bolha” financeira e imobiliária japonesa, causa da estagnação econômica que o país enfrenta desde

1991, teve reflexos nas economias dos países que estavam articulados à sua economia, sobretudo no encolhimento dos investimentos. A crise financeira de 1997 mostrou que a integração produtiva distribui tanto bônus quanto ônus, e evidenciou claramente a que ponto chegara os vínculos estabelecidos entre os países da região.

Portanto, analisando os acontecimentos na região durante a década de 1990, pode-se chegar a conclusão de que se gerou no leste asiático um modelo de integração econômica não institucionalizado, diferente dos modelos conhecidos no Ocidente, como o da União Européia, NAFTA ou MERCOSUL. A crise também serviu para reforçar a importância do papel que as principais economias da região possuem para a manutenção da segurança e estabilidade econômica. A crise se tornou uma oportunidade para que os estados enxergassem na institucionalização da integração uma maneira de conter crises futuras e enfrentar os desafios da economia globalizada.

Como destaca Miyazaki (2005), até o ano 2000, Japão, China, Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong não participavam ou não haviam concluído acordos de participação em áreas de comércio. Além disso, até 2002 o Japão não participava de acordos comerciais bilaterais. Segundo Miyazaki, desde 1945 até a crise econômica asiática de 1997, os países acima perseguiram apenas uma abordagem multilateral de comércio. Constatou-se então que a partir da crise de 1997, Japão, China e Coreia do Sul se engajaram mais no contexto regional e deram início ao que ficou conhecido como “*novo regionalismo asiático*”. Esse novo regionalismo tinha como principal objetivo promover o aumento das relações comerciais entre os países da região, recuperar suas economias e as tornarem menos suscetíveis a crises.

4.1. O comércio bilateral China-Japão

Mesmo no cenário de crises a relação econômica entre China e Japão manteve-se estável na década de 1990, e após 1998 mostrou crescimento contínuo. Como demonstra Alvstäm et al. (2009), durante a década de 1990 a China se tornou o local de produção mais importante para as indústrias japonesas. Motivadas pela mão de obra barata e qualificada, os grupos japoneses transferiram grande parte da sua produção para a China, que se tornou o foco principal do investimento estrangeiro direto proveniente do Japão. Além dos custos de produção, as empresas

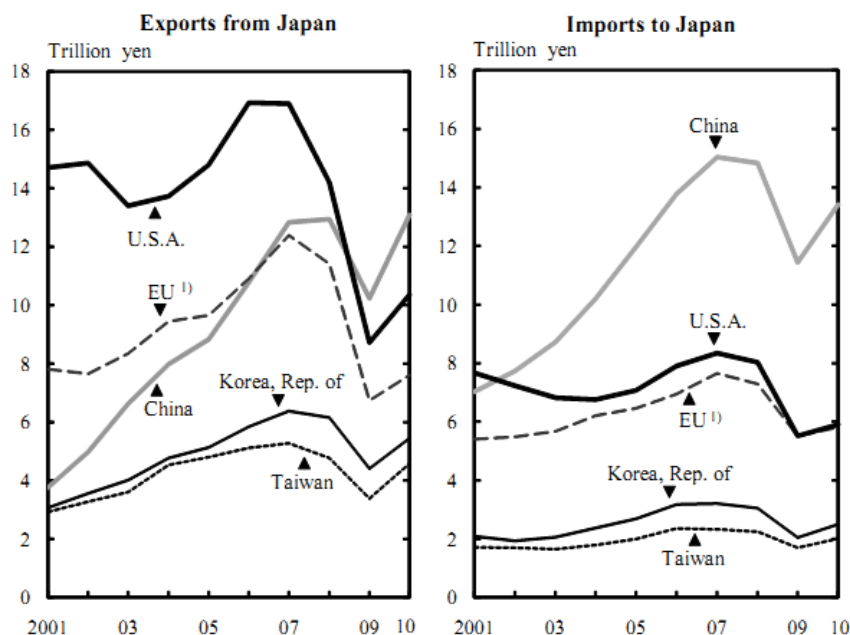
japonesas aspiravam entrar no crescente mercado de consumo chinês, que aumentava devido às elevadas taxas de crescimento econômico.

Alvstäm et al. (ibid.) também aponta que entre 1991 e 2004, a participação da China no comércio exterior japonês subiu de 7-8% para mais de 20%, tanto em exportações quanto importações. O autor também argumenta que mesmo com a queda porcentual das importações chinesas oriundas do Japão, de 22% em 1993 para 16% em 2004, houve aumento nos valores absolutos dessas importações.

A relação econômica entre China e Japão atingiu marcos importantes na primeira década do século XXI, desde o aumento da importância da relação para ambos os países, assim como a maior diversidade das trocas.

O primeiro fato que marcou o crescente intercâmbio comercial entre China e Japão ocorreu em 2002, quando o Japão passou a importar mais da China do que dos EUA. Posteriormente, em 2008, a China se tornou o principal destino das exportações japonesas, o que colocou a China na posição de principal parceiro econômico do Japão. No gráfico abaixo é possível observar e comparar as trocas comerciais japonesas e seus principais parceiros.

Figura 15: Tendências no comércio do Japão por país/região



1) EU member countries were: 15 countries, before May 2004; 25, from May 2004 to Dec. 2006; 27, from Jan. 2007 onward.
Source: Ministry of Finance.

Fonte: Apud. Alvsträm et. al, 2009.

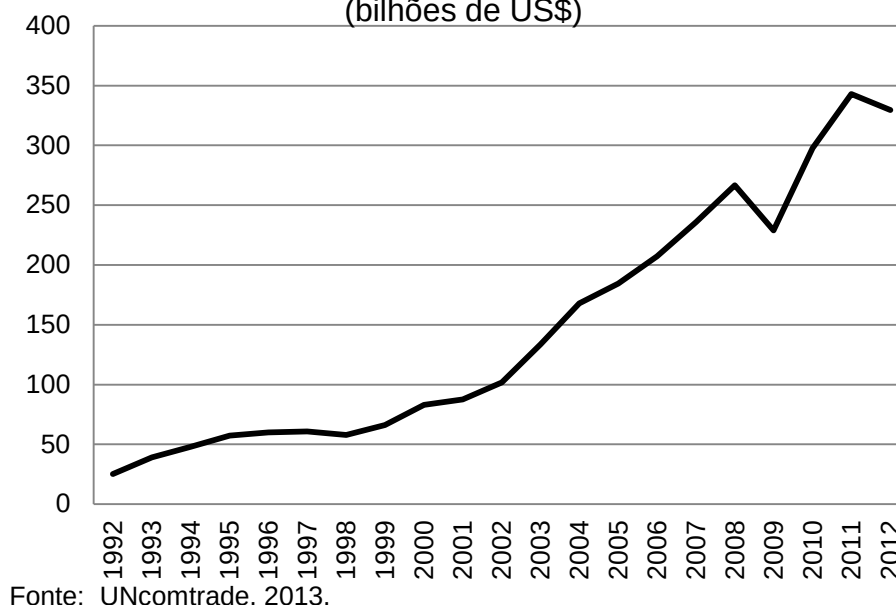
Como aponta a análise do *Ministry of Commerce of PRC* (MOFCOM, 2011), o Japão é o terceiro parceiro comercial e terceira maior fonte de investimento externo na China; quando analisados os dados de forma individual por países, desagregando os países da União Europeia, o Japão é o segundo maior parceiro comercial da China, atrás apenas dos EUA.

Como demonstram os relatórios da *Japanese External Trade Organization*¹²⁰ (JETRO), as trocas entre os dois países cresceram e bateram recordes nos últimos anos. Em 2010 o comércio total do Japão com a China (exportações e importações combinadas) atingiu US\$301.9 bilhões (JETRO 2011), em 2011 as trocas alcançaram os US\$344.9 bilhões, um crescimento de 14,3% em relação ao ano anterior (JETRO 2012a); porém em 2012 houve uma queda de 3,3%, fazendo com que a corrente de comércio recuasse para torno de US\$333,6 bilhões (JETRO, 2013). O intercâmbio comercial entre os dois países foi afetado com a crise da economia mundial, como podemos notar no gráfico mostrado a seguir, mas mostrou recuperação logo no ano de 2010.¹²¹

¹²⁰ Os relatórios da JETRO podem ser encontrados através da página:
<<http://www.jetro.go.jp/en/news/releases/>>

¹²¹ Aqui preferimos não utilizar os dados para mostrar a balança comercial entre os dois países, pois em nossa análise dos documentos colhidos na base de dados UNcomtrade, e confirmadas nas informações disponibilizadas por portais governamentais, quando cruzados os valores passados ao organismo pelos dois países, constatamos que os dois estados indicam déficit na relação bilateral. Portanto achamos prudente não utilizar tais valores para análise. Decidimos disponibilizar em anexo os valores fornecidos pelos dois países. É importante deixar claro que os valores absolutos da corrente de comércio declarada pelos dois países, e utilizada aqui, é bastante próxima, justificando seu uso.

Figura 16: Corrente de Comércio China-Japão
(bilhões de US\$)



Se atentarmos para a evolução apresentada na figura acima, nota-se que a corrente de comércio apresentou crescimento e estabilidade durante a década de 1990, apontando um crescimento no início da década de 2000. Mas é a partir de 2002 que se detecta um aumento mais acentuado das trocas bilaterais. É válido lembrar que em 2002 houve a adesão chinesa à OMC (Organização Mundial do Comércio), o que sinalizou que a China respeitaria as regras de comércio estabelecidas pela organização, consequentemente gerando maior confiança aos investidores estrangeiros naquele país.

Através da base de dados da UNcomtrade podemos analisar o conteúdo das trocas em um nível de agregação que demonstra com um pouco mais de detalhes como é formada a pauta de trocas. Para facilitar a análise, colhemos os dados que compreendem do ano de 2000 a 2012, o que nos dá uma noção de como a pauta foi formada nessa década passada. Também disponibilizamos o valor das trocas atingido em cada segmento, lembrando que correspondem ao valor total das trocas por segmento durante os 12 anos analisados; assim como a porcentagem que cada segmento representou na pauta.

Figura 17: Exportação da China para o Japão - Total 2000/2012 (segundo dados do Japão ao UNcomtrade – bilhões de US\$)

Descrição	Valor do comércio	%
Máquinas e equipamentos de transporte	US\$574.577.210.152	38.5
Outros artigos manufaturados diversos	US\$503.266.814.761	33.8
Bens manufaturados classificados principalmente por material	US\$175.361.072.572	11.8
Alimentos e animais vivos	US\$94.011.299.407	6.3
Produtos químicos e relacionados	US\$72.104.083.710	4.8
Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	US\$31.980.877.075	2.1
Outras commodities (dentro da seleção)	US\$39.466.420.967	2.6
Outras commodities (seleção externa)	US\$0	-
TOTAL	Tri. US\$1.490.767.779	

Figura 18: Exportação do Japão para a China - Total 2000/2012 (segundo dados do Japão ao UNcomtrade - bilhões de US\$)

Descrição	Valor do comércio	%
Máquinas e equipamentos de transporte	US\$631.365.722.715	52.4
Bens manufaturados classificados principalmente por material	US\$189.282.508.886	15.7
Produtos químicos e relacionados	US\$157.560.217.301	13.1
Outros artigos manufaturados diversos	US\$102.859.955.965	8.5
Commodities e transações não classificadas em outra parte no SITC (Standard International Trade Classification)	US\$60.210.946.967	5.0
Materiais brutos, não comestíveis, exceto combustíveis	US\$40.562.787.579	3.4
Outras commodities (dentro da seleção)	US\$23.162.949.825	1.9
Outras commodities (seleção externa)	US\$0	-
TOTAL	Tri. US\$1.205.005.090	

Podemos desagregar os dados, explorando os itens mais profundamente, e encontraremos informações mais detalhadas sobre os segmentos mais importantes na pauta de trocas entre os dois países:

- “Máquinas e equipamentos de transporte” inclui: máquinas e equipamentos de geração de energia; máquinas especializadas para determinadas indústrias; maquinário para metalurgia; máquinas e equipamentos industriais gerais e peças para máquinas; máquinas para escritório e máquinas automáticas de

processamento de dados; aparelhos e equipamentos de telecomunicações e de gravação e reprodução de som; veículos de estrada; outros equipamentos de transporte.

- “Outros artigos manufaturados diversos” inclui: construções pré-fabricadas; equipamentos e acessórios sanitários, de canalização, de aquecimento e iluminação; móveis e suas partes; roupas de cama, colchões, suportes elásticos para camas, almofadas e semelhantes; artigos de viagem, bolsas e artefatos semelhantes; artigos de vestuário e seus acessórios; calçados; instrumentos e aparelhos científicos; equipamentos e suprimentos fotográficos, produtos ópticos e de relojoaria; entre outros produtos manufaturados.

- “Bens manufaturados classificados principalmente por material” inclui: couro, produtos de couro e peles de animais; manufaturas de borracha; produtos de madeira e cortiça (excluindo móveis); papel, papelão e artigos de pasta de papel; fios têxteis, tecidos e artigos relacionados; manufaturas de minerais não-metálicos; ferro e aço; metais não-ferrosos; produtos de metais.

- “Alimentos e animais vivos” inclui: animais vivos; carne e preparados de carne; produtos lácteos e ovos de aves; peixes (excluindo mamíferos marinhos), crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos e suas preparações; cereais e preparações a base de cereais; vegetais e frutas; açúcar e suas preparações e mel; café, chá, cacau, especiarias e suas preparações; alimentos para animais.

- “Produtos químicos e relacionados” inclui: produtos químicos orgânicos e inorgânicos; materiais para curtumes e tingimento; medicamentos e produtos farmacêuticos; óleos essenciais e resinoides; material de perfumaria; produtos de limpeza; fertilizantes; plásticos em formas primárias; plásticos em formas não-primárias.

Como demonstram os relatórios da JETRO, o crescimento dos intercâmbios comerciais é resultado, sobretudo, do crescimento econômico chinês e da importância estratégica da China para as redes de produção japonesas. Uma recuperação gradual da economia japonesa também influenciou o aumento das importações de artigos chineses. A partir do ano de 2010, devido ao grande incremento apresentado nas trocas bilaterais sino-japonesas nos anos anteriores, a JETRO passou a publicar relatórios anuais que demonstram uma visão global das

trocas entre os dois países. Acreditamos que seja interessante apresentar os dados oferecidos nos três últimos anos pelos relatórios (2010, 2011, 2012), visando demonstrar os setores em que os intercâmbios comerciais vêm se destacando.

No relatório referente ao ano de 2010, a JETRO aponta que o crescimento das exportações japonesas para a China aconteceu devido a necessidade chinesa de peças e materiais que visavam suprir o aumento de produção no país, o aumento do consumo de produtos acabados produzidos no Japão, além de peças e materiais para produtos exportados da China para o Japão, EUA e países europeus. Aos investimentos em infraestrutura realizados pelo governo chinês em seu pacote de estímulo econômico seguiu-se um aumento da exportação japonesa de maquinário para construção e geração de energia. Como reflexo do aumento na produção industrial chinesa, peças de motores para veículos, semicondutores, equipamentos metalúrgicos, materiais plásticos e aparelhos elétricos aumentaram a pauta de exportações japonesas para a China no ano de 2010. A exportação de carros, equipamentos de vídeo e outros produtos acabados também aumentaram substancialmente, impulsionados pelo aumento do consumo na China.

Quanto as importações japonesas provenientes da China no ano de 2010, a transição tecnológica nas redes de comunicação japonesas aumentou a importação de aparelhos audiovisuais, de telecomunicações e celulares *smartphones*, assim como de novos modelos de televisores de LCD e computadores pessoais produzidos na China.

Os resultados do relatório relacionados ao ano de 2011 apontaram um aumento considerável no intercâmbio pelo segundo ano consecutivo, uma vez que em 2009 houve queda substancial devido aos impactos econômicos globais negativos. Segundo a JETRO, o comércio entre os dois países foi impulsionado devido a estabilidade da economia chinesa e por uma expansão da demanda doméstica no Japão por peças e bens acabados importados da China. Houve um aumento expressivo na exportação japonesa de máquinas têxteis e de processamento de metais, equipamentos de produção para semicondutores e robôs industriais visando suprir aumentos nos custos trabalhistas e diminuição da mão-de-obra disponível. Destaca-se que no ano houve diminuição das exportações de veículos devido aos danos à cadeia produtiva japonesa ocasionados pelo terremoto

e *tsunami* de 2011, e queda na exportação de máquinas de construção e mineração devido a diminuição do investimento estatal chinês em tal setor.

Quando observadas as importações feitas pelo Japão originárias da China, ainda há crescimento em aparelhos audiovisuais acabados e aumento expressivo nas importações de roupas e acessórios de vestuário, além de alimentos. Como consequência dos desastres de 2011, houve aumento na demanda japonesa por ventiladores elétricos, geradores de energia, baterias, rádios e lanternas portáteis devido às necessidades que surgiram a partir da escassez de energia elétrica e às medidas de poupança do recurso. É interessante observar, como apontado no relatório, que o terremoto e *tsunami* impactaram as trocas entre os dois países, porém se alcançou um recorde histórico na corrente de comércio anual.

No último relatório, com os resultados anuais de 2012, a JETRO aponta que o valor total do comércio entre os dois países recuou pela primeira vez desde 2009. Como razão, a instituição aponta a desaceleração econômica chinesa e as manifestações contra políticas japonesas como principais motivos. O relatório aponta uma queda na exportação japonesa de máquinas em geral, motores, aço e particularmente automóveis. A venda de automóveis produzidos no Japão para a China recuou drasticamente no segundo semestre – de setembro a dezembro houve uma queda de 63% das exportações de automóveis quando comparadas com o mesmo período do ano anterior –, afetando substancialmente a corrente de comércio. Os destaques positivos ficaram com o aumento das exportações de insumos para eletrônicos e equipamentos fotográficos, como telas de cristal líquido e lentes.

Quanto as importações originárias da China, o relatório destaca aumento em aparelhos de comunicação, como *tablets* e *smartphones*, componentes automotivos e alimentos. No entanto, produtos químicos e derivados de petróleo, ferro, aço e metais não-ferrosos mostraram queda devido à demanda interna japonesa ter estagnado.

Quando analisada a pauta das trocas comerciais, conclui-se que ela é baseada fortemente em produtos de médio e alto valor agregado, como bens de capital e bens de consumo sofisticados. Como apontam os dados colhidos, na década as exportações do Japão se concentraram principalmente em produtos de maior complexidade tecnológica, como máquinas em geral, semicondutores e robôs

para linhas de produção, indicando que o país ainda tem importância em abastecer parte das linhas de montagem na China e que a maior parte do valor agregado dos produtos ainda encontra-se no Japão. Porém, podemos perceber que a produção industrial chinesa também está avançando para produtos de maior complexidade, e isso é evidenciado pelo aumento da exportação de computadores pessoais, equipamentos audiovisuais e de telecomunicação. O comércio entre os dois países deixou de ser pautado por bens de capital com alto valor agregado de um lado e insumos e matéria-prima de baixo valor pelo outro.

4.2. O Investimento Estrangeiro Direto japonês na China e o turismo entre os dois países

O contexto interno japonês ocasionou uma mudança de grande parte de sua indústria de manufatura para os países do leste asiático, processo que vem ocorrendo já há algumas décadas. A valorização da moeda nacional, os problemas demográficos que tendem a se acentuar – envelhecimento populacional e baixa taxa de natalidade – e os altos salários são alguns dos fatores que influenciaram nesse deslocamento das indústrias japonesas à países vizinhos. Segundo documento do *Symposium on Japan-China Business Alliance* de 2007, já havia mais de vinte mil empresas japonesas operando na China¹²², demonstrando a importância do país para as empresas nipônicas.

Como aponta Alvstän et al. (2009), as companhias japonesas estiveram entre as primeiras a aproveitar a abertura chinesa para o investimento estrangeiro direto na década de 1980, e aproveitaram da produção na China continental de três maneiras diferentes. A primeira onda de investimentos japoneses na China se deu no período em que diversas empresas com sede no Japão promoveram consideráveis investimentos em diversos países, o objetivo estava em assegurar um fluxo de matéria-prima ao Japão, de forma a suprir as necessidades produtivas de suas indústrias. Em tal período, portanto, as empresas japonesas investiram na China para que esta servisse como uma base exportadora de matérias para o Japão, como no caso das indústrias de uso intensivo de energia, como metais e química. A segunda onda de investimentos ficou caracterizada pelo uso da China como base de exportação para demais países, principalmente os da região leste-

¹²² Informação disponível em: < <http://www.jetro.go.jp/en/jetro/profile/speeches/2007/jun07.pdf>>.

asiática, crescendo à medida que a produção japonesa se transformava em uma produção de alto valor agregado e os custos com a mão-de-obra no Japão aumentavam. Nesse momento o leste asiático tornou-se essencial para as empresas japonesas que estabeleciam uma rede de produção regional ou global. Finalmente, a terceira onda de investimentos japoneses na China ocorreu durante a década de 1990, quando tal país já ocupava o posto de base produtiva mais importante para as indústrias japonesas. Nesse momento os investimentos japoneses passaram a visar o mercado interno chinês, quando o aumento gradual no poder de compra dos chineses passou a representar um mercado potencial não só para as empresas japonesas, mas de todo o globo. (ALVSTÄN et al., 2009, p.201-203)

Em uma pesquisa realizada pela JETRO relacionada ao ano de 2011 – *International Operations of Japanese Firms: Interest in overseas expansion at a record high*¹²³ – grande parte das firmas participantes na pesquisa consideravam a possibilidade de investir em expansão da produção, vendas ou pesquisa em suas instalações fora do Japão, com grande destaque para a China, assim como para os países do leste asiático, como pode-se constatar a seguir:

According to the survey, the most cited export destination for firms was China, followed by Thailand, Taiwan, South Korea and the United States. China also accounted for the largest number of locations of overseas facilities, far ahead of the second-place United States and other countries. While the percentage of large firms with facilities in China was high, at 72.6%, the percentage of SMEs with such facilities also was much higher than in other countries, at 28.7%. While the most common forms of such facilities were those of sales and production sites, the number of firms with research and development facilities or regional headquarters located in China is increasing.¹²⁴ (JETRO, 2012b)

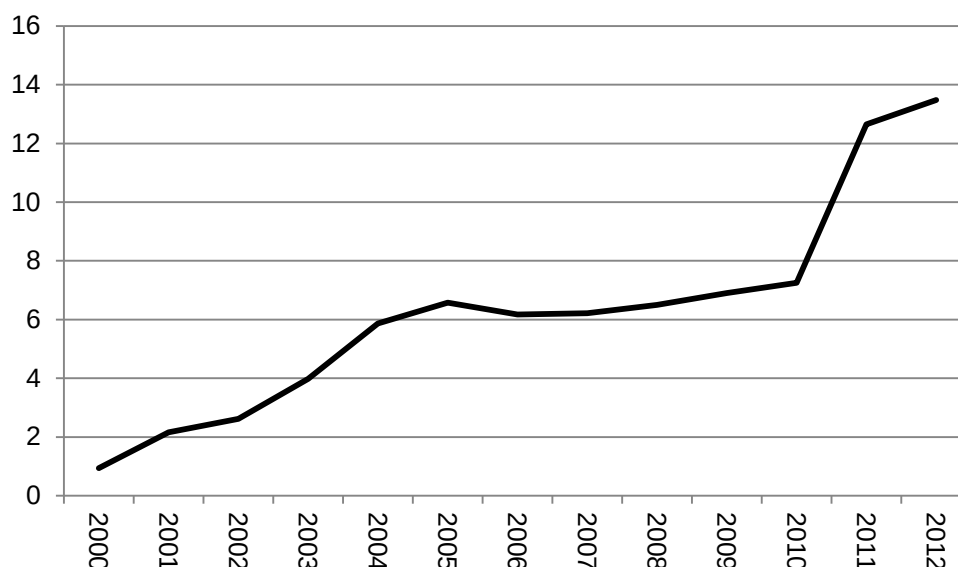
Como aponta Alvstän et. al. (Ibid), o investimento estrangeiro direto japonês a partir de 2000 tem-se concentrado principalmente nas áreas de equipamento de transporte, maquinário elétrico e maquinara em geral, o que demonstra uma

¹²³ Operações internacionais de empresas japonesas: interesse em expansão no exterior em uma alta recorde. [Tradução nossa]

¹²⁴ De acordo com o levantamento, o destino de exportação mais citado para as empresas foi a China, seguido pela Tailândia, Taiwan, Coreia do Sul e Estados Unidos. A China também contabilizou o maior número de locais de instalações no exterior, muito a frente do segundo colocado, os Estados Unidos, e outros países. Enquanto o percentual de grandes empresas com instalações na China foi elevado, em 72.6%, a porcentagem de pequenas e médias empresas (PMEs) com instalações também foi muito maior do que em outros países, em 28.7%. Embora as formas mais comuns de tais instalações sejam de vendas e locais de produção, o número de empresas com instalações de pesquisa e desenvolvimento ou sedes regionais localizadas na China está aumentando. [Tradução nossa]

importância crescente da China nas redes de produção japonesas. Abaixo podemos observar o fluxo de investimento direto japonês na China desde 2000, apresentando crescimento substancial nessa última década, e estando entre as cinco maiores fontes de investimentos estrangeiros diretos na China. De um total de US\$95.5 bilhões de IED japonês destinados à China desde 1983, cerca de US\$82.3 bilhões foram investidos somente nessa década (JETRO, 2013a). Podemos observar que a expansão do IED japonês na China acompanhou a tendência do aumento das trocas comerciais entre os dois países na década.

Figura 19: Investimento Estrangeiro Direto japonês na China
2000-2012 (US\$ bilhões)



Fonte: JETRO, 2013a.

Japan's Outward FDI by Country/Region (Balance of Payments basis, net and flow)

Uma pesquisa mais detalhada da JETRO também aponta que entre os países/regiões onde as empresas japonesas estão planejando expandir seus negócios e funções, a China ocupa o topo em todas as funções – vendas, produção, investimento em pesquisa e desenvolvimento, estabelecimento de sede regional – (JETRO 2012c.)¹²⁵.

Analisando os relatórios anuais da JETRO fica clara a complementaridade criada entre as economias de China e Japão. As indústrias baseadas na China importam máquinas e componentes japoneses para a produção, e exportam produtos acabados de volta ao Japão, além das importantes exportações chinesas

¹²⁵ Tal material pode ser encontrado no seguinte endereço:
<<http://www.jetro.go.jp/en/news/releases/20120301540-news/material.pdf>>.

de metais terra-rara para a indústria de eletrônicos japonesa. Grande parte da produção das indústrias japonesas está localizada na China, e o interesse em expandir as atividades em solo chinês ainda é alto, como apontam as pesquisas anteriormente indicadas. Portanto, pode-se dizer que mesmo com a recente crise econômica, que ainda mostra seus efeitos na economia global, o intercâmbio econômico entre China e Japão se aprofundou nesse início de século e tende a se expandir caso o ambiente político e econômico melhore.

Chu-yuan Cheng (2007) aponta que o alto nível da atividade econômica entre China e Japão, representado pelo considerável aumento na corrente de comércio bilateral e de IED japonês adentrando a China, demonstra a forte complementaridade atingida entre as duas economias. Em termos de recursos humanos em idade economicamente ativa, a China supera em sete vezes o Japão, o que representa não só uma oferta abundante de mão-de-obra, mas um grande mercado consumidor.

A sociedade japonesa apresenta um fenômeno comum aos países desenvolvidos – e que ainda não caracteriza a sociedade chinesa –, uma baixa taxa de natalidade e um aumento no número de idosos. Segundo a recomendação da ONU¹²⁶, uma taxa de fecundidade que consiga manter a população em nível estável, ou então “nível de reposição populacional”, é de 2.1 filhos por mulher, a taxa japonesa está abaixo de 2 filhos por mulher desde 1975. Tais dados se refletem na pirâmide etária japonesa da seguinte maneira: segundo os dados do *Statistic Bureau* do Japão, a porcentagem da população japonesa que estava entre 0 e 14 anos em 2001 era de 14.4%, baixando para 13.6% em 2006 e chegando a 13% em 2012; paralelo a essa diminuição no número de crianças, a porcentagem de cidadãos japoneses acima dos 65 anos em 2001 era de 18%, aumentando para 20.8% em 2006 e chegando a 24.1% em 2012. A partir de 2006 a população japonesa passou a enfrentar a estagnação e decréscimo (JAPAN STATISTIC BUREAU)¹²⁷. O reflexo dessa pirâmide que está se invertendo no Japão é uma das causas de muitas empresas japonesas investirem em parques industriais de países vizinhos. O problema populacional também atinge as contas do estado, uma vez que os gastos com previdência e assistência social tendem a aumentar no decorrer dos anos,

¹²⁶ Documento da ONU – *Total Fertility Rate* – disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/methodology_sheets/demographics/total_fertility_rate.pdf>.

¹²⁷ Os dados estatísticos estão disponíveis no portal: <<http://www.stat.go.jp/english/data/jinsui/2.htm>>.

enquanto a população economicamente ativa tende a decrescer, causando um descompasso entre arrecadação e gastos dos órgãos de seguridade social.

Em termos de recursos naturais, o Japão é pobre na maioria dos recursos industriais, incluindo energia, minérios e agricultura. No entanto, em termos de capacidade de recursos tecnológicos e inovação o Japão está em condições muito superiores a China. Ou seja, os dois países possuem vantagens comparativas distintas, o que poderia fazer com que a economia dos dois países – sem a interferência de problemas políticos – pudesse operar de maneira simbiótica (CHENG, 2007, p.84-85).

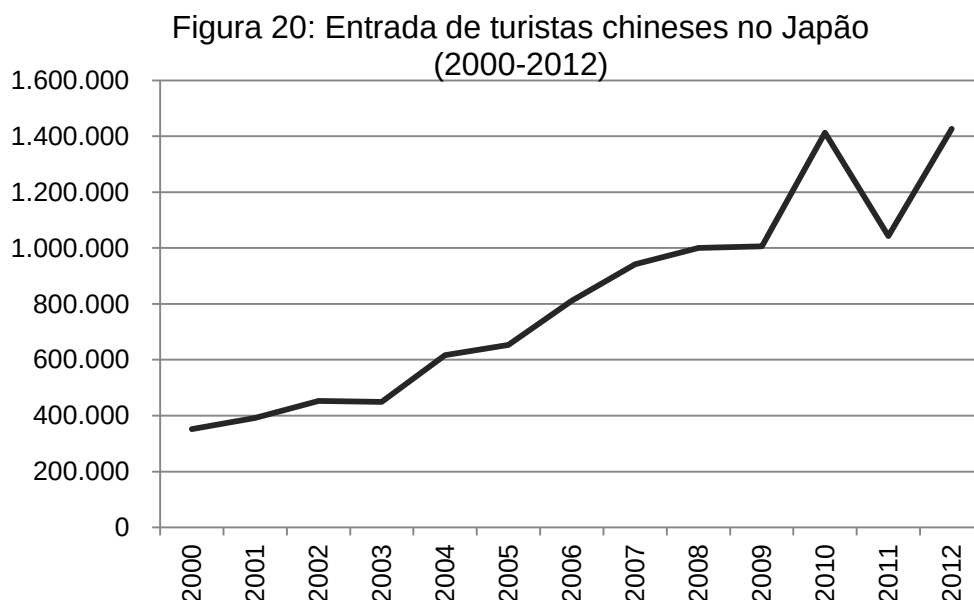
Ainda que os relatórios da JETRO possam apontar que uma diminuição no crescimento da China possa ter impactado as trocas comerciais, relatórios do *Bank of Japan*,¹²⁸ referentes ao segundo semestre de 2012, apontam que os atritos políticos foram responsáveis pela queda drástica na exportação de veículos para a China e diminuição do número de visitantes chineses ao Japão no semestre. Acreditamos que os dois setores possam apontar o grau de influência dos desentendimentos na relação econômica, uma vez que a queda das exportações nos veículos possa ter sido causada por boicotes de cidadãos chineses às empresas automotivas japonesas¹²⁹; e a queda drástica no turismo chinês para o Japão pode ser comprovada a partir de setembro, quando os desentendimentos se agravaram. A queda no número de visitantes chineses é acompanhada do aumento de uma visão negativa mútua entre as populações, descrita no capítulo anterior pelas pesquisas do China Daily/Genron NPO.

A intensificação do turismo é mais um dos reflexos da crescente relação entre os dois países nesse início de século. Como podemos acompanhar no gráfico abaixo, o crescimento do número de chineses que visitaram o Japão nessa década cresceu expressivamente ano a ano. No ano de 2000 cerca de trezentos e cinquenta

¹²⁸ Aqui disponibilizamos os endereços de alguns dos relatórios do *Bank of Japan* (BoJ) onde os analistas apontam os efeitos dos atritos diplomáticos na economia e turismo. Disponíveis em: *Minutes of the Monetary Policy Meeting on October 30, 2012:* http://www.boj.or.jp/en/mopo/mpmsche_minu/minu_2012/g121030.pdf>. *Monthly Report of Recent Economic and Financial Developments November 2012 :* http://www.boj.or.jp/en/mopo/gp_2012/gp1211b.pdf>. *Monthly Report of Recent Economic and Financial Developments, December 2012:* http://www.boj.or.jp/en/mopo/gp_2012/gp1212b.pdf>.

¹²⁹ *China's Boycott Hurts Japanese Car Makers: "This Is Politics, Not Business"* <http://www.tokyotimes.com/2012/chinas-boycott-hurts-japanese-car-makers-this-is-politics-not-business/>>.

mil chineses visitaram o Japão, em 2012 o número chegou a quase um milhão e meio de visitantes no ano. (JAPAN TOURISM, 2013a)



Fonte: Japan Tourism, 2013a.

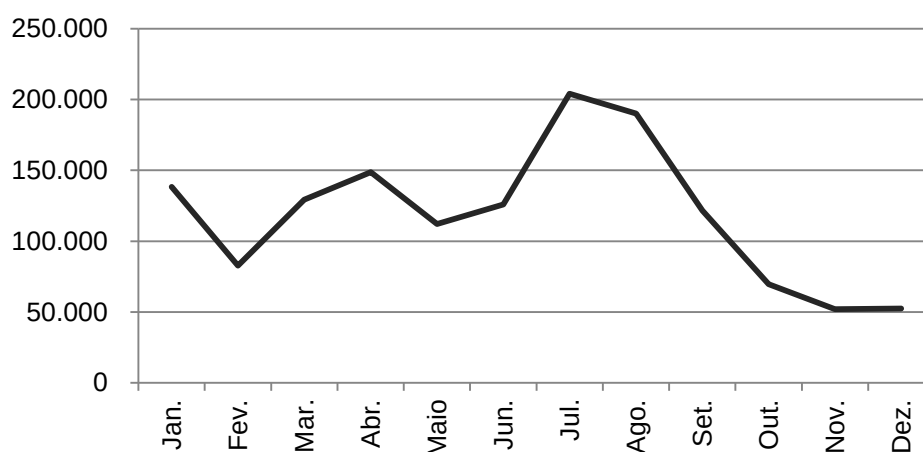
Dos 8.361.587 turistas estrangeiros que visitaram o Japão no ano de 2012, 1.426.958 eram de origem chinesa continental. Os chineses foram a terceira nacionalidade de turistas a visitar o Japão, atrás apenas dos sul-coreanos (2.043.240) e taiwaneses (1.466.287), respectivamente. Embora o número de chineses que viajaram ao exterior no ano de 2012 tenha sido de 83.182.700¹³⁰, e esse número expressivo passe uma noção de que cerca de 1.4 milhões que visitaram o Japão seja um número acanhado, essa última cifra colocou os chineses como 17% do total de turistas estrangeiros que visitaram o Japão no ano de 2012, uma fatia importante para a economia do turismo japonês. Podemos vincular o aumento expressivo de chineses que viajaram ao Japão ao crescente aumento do poder de compra dos chineses, que passaram a viajar mais para o exterior. No ano de 2011, os chineses foram os turistas estrangeiros que mais gastaram no Japão, deixando por volta de US\$ 2.4 bilhões no país, o que correspondeu a quase um

¹³⁰ Nesse número estão contabilizadas as viagens de chineses continentais para Hong Kong e Macau, principais destinos dos turistas chineses. Os dados estão disponíveis no *2012 Bulletin of Tourism Statistics of the People's Republic of China*, China National Tourism Administration (CNTA): <http://en.cnta.gov.cn/html/2012-7/2012-7-26-10-50-21009_1.html>

quarto do total de gastos por estrangeiros.¹³¹ Nota-se um declínio no número de viajantes em 2011 devido ao temor dos efeitos do desastre nuclear resultante do terremoto e *tsunami* que ocorreram no ano. Porém, em 2012 o fluxo voltou a taxa semelhante ao de 2010 e alcançou recorde.

Podemos questionar, através da figura acima, o impacto dos atritos políticos no turismo. Ao analisarmos o gráfico, os efeitos parecem não afetar de forma grave o turismo, uma vez que houve recorde de turistas chineses, mas se olharmos atentamente a evolução do turismo no ano de 2012 podemos ter um retrato real de tais impactos na figura a seguir.

Figura 21: Entrada de turistas chineses no Japão
(Evolução ano 2012)



Fonte: Japan Tourism, 2013a.

A partir de setembro de 2012, quando os desentendimentos sobre a questão territorial se intensificam, há uma acentuada queda de chineses viajando para o Japão. Além da queda na demanda, agências de viagem cancelaram¹³² voluntariamente os pacotes de turismo ao Japão que já haviam sido vendidos, o que acentuou o declínio. Na comparação ano-a-ano 2011-2012, houve aumento do número de turistas chineses visitando o Japão em todos os meses até setembro de 2012, a partir de outubro passa a haver queda no comparado dos meses ano-a-ano.

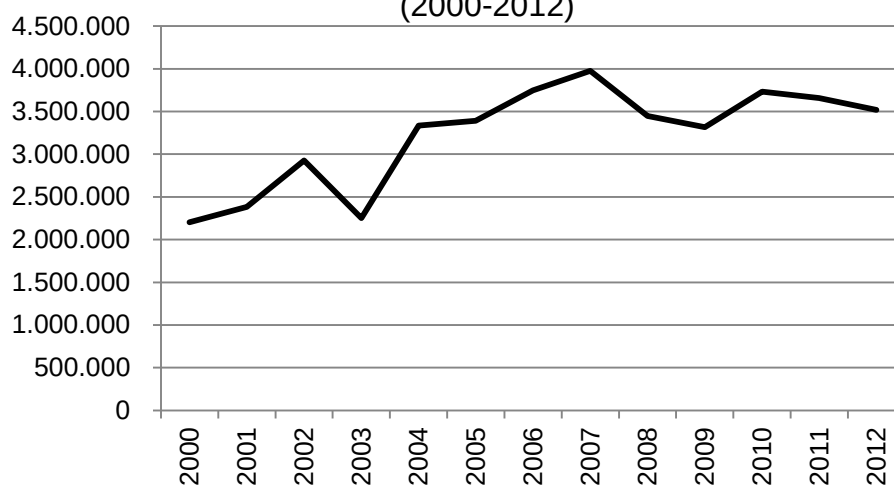
¹³¹ Informação disponibilizada pela agência Xinhua, *Chinese tourists rank as top spenders in Japan*, 03/05/2012. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2012-05/03/c_131566996.htm>.

¹³² Como noticiado pela imprensa chinesa e estrangeira. Como exemplo, Bloomberg: *Japan Sees 20% Drop in China Tourism as Islands Row Heats Up*. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2012-09-13/japan-fears-20-drop-in-china-tourists-as-islands-spat-heats-up.html>>.

Em outubro de 2012 se registrou uma queda de 33.1% na relação com outubro de 2011, em novembro queda de 43.6% e em dezembro 34.3% na comparação do meses ano-a-ano. E aqui é importante lembrar, os números de 2011 já haviam sido impactados pelos desastres no nordeste japonês.

Quando observado o fluxo de turistas japoneses que visitaram a China na última década, apresentado na figura abaixo, no ano de 2000 cerca de 2.2 milhões de japoneses visitaram a China, com o número de turistas atingindo seu ápice em 2007 com 3.9 milhões de visitantes de origem japonesa. Nos anos seguintes, o número de turistas japoneses passa a oscilar entre 3.7 e 3.4 milhões. Em 2012 cerca de 3.5 milhões de japoneses visitaram a China, o que correspondeu a cerca de 19% do número de japoneses que viajaram ao exterior. Mesmo com os atritos diplomáticos de 2012, não houve queda considerável nos meses de maior tensão, com o número de visitantes japoneses estabilizando acima dos 120 mil nos últimos cinco meses do ano. (JAPAN TOURISM, 2013b.)

Figura 22: Entrada de turistas japoneses na China
(2000-2012)



Fonte: Japan Tourism, 2013b.

Sem dúvidas a expansão econômica chinesa foi responsável por impulsionar um ciclo de crescimento econômico global nesse início de século. A demanda chinesa para a produção, visando tanto o mercado interno quanto externo, elevou o grau de importância da relação de vários países com a China. Sendo assim, uma desaceleração chinesa possui potencial para comprometer o crescimento de outros países, agravando o já complicado ambiente econômico mundial. O crescente intercâmbio econômico sino-japonês não está imune aos efeitos de uma crise

econômica mundial. Os impactos das adversidades econômicas enfrentadas por grandes consumidores de produtos chineses e japoneses, como o são EUA e União Europeia, e a seguida diminuição da demanda pelos artigos produzidos nos países asiáticos, produz reflexos na interação econômica bilateral sino-japonesa.

O governo chinês buscou abrandar a desaceleração econômica lançando pacotes de estímulo para encorajar o crescimento e o consumo interno. No ano de 2008 um pacote de estímulo de US\$570 bilhões¹³³ – aproximadamente quatro trilhões de Yuan – foi posto em prática, com foco na construção de moradias para famílias de baixa renda, infraestrutura geral, inovação tecnológica e recuperação de áreas afetadas por desastres naturais, além de cortar impostos do setor produtivo. A busca por manter o crescimento do país elevado ainda gera oportunidades aos parceiros chineses, a questão é até quando pacotes de estímulos internos serão capazes de garantir a manutenção do crescimento econômico chinês e o contágio de efeitos positivos a seus parceiros econômicos.

China e Japão têm buscado dar passos importantes na relação econômica bilateral. No final de 2011, durante visita do então primeiro-ministro japonês Yoshihiko Noda à China, os dois países anunciaram intenções de executar trocas através de suas próprias moedas, visando promover um mercado de cambio iene-yuan sem o intermédio e os custos da conversão para a moeda norte-americana. Nesse mesmo evento, discutiu-se a possibilidade do estado japonês comprar títulos do governo chinês, o que foi autorizado pela China em meados de 2012, permitindo a compra de US\$10.3 bilhões em títulos do governo¹³⁴.

Ainda no âmbito de negociações conjuntas, destacam-se as negociações que envolvem China, Japão e Coreia do Sul, que visam reforçar a cooperação trilateral e promover o desenvolvimento, contribuindo assim para a estabilidade da região. Em 2010 foi lançado um plano de cooperação trilateral chamado VISION 2020¹³⁵, que estabelece metas e visões a serem alcançadas através da cooperação até o ano 2020. Os objetivos abrangem a área comercial, ambiental, segurança e defesa,

¹³³ Segundo anúncio do governo chinês – “*China's 4 trillion yuan stimulus to boost economy, domestic demand*”. Disponível em: <http://english.gov.cn/2008-11/09/content_1143763.htm>.

¹³⁴ *Japan allowed to buy 10.3 bln USD worth of Chinese government bond*. Disponível em: <<http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/newsrelease/counseloroffice/westernasiaandaficareport/201208/20120808294933.html>>

¹³⁵ *Trilateral Cooperation VISION 2020*. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/jck/summit1005/vision2020.html>>.

desenvolvimento de pesquisas científicas conjuntas, intercâmbios culturais e humanos, cooperação em temas internacionais.

O ponto mais importante da cooperação trilateral são os estudos para a criação de uma área de livre comércio entre os três países. Durante o *The Fifth Trilateral Summit Meeting among The People's Republic of China, the Republic of Korea and Japan*, realizado em maio de 2012, os governos endossaram que as negociações para a implantação da área de livre comércio trilateral deveriam começar ainda em 2012, e que os três países também deveriam iniciar a preparação e os procedimentos internos para que as negociações avançassem.¹³⁶

Não há dúvidas de que a relação econômica sino-japonesa apresentou avanços significativos nesse início de século. Importantes marcos foram atingidos, como a China se tornando o maior parceiro econômico do Japão, a sequência de recordes nas trocas comerciais entre os dois países, o fluxo turístico entre as duas nações. Passos e medidas relevantes foram tomadas visando aprofundar mais essa relação econômica, como a possibilidade da troca em moedas próprias, sem intermédio do dólar; e a possibilidade da compra de títulos chineses por parte do governo do Japão, não só como um ato simbólico, mas como um ato de confiança na economia chinesa e uma maneira de diversificar as reservas japonesas. Deste modo, a relação econômica sino-japonesa, ainda que afetada, mostrou resistência a uma crise financeira global que comprometeu de maneira séria as principais economias mundiais; o principal questionamento agora é quais serão os impactos que discordâncias políticas prolongadas entre os dois países trarão para a face da relação que até agora tem sido positiva.

¹³⁶ A Quinta Reunião de Cúpula Trilateral entre a República Popular da China, a República da Coreia e o Japão [tradução nossa]. A declaração conjunta da última cúpula – *Joint Declaration on the Enhancement of Trilateral Comprehensive Cooperative Partnership* – está disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/jck/summit1205/joint_declaration_en.html>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sino-japonesas têm sido marcadas por uma alternância de ânimos. Acreditamos que o aparente paradoxo caracterizado como “*hot economics, cold politics*”, pôde demonstrar nessa década passada os rumos que a relação bilateral pode seguir, derivando das posturas e ações de ambos os estados. A cooperação econômica já demonstrou que a aproximação entre as duas nações pode gerar benefícios mútuos e regionais, o que seria interessante para a Ásia Oriental e para a estabilidade política e econômica regional e global. Os desentendimentos no âmbito político evidenciam que ainda existem sérias questões históricas a serem resolvidas, e que os passos para a resolução de tais controvérsias têm sido escassos e confusos pela parte dos governantes do Japão. Acreditamos que essa década pôde apontar claramente o clima dos dois caminhos, e que as partes puderam provar o benéfico ambiente de cooperação, assim como a tensão das desavenças.

Acreditamos que os dois países possuem três opções de futuro quanto a relação: escolher a cooperação, e a partir dos sucessos da interação econômica partirem para um aprofundamento dos entendimentos, baseados na importância da manutenção de uma convivência pacífica; escolher a rivalidade, em que os dois países passarão a ser antagonistas regionais e passarão a reforçar ainda mais suas diferenças a partir da construção de mútuas percepções de perigo e ameaça; a terceira opção seria manter o estado da relação, como vem sendo feito desde o restabelecimento dos laços diplomáticos em 1972, em que os dois países parecem “concordar em discordar” sobre determinados assuntos.

A construção de um ambiente profícuo parece ser o que grupos industriais e acadêmicos tentam fomentar, porém é o que exige passos mais importantes e indispensáveis. Sem dúvida as ações da parte japonesa quanto a história dos conflitos desencadeados a partir de 1895 são determinantes para que um processo de maior diálogo e aprofundamento da confiança mútua se realize. Visitas ao Santuário de Yasukuni e posições ambivalentes do estado japonês são, em uma análise mais profunda, efeitos sintomáticos de um passado mal resolvido entre as duas nações. As mensagens confusas que os governantes japoneses passam sobre seus sentimentos relacionados ao passado militarista é uma grande barreira a ser superada, porém não impossível.

Uma vez que os pontos sensíveis na relação bilateral podem ser identificados como relacionados ao problema das agressões japonesas, o primeiro passo que deveria ser dado por governantes e políticos japoneses é o real reconhecimento de seu passado infeliz, que gerou uma culpa gigantesca para as gerações do pós-guerra. Seria necessária coragem, mas os governantes deveriam promover políticas de estado para conhecer e enfrentar o passado imperialista japonês, evitando assim a acusação de que o estado promove uma suavização do que realmente aconteceu. Este seria um passo difícil, mas importante. Difícil, pois remexe com a memória e ações agressivas de seus antepassados, que promoveram massacres e crueldades não só contra os chineses e coreanos, mas por toda a Ásia Oriental. Outro fator faz com que essa decisão seja ainda mais difícil: uma vez reconhecido o passado de agressão, o Japão teria que lidar de maneira mais séria com os pedidos de reparação dos sobreviventes das agressões e suas famílias. É importante lembrar que ainda existem muitos resquícios bélicos da guerra, sobretudo armas químicas abandonadas pelos japoneses em território chinês, que ainda hoje fazem vítimas¹³⁷, deixando a guerra não apenas na memória. Não há dúvidas de que as perspectivas da dimensão das reparações é um dos motivos para que o Japão relute em remexer no passado.

Uma revisão no caráter das agressões por parte do estado também deveria incluir como o assunto é abordado em livros didáticos e escolas. O estado japonês deveria dar liberdade para que os educadores ensinem aos jovens japoneses sobre os ocorridos na guerra, o papel do estado e de políticos militaristas, além do caráter das agressões. Promover o ensino e a discussão aberta nas escolas sobre a história da guerra e dos crimes cometidos, como foi feito na Alemanha sobre os crimes nazistas, é fundamental.

A postura do estado e de seus líderes perante o passado é essencial para que o Japão termine com a imagem de atitudes ambivalentes quanto ao passado. Os líderes alemães, ao assumirem as culpas do estado nazista, reiterar os pedidos de desculpa, deixar claro e investigar os crimes nazistas, além de pagar reparações, puderam recuperar a confiança de seus vizinhos. Ao assumir o papel que teve no passado, o estado alemão acabou por influenciar que setores da sociedade, como os grupos e famílias industriais, pudessem também investigar o papel que tiveram

¹³⁷ *Legacy of Japan's chemical warfare still alive in China*. Disponível em: <http://dtirp.dtra.mil/CBW/news/NG/ng_03aug05_1.pdf>.

suas administrações passadas no regime militarista liderado por Hitler. Tais atitudes serviram para que os “espectros” que rondavam tais instituições pudessem ser eliminados ao mostrar a história do que aconteceu realmente. Assim, estado e demais culpados puderam seguir em frente e encerrar uma parte negra da história alemã, não tentando esquecer ou suavizar, mas encarando o que aconteceu.

Enquanto o Japão não der os passos para aceitar sua postura passada de agressor e assumir sua culpa histórica, um entendimento político prolongado entre os dois países estará longe de ocorrer. Nas relações sino-japonesas, ficou muito comum os chineses utilizarem um provérbio: “A experiência passada, se não esquecida, é um guia para o futuro”¹³⁸. E parece ser o que os chineses intentam com os japoneses, não os deixar esquecer ou suavizar o passado.

A não resolução das questões históricas pendentes entre China e Japão tende a aumentar as desconfianças recíprocas sobre questões militares. A expansão das forças armadas chinesas continuará sendo uma preocupação para o Japão, que parece manter um sentimento de que uma China poderosa pode ser uma China vingativa e hegemônica. A construção de uma “ameaça chinesa” pode impactar diretamente na conjuntura regional, causando em seu limite uma espécie de “guerra fria” regional. Se o Japão teme uma vingança chinesa, a China parece não ficar tranquila com a possível queda do Artigo 9 da Constituição do Japão e a possibilidade que o país possa manter forças armadas como qualquer outro estado. A história agressiva, e a relutância japonesa em admiti-la, causa o temor de que a agressão possa se repetir.

A disputa territorial entre os dois países, sobre a região do arquipélago Diaoyu/Senkaku, quando analisada em última instância nos traz uma ligação com a história passada. A luta por recursos foi a principal causa da invasão japonesa na China, e a falta de recursos naturais é um fator que só se agravou no decorrer do tempo, colocando em evidencia a eterna escassez de recursos naturais sofrida pelo Japão. Essa escassez de recursos naturais japonesa se entrecruzou com a crescente necessidade chinesa por recursos, sobretudo energéticos, para manter seu elevado crescimento econômico. Mais uma vez o papel da história e das forças militares se reflete na disputa. A controvérsia tem origem na história de agressão

¹³⁸ 前事不忘,后事之师 (*Past experience, if not forgotten, is a guide for the future*).

japonesa, e é motivo para que os dois países intensifiquem a presença militar na região disputada, onde um incidente mais sério pode resultar em conflito.

Os políticos japoneses devem compreender que na realidade não se separa economia de política. É impensável que o Japão possa desfrutar do suporte do crescimento econômico chinês como aconteceu em relação aos EUA no pós Segunda Guerra. A prática de algo semelhante a Doutrina Yoshida não será possível com a China. O cenário atual não se parece com o qual se colocou em prática tal doutrina. Não é promissora a perspectiva de que o Japão possa desfrutar de um aumento nos investimentos internos e um crescimento elevado de sua economia já estagnada. Uma forte expansão do mercado interno japonês, como ocorreu entre 1945 e 1990, parece improvável. Não existe um viés ideológico que aproxime China e Japão como o que aproximou o último aos Estados Unidos. Os desentendimentos políticos, como podemos notar, são desfavoráveis às empresas japonesas que competem a nível global pelo mercado de consumo chinês, e não resta dúvida que o mercado chinês será mais importante para os japoneses do que o mercado japonês para a China. Com uma população sensível aos problemas históricos não resolvidos e aos desentendimentos territoriais prolongados, é possível que a relação econômica bilateral se deteriore.

A complexidade e interdependência erigida na área econômica, e um panorama complexo na segurança regional, onde China, Japão, EUA, e mesmo Rússia, não citada durante o trabalho, estão presentes, torna difícil uma análise de como o cenário da segurança regional asiática-oriental se desenvolverá no longo prazo. Podemos dizer que China e Japão lutam pela proeminência regional, e que os dois países não parecem dispostos a renunciar a essa disputa. Ao mesmo tempo, os dois países apostam no diálogo bilateral como forma de resolver divergências e evitar conflitos que comprometam a prosperidade de ambos. Ainda que fatos esporádicos alimentem o sentimento nacionalista em ambas as sociedades, é difícil acreditar que a competição entre os dois países leve a uma guerra de fato. Por trás da boa relação entre os dois países repousa a estabilidade da segurança e economia asiática e mundial.

Um fato para o qual as duas grandes potências da região devem dar atenção é que um projeto elaborado de maneira unilateral, seja por Japão ou China, não será viável. Ambos os países não podem moldar a região seguindo um projeto próprio, e

pensar de maneira antagônica só tende a provocar maiores desequilíbrios e atritos entre si.

Os desentendimentos sobre a disputa territorial entre os dois países, emergiram em um momento no qual ambos os estados passavam por mudanças e transições domésticas. Na China, a explosão de manifestações nacionalistas contra o Japão aconteceu durante o período de troca de governantes, e de certo modo desviou a atenção da população em um período de diminuição nas taxas de crescimento e os impactos sociais que podem ser gerados por essa diminuição. No Japão, a aproximação de eleições no final de 2012, em um momento de perda de popularidade do partido governista, pode ter impelido os líderes políticos a tomarem posições mais duras no que toca a soberania do país, no intuito de que o partido que estiver no poder não seja acusado de fraqueza perante os desafios internacionais.

Ainda que os desentendimentos no âmbito político e histórico sejam recorrentes, os dois governos se atentam para que a situação não fuja do controle, sobretudo nas incursões à área disputada. Porém, os governos ainda devem trabalhar para promover a compreensão mútua, visando aumentar também o sentimento de confiança recíproca. Outra importante necessidade é a criação de canais e grupos de gestão de crises, que possam se comunicar diretamente em situações de desentendimentos.

As posições e políticas dos EUA ainda serão importantes, como foram e são, para a evolução da relação sino-japonesa. Parte da construção da rivalidade entre China e Japão se deve a posição norte-americana no pós-guerra. Ao construir um tabuleiro no jogo da Guerra Fria, os EUA “esqueceram” a contribuição chinesa na derrota do inimigo comum na Segunda Guerra Mundial, os japoneses. Ao elaborar seus arranjos de contenção ao comunismo, ao mesmo tempo em que Washington colocou a China no lado inimigo – e fez com que o Ocidente esquecesse o papel vital de comunistas e nacionalistas chineses no fronte asiático da guerra – os norte-americanos restauraram e apoiaram políticos e burocratas japoneses que estiveram associados ao estado militarista. Ao corroborar com o domínio político do PLD no comando do Japão, com todas as controvérsias e resistências de muitos políticos do partido em admitir as agressões de guerra, os governos norte-americanos foram condizentes com a manutenção do status de guerra não terminada que prevaleceu na relação sino-japonesa e suas consequências. As posições de muitos políticos do

PLD, de suavizar ou esquecer os massacres e exploração levados adiante pelos japoneses durante a guerra, de certa forma foram aceitas pelo governo norte-americano que visava construir a ameaça chinesa e comunista.

Atualmente os Estados Unidos ainda tem um papel vital quanto a relação sino-japonesa, uma vez que os planos de defesa do Japão estão amarrados ao tratado militar entre os dois países, o que envolveria automaticamente o país em um conflito entre China e Japão. Com a ascensão econômica e militar chinesa, será essencial a maneira com que os EUA lidará com a China, pois influenciará diretamente na relação do Japão com os chineses. Se optarem por construir uma “ameaça” e uma política de contenção, e não houver uma mudança significativa na abordagem japonesa na relação com a China, a interação bilateral sino-japonesa tenderá a se deteriorar ainda mais. Caso o caminho da convivência prevaleça entre os políticos norte-americanos e chineses, o Japão será empurrado nessa direção ou comprometerá sua aliança com os EUA. Essa é uma relação trilateral que deixa o cenário asiático-oriental ainda mais complexo e requer uma pesquisa a parte.

Através das pesquisas promovidas pelo China Daily e Genron NPO, pode-se constatar que os desentendimentos entre os governos, e a cobertura da mídia governamental sobre o tema, possuem um impacto direto nos sentimentos mútuos de antipatia entre os dois povos. Grupos como o *China-Japan Friendship Association* criado em 1963, que buscam promover a comunicação e a amizade entre os dois povos em longo prazo, através de intercâmbios culturais; e o grupo japonês de pesquisadores e acadêmicos que estudam China, responsável por fundar a *Association of Scholars Advocating Renewal of the Japan-China Relationship*,¹³⁹ são bons exemplos de que há setores na sociedade de ambos os países que estão dispostos a promover um entendimento. Este último planeja promover estudos comparativos entre as versões históricas dos dois países sobre a guerra, baseando-se no caso de Alemanha e França, como forma de colaborar para a promoção da compreensão mútua. Convocando pesquisadores japoneses, chineses e de todo o globo para ajudar em tal tarefa, os acadêmicos sabem que os problemas são grandes e a estrada longa, reconhecendo que o momento exige ações pacíficas, que não sejam influenciadas por sentimentos excessivos e temporários. Ainda que existam associações civis que estejam dispostas a dissipar a

¹³⁹ *Japanese researchers on China set up a new group to improve relations*. The Asahi Shimbun. Disponível em: <http://ajw.asahi.com/article/behind_news/AJ201310220090>.

antipatia e colaborar para a melhora na relação bilateral, como as mencionadas, os governos ainda possuem importância central na resolução de desentendimentos. A construção e disseminação de “histórias oficiais” ainda é uma ferramenta dos estados, e uma vez não havendo adesão dos estados ao progresso que possa ser alcançado pelos acadêmicos, a contribuição destes pode ser limitada.

Utilizando aqui a análise de Alexander Wendt na construção das identidades dos estados, podemos interpretar que o problema da relação bilateral se encontra na dificuldade dos dois países em aceitar a identidade recente do *other*, uma vez que envolve diretamente o *self*. Como aponta Wendt, há identidades que não podem ser desempenhadas por um estado por si mesmo, independente dos demais. Uma vez que existe o compartilhamento de normas e expectativas, ou cultura, as identidades dependem também da identidade dos *others*.

O Japão pós-1945 tenta formar uma identidade de estado pacifista, baseado nos limites de sua constituição e de suas forças armadas; aponta o fato de ter sido vítima dos únicos ataques nucleares na história das guerras, motivo do seu repúdio ao uso de armas de destruição em massa. No entanto, muitos dos governantes japoneses vêm tentando sucessivamente “esquecer” ou negar a identidade de agressor do estado japonês, porém o fato de ter sido agredido com bombas atômicas não anula suas ações de agressão contra os vizinhos, que causaram mortes em número superior ao dos ataques nucleares norte-americanos. China e Coreia do Sul não hesitam em lembrar o Japão de sua identidade de agressor, enxergando o reconhecimento de tal identidade pelos japoneses como requisito para acreditar em um arrependimento verdadeiro por parte do Japão.

A China busca mostrar que manterá sua identidade de país pacífico construída no decorrer de sua história. Através dos discursos e estratégias de desenvolvimento pacífico e harmônico, o país procura demonstrar que é de seu interesse promover um desenvolvimento econômico e social na China que irradie o desenvolvimento também a seus vizinhos. Porém, não é favorável a China a má impressão que seus vizinhos possuem sobre seu crescente investimento e aumento em poderio militar. As disputas territoriais marítimas sobre os arquipélagos das Spratly e Paracel, no Mar da China Meridional, envolvem Brunei, China, Filipinas, Malásia, Taiwan e Vietnam; além da disputa com o Japão, no Mar da China Oriental. No continente há uma divergência fronteiriça ainda não resolvida com a Índia,

origem da guerra sino-indiana de 1962. Sendo assim, aqui mencionados temos a China em disputa territorial com sete países, o que demonstra o motivo de grande parte dos vizinhos do país temerem seu poderio militar. Pelo lado chinês, há o temor de que seus vizinhos, aliados dos Estados Unidos, possam promover um “cerco” estratégico a China, o que seria uma ameaça à sua segurança e desenvolvimento.

Podemos apontar que a rejeição mútua das identidades também é uma das causas dos desentendimentos sino-japoneses, uma vez que, como apontado por Wendt, as identidades são construções sociais, que não dependem apenas do *self* para que existam, mas também precisam ser aceitas pelo *other*. Mas mais uma vez, é uma causa condicionada ao período histórico infeliz da relação entre os dois países.

O mundo seguiu adiante após o período sombrio que envolveu as duas guerras mundiais e conflitos procedentes de um ciclo expansionista das potências europeias e japonesa. No entanto, a sombra da agressão imperialista japonesa ainda permanece viva na história da Ásia, sobretudo na memória de chineses e coreanos. Talvez essa sombra ainda perdure por gerações, e isso só torna mais difícil o papel dos governantes de ambos os países. Essa é uma prova de que ainda vivemos em uma ordem construída em meados do século passado, e não podemos entender de maneira apropriada alguns comportamentos de chineses, coreanos e japoneses sem compreender a história que envolve essa relação. Como destacou Alexander Wendt, a evolução é possível, mas não significa que será fácil.

Não podemos negar que trabalhar sobre essa complexa relação desenvolvida entre China e Japão é um desafio, mesmo quando se busca tratar de um período curto como a década que passou. Aqui nos propomos a mostrar um panorama geral da relação sino-japonesa, relação que certamente nos inspira a abordagens mais profundas e detalhadas em trabalhos futuros. Com uma relação histórica tão longínqua no tempo, marcada por profundas ligações culturais e políticas, e com uma influência do passado tão marcante, tratar de um período curto da interação sino-japonesa nos remete à figura de uma ave que apenas consegue arranhar a superfície do oceano.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Why is there no non-Western international relations theory? An introduction. In: **Non-Western International Relations Theory Perspectives on and beyond Asia**, p. Edited by Amitav Acharya and Barry Buzan. London: Routledge, 2010, p. 1-26.

ALVSTÄM, Claes G.; STRÖM, Patrik; YOSHINO, Naoyuki. *On the economic interdependence between China and Japan: Challenges and possibilities*. Asia Pacific Viewpoint, Vol. 50, No. 2, August 2009. ISSN 1360-7456, pp198–214

ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDEN, M. **The Ressurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives**. London: RoutledgeCurzon, 2003, 354p.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008, 438p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998. 2v.

BULL, Heddley. **A sociedade anárquica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, 361 p.

CAIRO COMMUNIQUÉ. Cairo, December 1, 1943. Disponível em: <http://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryō/01/002_46/002_46tx.html>. Acessado em: 02/2013

CHINA, Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of. *Set aside dispute and pursue joint development*, 17/11/2000. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18023.htm>>. Acessado em: 10/2011

_____. Foreign Ministry Spokesperson Hong Lei's Regular Press Conference on September 24, 2012. Disponível em: <<http://cebu.china-consulate.org/eng/fyrth/t973835.htm>>. Acessado em: 12/2012.

CHINA DAILY; GENRON NPO. The 9th Japan-China Public Opinion Poll: Analysis Report on the Comparative Data. Tokyo 2013. Disponível em: <http://www.genron-npo.net/english/opinionpoll_9thjc.pdf>. Acessado em: 08/2013.

CHINESE, Government's Official Web Portal. *China's 4 trillion yuan stimulus to boost economy, domestic demand*, Sunday, November 9, 2008. Disponível em: <http://english.gov.cn/2008-11/09/content_1143763.htm>. Acessado em: 10/2011.

CNTA, China National Tourism Administration. *2012 Bulletin of Tourism Statistics of the People's Republic of China*. Disponível em: <http://en.cnta.gov.cn/html/2012-7/2012-7-26-10-50-21009_1.html>. Acessado em: 07/2013.

CONSTITUTION OF JAPAN, The. 1947. Disponível em: <http://www.kantei.go.jp/foreign/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html>. Acessado em: 01/2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 28. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, 314p.

DEFENSE OF JAPAN - *Annual White Paper 2010*, 2010. Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2010.html>. Acessado em: 03/2012.

_____. *National Defense Program Guidelines 2011*, 2010a. Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/d_act/d_policy/national.html>. Acessado em: 03/2012.

_____. *Measures against Piracy off the Coast of Somalia and in the Gulf of Aden*. Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/d_act/somalia/index.html>. Acessado em: 05/2012.

FRANK, Andre Gunder. **ReORIENT**: global economy in the Asian Age. Los Angeles: University of California Press, 1998, 416p.

FRAVEL, M. Taylor. *Explaining Stability in the Senkaku (Diaoyu) Islands Dispute*. On: CURTIS; KOKUBUN; JISI (Org.) *Getting the Triangle Straight: Managing China-Japan-US Relations*. Japan Center for International Exchange; 2010; p.144-164.

HARUKI, Wada. "Resolving the China-Japan Conflict Over the Senkaku/Diaoyu Islands", *The Asia-Pacific Journal*, 43-3-10, October 25, 2010. Disponível em: <<http://japanfocus.org/-Wada-Haruki/3433>>. Acessado em 07 de agosto de 2011.

HATOYAMA, Yukio. My Political Philosophy. The Wall Street Journal, September 3, 2009. Disponível em: <<http://www.law.harvard.edu/programs/about/pifs/symposia/japan/2009-japan/briefing-book/my-political-philosophy.pdf>>. Acessado em: 02/2010.

HUME, David. **Essays, Moral, Political, and Literary**. Eugene F. Miller, ed. Indianapolis, IN: Liberty Fund, Inc. 1987. Library of Economics and Liberty. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/LFBooks/Hume/hmMPL.htm>>. Acessado em 02/2012.

JAPAN, Ministry of Foreign Affairs of (MOFA). *Joint Communique of the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China*, Peking, 1972. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint72.html>>. Acessado em: 01/2012.

_____. *Treaty Of Peace And Friendship Between Japan And The People's Republic Of China*, Peking, 1978. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/treaty78.html>>. Acessado em: 01/2012.

_____. *Statement by Prime Minister Tomiichi Murayama "On the occasion of the 50th anniversary of the war's end"*, 1995. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/announce/press/pm/murayama/9508.html>> Acessado em: 01/2012.

_____. *Joint Statement between the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China on Comprehensive Promotion of a "Mutually Beneficial Relationship Based on Common Strategic Interests"*, 2008. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint0805.html>>. Acessado em: 04/2010.

_____. *Statement by Prime Minister Junichiro Koizumi (The Basic Plan regarding the measures based on the Law Concerning the Special Measures on Humanitarian and Reconstruction Assistance in Iraq)*, December 9, 2003. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/middle_e/iraq/issue2003/pmstate0312.html>. Acessado em: 03/2011.

_____. *Japan-China-ROK Trilateral Summit Trilateral Cooperation VISION 2020*, 30 May, 2010. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/jck/summit1005/vision2020.html>>. Acessado em: 07/2011.

_____. *Dispatch of the International Peace Cooperation Corps (Engineering Unit) to the United Nations Mission in the Republic of South Sudan (UNMISS)*, December 20, 2011. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/announce/announce/2011/12/1220_02.html>. Acessado em: 03/2012.

_____. *Joint Declaration on the Enhancement of Trilateral Comprehensive Cooperative Partnership*. The Fifth Trilateral Summit Meeting among The People's Republic of China, the Republic of Korea and Japan - 13 May 2012 Beijing, China. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/jck/summit1205/joint_declaration_en.html>. Acessado em: 06/2012.

JAPAN TOURISM. *Statistic of visitors to Japan from overseas*, Historical Statistics, 2013a. Disponível em: <<http://www.tourism.jp/en/statistics/inbound/>>. Acessado em: 07/2013.

_____. *Statistics of japanese tourists travelling abroad*, Historical Statistics, 2013b. Disponível em: <<http://www.tourism.jp/en/statistics/outbound/>>. Acessado em: 07/2013.

JETRO, Japanese External Trade Organization. Symposium on Japan-China Business Alliance in Beijing. *Sustainable Development of Japan-China Economic Relations and Prospects for Business Alliance*, 2007. Disponível em: <<http://www.jetro.go.jp/en/jetro/profile/speeches/2007/jun07.pdf>>. Acessado em: 05/2012.

_____. *JETRO Survey: Japan-China Trade in 2010 Exceeds US\$300 Billion to Set New Record*, 2011. Disponível em: <<http://www.jetro.go.jp/en/news/releases/20110512035-news>>. Acessado em: 05/2012.

_____. *JETRO Survey: Analysis of Japan-China Trade in 2011 and Outlook for 2012*, 2012a. Disponível em: <<http://www.jetro.go.jp/en/news/releases/20120223142-news>>. Acessado em: 05/2012.

_____. *JETRO Survey: FY 2011 Survey on the International Operations of Japanese Firms Interest in overseas expansion at a record high*, 2012b. Disponível em: <<http://www.jetro.go.jp/en/news/releases/20120301540-news>>. Acessado em: 05/2012.

_____. *JETRO Survey: FY2011 Survey on the International Operations of Japanese Firms – JETRO Overseas Business Survey*, 2012c. Disponível em:

<<http://www.jetro.go.jp/en/news/releases/20120301540-news/material.pdf>>.
Acessado em: 06/2012.

_____. *JETRO survey: Analysis of Japan-China Trade in 2012 and outlook for 2013*, 2013. Disponível em:
<<http://www.jetro.go.jp/en/news/releases/20130219452-news>>. Acessado em:
06/2013.

_____. *Japan's Outward FDI by Country/Region* (Balance of Payments basis, net and flow, 2013a. Disponível em: < <http://www.jetro.go.jp/en/reports/statistics/>>.
Acessado em: 06/2013.

JOHNSON, Chalmers A. **Blowback : the costs and consequences of American empire**. New York, Holt Paperbacks New York, 2004, 323p. (Versão *ePub*).

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2011, 572p.

LEÃO, Bruno Guerra Carneiro. **Japão, China e a integração econômica no Leste Asiático**: o papel dos Estados Nacionais e redes produtivas. Brasília: FUNAG, 2010, 156p.

LEE, Chae-Jin. *The Making of the Sino-Japanese Peace and Friendship Treaty*. In: *Pacific Affairs*, Vol. 52, No. 3 (Autumn, 1979), pp. 420-445

LI, Wendan. **Chinese Writing and Calligraphy**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2009, 263p.

KATZENSTEIN, Peter J. **A World of Regions**: Asia and Europe in the American Century. Ithaca: Cornell University Press, 2005, 297p.

MADDISON, Angus. **Contours of the World Economy**, 1-2031AD. NewYork: Oxford University Press, 2007, 418p.

MIYAZAKI, Silvio. *O novo regionalismo econômico asiático*. *Contexto int.* 2005, vol.27, n.1, pp. 101-125. ISSN 0102-8529. doi: 10.1590/S0102-85292005000100003. Acessado em: 02/2012.

MOFCOM, Ministry of Commerce of People's Republic of China. *Spring 2011 Analysis on China Foreign Trade – Function series on the occasion of AIT 30th Anniversary*, 2011. Disponível em:

<<http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/newsrelease/significantnews/201104/20110407496608.html>>. Acessado em: 07/2012.

_____. *Statistics of January-December 2011 on National Absorption of FDI*, 2012. Disponível em: <<http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/foreigninvestment/201202/20120207948411.html>>. Acessado em: 07/2012.

_____. *Japan allowed to buy 10.3 bln USD worth of Chinese government bond*, August, 2012. Disponível em: <<http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/newsrelease/counseloroffice/westernasiaandaficareport/201208/20120808294933.html>>. Acessado em: 09/2012.

PARK, Gene; VOGEL, Steven. Japan in 2006: a political transition. *Asian Survey*, Vol. 47, No. 1 (January/February 2007), pp. 22-31. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2007.47.1.22>>. Acessado em: 08/2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000, 337p.

POTSDAM DECLARATION. Proclamation Defining Terms for Japanese Surrender, Potsdam, July 26, 1945. Disponível em: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c06.html>>. Acessado em: 02/2013.

ROSE, Caroline. **Interpreting History in Sino-Japanese Relations**: a case study in political decision-making. London: Routledge, 2005.

SAKURAI, Célia. **Os Japoneses**. São Paulo, Editora Contexto, 2008, 368p.

SANTOS, Boaventura de Sousa . A Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências: para uma ecologia de saberes. In: **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo, Editora Boitempo, 2007, p. 17-49.

SATOH, Haruko. *Japan and China: reaching reconciliation or stuck in the past?*. Chatham House Briefing Paper, 2006. Disponível em: <<http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Policy-Briefs/Detail/?lng=en&id=25891>>. Acessado em 12 de novembro de 2011.

SECURITY TREATY BETWEEN THE UNITED STATES AND JAPAN. 1951.
Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/japan001.asp#b1>.
Acessado em: 03/2012.

SIPRI YEARBOOK 2012. Stockholm International Peace Research Institute.
Disponível em:
<<http://www.sipri.org/yearbook/2012/04>>. Acessado em: 05/2012.

SIPRI MILITARY EXPENDITURE DATABASE. Stockholm International Peace Research Institute.

SMITH, Patrick. **Japan: A reinterpretation**. New York , Vintage Books, 1998, 451p.
(Versão ePub)

STATISTIC BUREAU, Japan. *Result of population estimates*, Annual Reports.
Disponível em: < <http://www.stat.go.jp/english/data/jinsui/2.htm>>. Acessado em:
07/2013.

SUGANUMA, Unryu. The Diaoyu/Senkaku Islands: A Hotbed for a Hot War? *In*:
HSIUNG, James C. China and Japan at Odds: Deciphering the Perpetual Conflict.
New York: Palgrave Macmillan, 2007.

SUSTAINING U.S. GLOBAL LEADERSHIP: Priorities for 21st Century Defense.
2012. Disponível em:
<http://www.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf>. Acessado em:
06/2012.

SUZUKI, Shogo. **Civilization and empire** : China and Japan's encounter with
European international society. New York: Routledge, 2009, 256p.

TOMOAKI, Ikeya. Why Do Japan and Italy Change Prime Ministers So Often?
Nippon Communications Foundation, 06/09/2013. Disponível em:
<<http://www.nippon.com/en/in-depth/a02302/>>. Acessado em: 09/2013.

TREATY OF MUTUAL COOPERATION AND SECURITY BETWEEN JAPAN AND
THE UNITED STATES OF AMERICA. 1960. Disponível em:
<<http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>>. Acessado em: 05/2012.

UEHARA, Alexandre R. **A política externa do Japão no final do século XX: o que
faltou?** São Paulo: Ed. Annablume: Fundação Japão, 2003, 267p.

UNCOMTRADE. United Nations Commodity Trade Statistics Database, 2013. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/>>. Acessado em: 07/2013.

VATTEL, Emer de. **The Law of Nations**, or, Principles of the law of nature, applied to the conduct and affairs of nations and sovereigns, with three early essays on the origin and nature of natural law and on luxury. Indianapolis: Liberty Fund, 2008, 867p.

VIGEVANI, Tullo. **Ciclos longos e cenários contemporâneos da sociedade internacional**. *Lua Nova* [online]. 1999, n.46, pp. 5-53. ISSN 0102-6445.

VIZENTINI, Paulo G. F. **A Nova Ordem Global**: Relações Internacionais do século XX. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Abrir las ciencias sociales**: Informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1996, 114p.

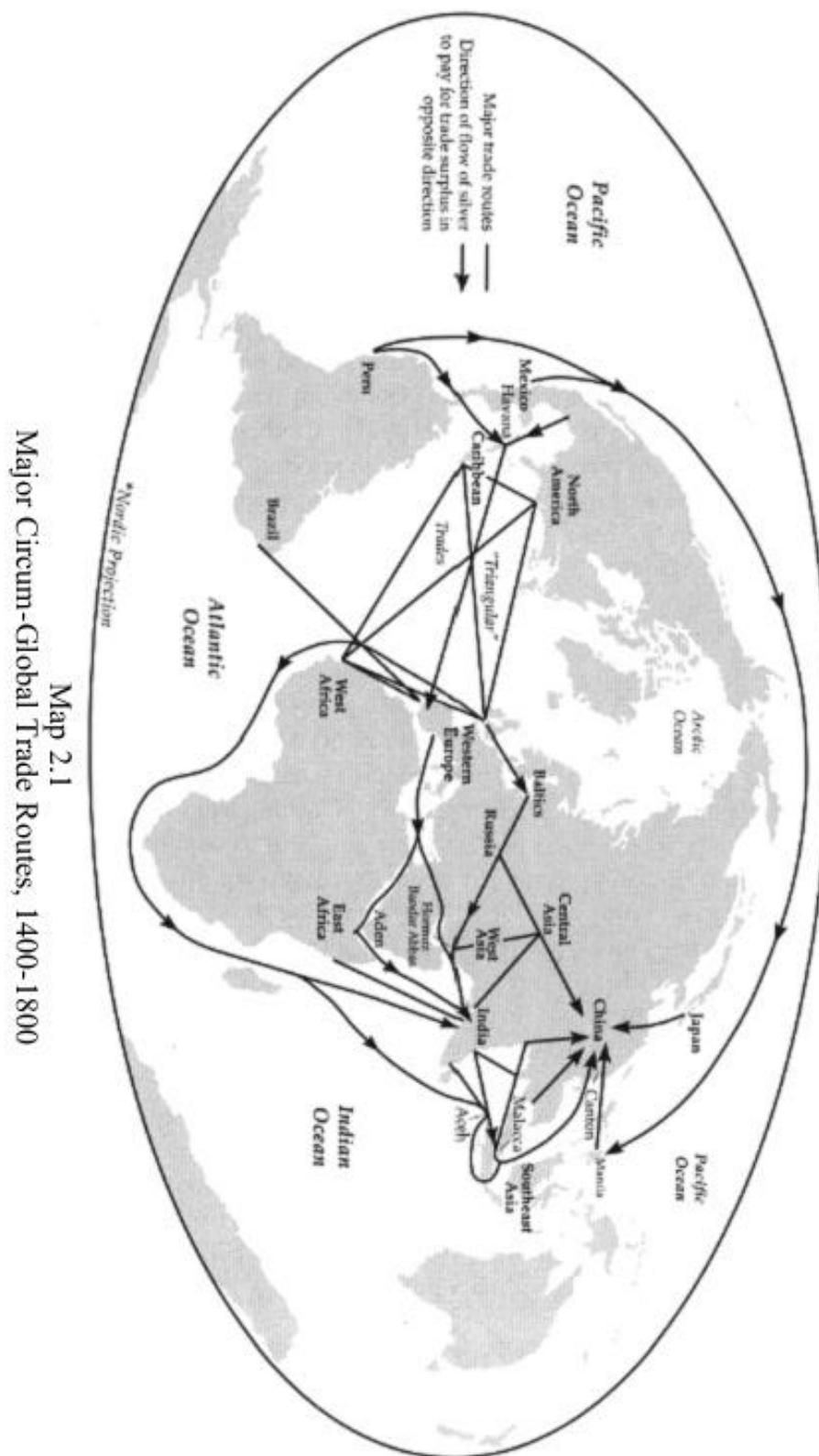
WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. New York: Cambridge University Press, 1999, 429p.

WHITE PAPER ON CHINA'S PEACEFUL DEVELOPMENT. 2011. Disponível em: <http://english.gov.cn/official/2011-09/06/content_1941354.htm>. Acessado em: 03/2012.

YELLOWBRIDGE, Chinese Language Center. *Chinese Character Etymology Dictionary*. Disponível em: <<http://www.yellowbridge.com/chinese/character-dictionary.php>>. Acessado em: 02/2013.

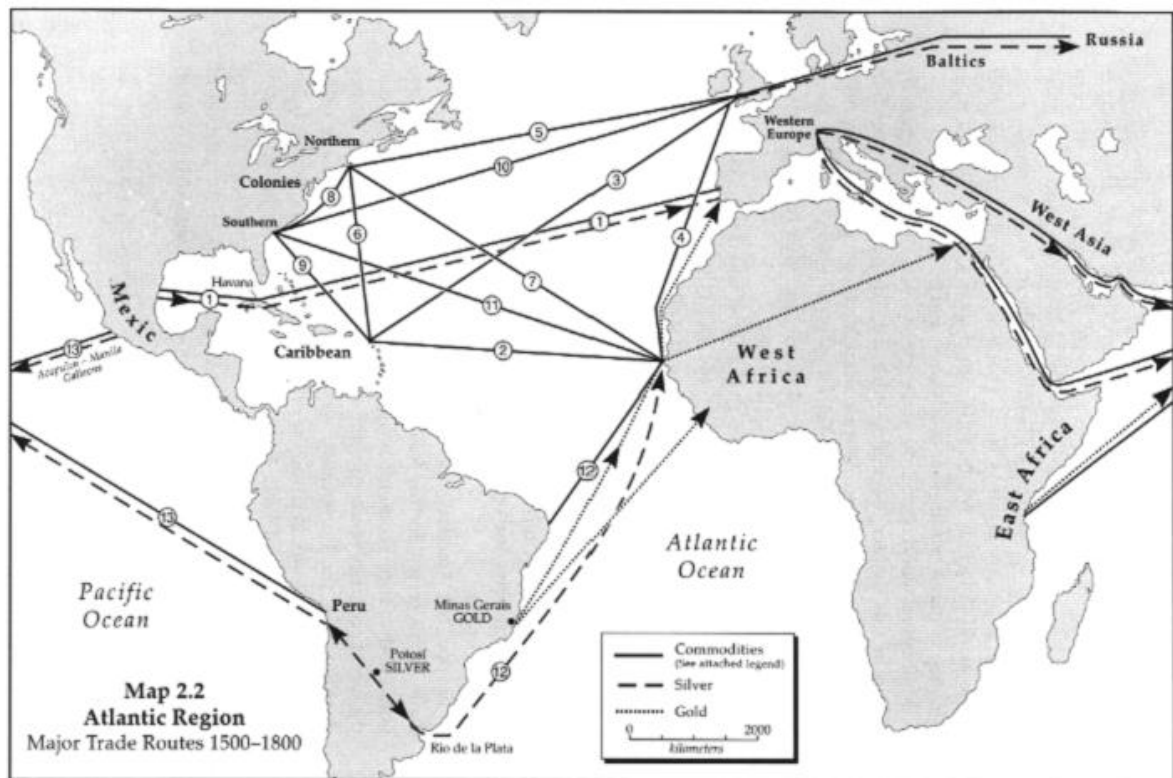
ANEXOS

Anexo 1: Maiores Rotas Comerciais Circum-Globais 1400-1800/Fluxo da Prata



Fonte: FRANK, 1998, p.65.

Anexo 2: Maiores Rotas Comerciais na Região do Atlântico 1500-1800



MAP 2.2 ATLANTIC REGION
[brackets indicate re-export/onward-shipment]

Principal exports and imports

ROUTES

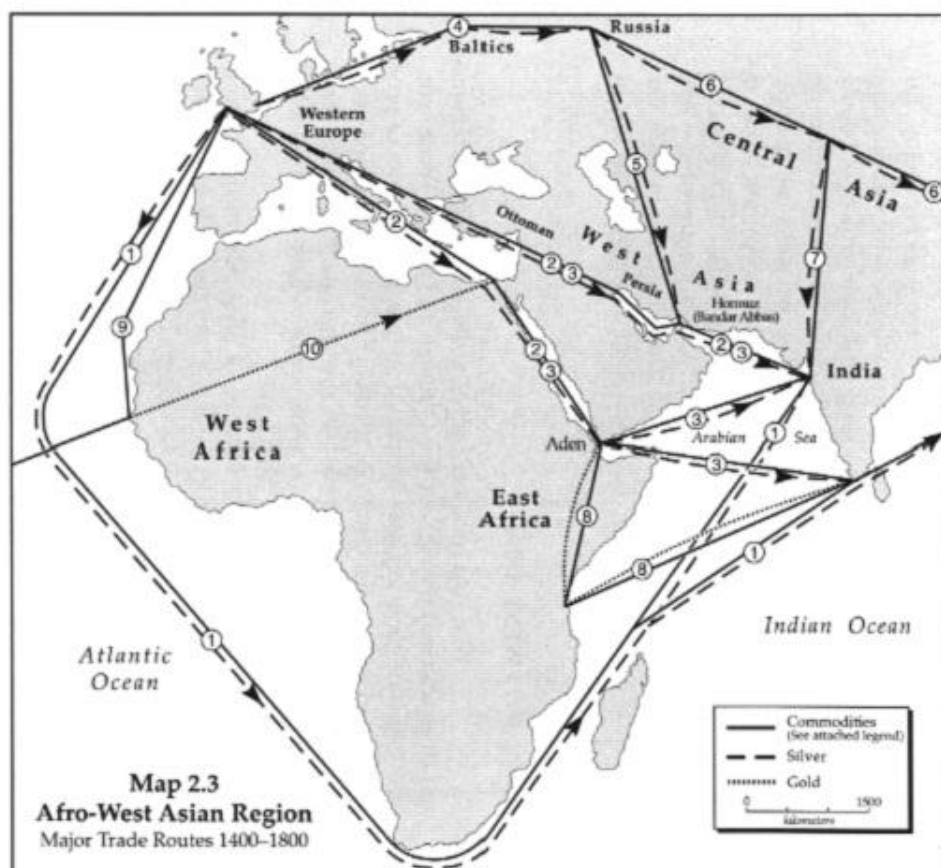
Westward	Eastward
1. MEXICO - HAVANA - EUROPE manufactures	SILVER
2. WEST AFRICA - CARIBBEAN slaves	rum
3. CARIBBEAN - WESTERN EUROPE manufactures	sugar, molasses [SILVER]
4. WEST AFRICA - EUROPE (north) guns [textiles]	(south) [cowries]
5. NORTHERN COLONIES - BRITAIN manufactures	raw materials [money]
6. NORTHERN COLONIES - CARIBBEAN (north) molasses [SILVER]	(south) manufactures, naval stores transport / services

ROUTES

Westward	Eastward
7. NORTHERN COLONIES - WEST AFRICA transport / services rum	
8. NORTHERN COLONIES - SOUTHERN COLONIES (north) food, tobacco	(south) manufactures, services
9. SOUTHERN COLONIES - CARIBBEAN molasses	slaves
10. SOUTHERN COLONIES - EUROPE manufactures	rum, tobacco
11. SOUTHERN COLONIES - WEST AFRICA -- [bought/paid via North. Col.]	slaves
12. SOUTH AMERICA - WEST AFRICA slaves	GOLD, SILVER
13. MEXICO & PERU - MANILA Galleon to CHINA SILVER	

Fonte: FRANK, 1998, p.68-69.

Anexo 3: Maiores Rotas Comerciais da Região Africana e Oeste da Ásia 1400-1800



MAP 3. AFRO-WEST-ASIAN REGION
[brackets indicate re-export/onward shipment]

Principal exports & imports

ROUTES

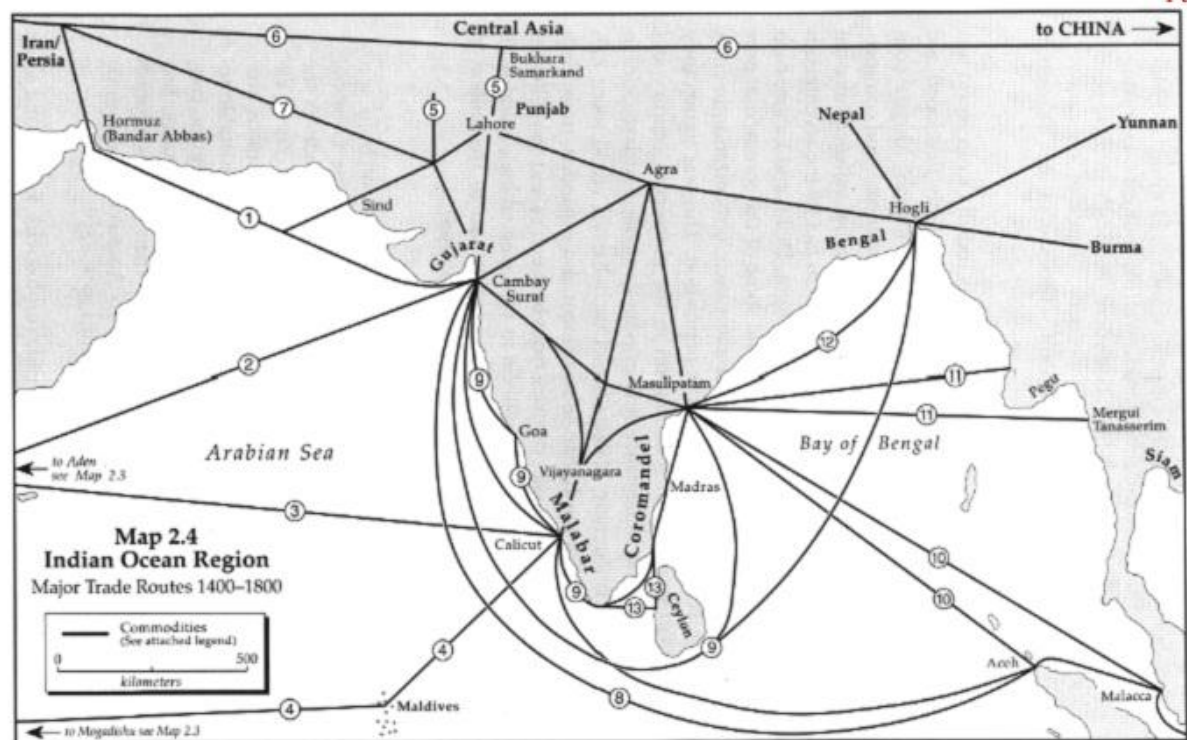
Westward	Eastward
1. EUROPE - ASIA, MARITIME AROUND AFRICA silk, cotton textiles, pepper, spices,	SILVER
2. EUROPE - WEST ASIA via MEDITERRANEAN silk, cotton textiles [pepper, spices, ceramics] metal products, wool textiles, coffee Some products from route 3 below were also shipped further westward via route 2	SILVER, GOLD
3. WEST ASIA - INDIA via PERSIAN GULF & RED SEA & ARABIAN SEA silk, silk text., cot. textiles, spices, pepper, rice, dyes/indigo, ivory, shawls, blankets, paper, gumlac, saltpeter, iron & steel products, housewares, wood & glass, rice, pulses, wheat, oil, ships [sold to Britain]	minerals, metal/products, copper, lumber, horses, carpets, luxury goods, pearls, fruits, dates, dye woods, aromatics, incense, salt, fish, coffee, wine, arms, coral, rosewater, SILVER
4. EUROPE - BALTINGS - RUSSIA grains, timber, furs, iron, flax, hemp	wool textiles, SILVER

ROUTES

Westward	Eastward
5. RUSSIA - WEST ASIA (north) cot. textiles, carpets, satin [dyes/indigo]	(south) furs, hides/leather, SILVER
6. RUSSIA - CENTRAL ASIA - CHINA silk, tea, paper, precious stones/jade, cotton, furs, swords, arms, sugar, tobacco, grains & food	clothing, drugs, horses, camels, sheep, medicines/ginseng, paper money, jade, SILVER
7. CENTRAL ASIA - INDIA (north) cot. textiles, silk text., wheat, rice, pulses, cotton, indigo, tobacco	(south) horses, camels, sheep SILVER
8. EAST AFRICA - ARABIA & INDIA rice, cot. text. [ceramics]	slaves, ivory, GOLD
9. WEST AFRICA - EUROPE (north) GOLD (south) guns [cowries, cot. textiles]	
10. WEST AFRICA - WEST ASIA GOLD	

Fonte: FRANK, 1998, p. 76-77

Anexo 4: Maiores Rotas Comerciais na Região do Oceano Índico 1400-1800

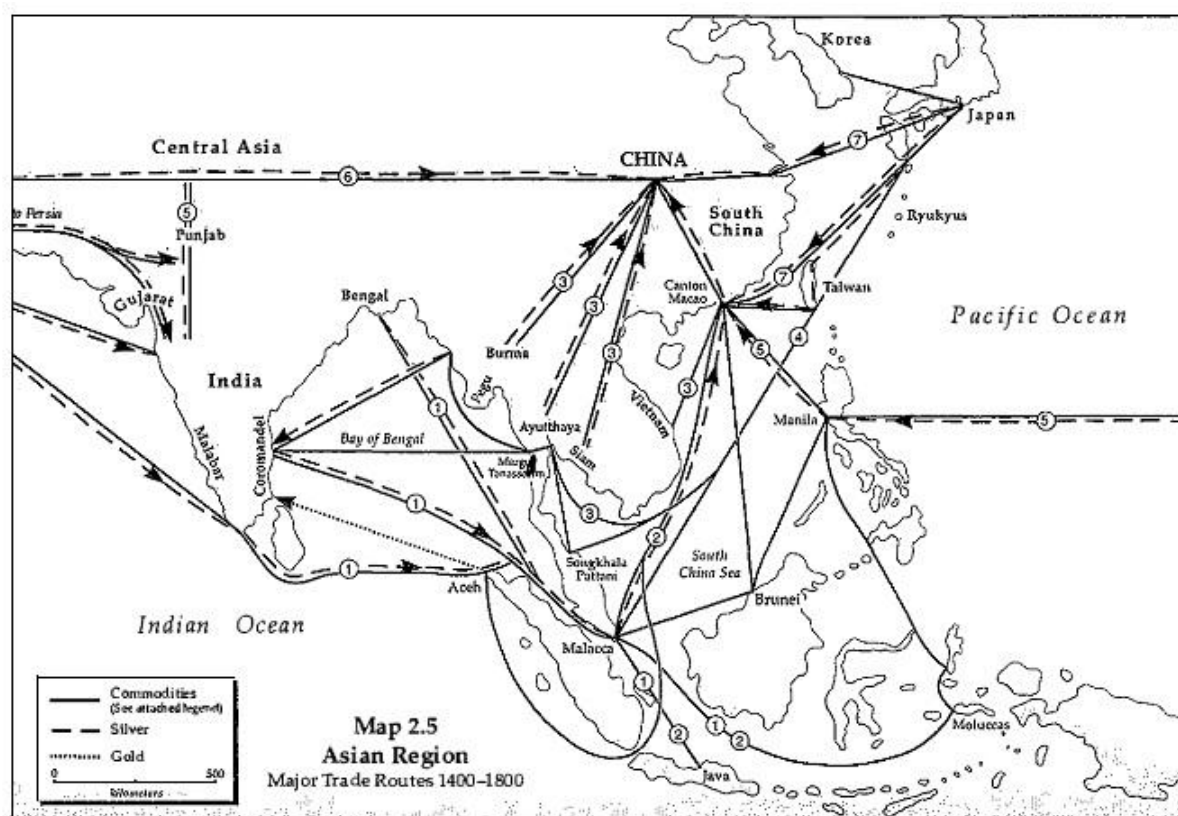


MAP 2.4 INDIAN OCEAN REGION
[also see legends to Maps 2-3 and 2-5]

ROUTES		ROUTES	
Westward	Eastward	Westward	Eastward
1. INDIA-WEST ASIA cotton textiles, dyes, indigo, silk, silk textiles, iron & steel products, housewares, wood & glass prods., rice, pulses, wheat, oil [spices, pepper, ceramics] aromatics, incense, shawls, blankets, paper, gumlace, saltpetr	dye woods, salt, pearls, minerals, metal/prods., copper, lumber, horses, carpets, luxury goods, fruits, dates, arms, coral, rosewater, dye woods SILVER	7. GUJARAT-SIND-PUNJAB-WEST ASIA cotton textiles, wheat, indigo	SILVER
2. GUJARAT-GULF same as 1	wine, opium, pearls, aromatics, incense, SILVER, GOLD	8. GUJARAT-SOUTHEAST ASIA spices, [sugar, silk, ceramics] GOLD	cotton textiles coral, copper, glass [re-exports from Aden/Gulf] SILVER
3. MALABAR-GULF pepper, rice [spices]	GOLD	9. INDIAN INTER-REGIONAL [not fully represented] exchanges among most major Indian products along maritime and overland trade routes among Punjab, Sind, Gujarat, Malabar, Vijayanagara, Coromandel, Bengal	
4. MALABAR-EAST AFRICA rice, cowries	ivory, slaves, fish, GOLD	10. COROMANDEL-SOUTHEAST ASIA tin, sugar, metals, elephants, [ceramics, silk] GOLD	cotton textiles, slaves, rice, diamonds, SILVER
5. GUJARAT/PUNJAB-CENTRAL ASIA [northward] cotton & silk textiles, pulses, rice, wheat, indigo, tobacco	[southward] horses, camels, sheep, cotton	11. COROMANDEL-BURMA/SIAM tin, elephants, woods, SILVER	cotton textiles
6. WEST-CENTRAL-EAST ASIA silk, tea	horses	12. COROMANDEL-BENGAL silk, cotton textiles, rice, sugar	
		13. CEYLON-INDIA elephants, cinnamon, jewels, pearls	rice

Fonte: FRANK, 1998, p.86-87.

Anexo 5: Maiores Rotas Comerciais na Região da Ásia 1400-1800



MAP 2-5 ASIAN REGION

[brackets indicate re-export/onward-shipment]

ROUTES

North - Westward

South - Eastward

1. INDIA-SOUTHEAST ASIA

pepper, spices, rice, sugar, elephants, tin, copper, other metals, cinnamon, teak, rubies, GOLD

cot. textiles, silk textiles, slaves, diamonds, rice, iron & steel/prods., diamonds, shipping/services [SILVER]

2. ARCHIPELAGAN SOUTHEAST ASIA - CHINA

pepper, spices, tin, rice, sugar, fish, salt, aromatic woods, resins, lacquer, tortoise shell, pearls, precious stones, amber, jade, birdnests, jaggery, jasper, cutch, tin [SILVER]

silk/textiles, ceramics, tea, cloth, satin, velvet, paper, fruit, drugs, arms & powder, copper & iron products, gold/silver thread, zinc, cupro-nickel

see also route 3 for partial commodity overlap/duplication

3. CONTINENTAL SOUTHEAST ASIA - CHINA

(north)
rice, sugar, cotton, rubies, amber, jade, deer & tiger skins, timber, ships, woods, jaggery, paper, cutch, beetelnut, birdnests, shark fins, tobacco,

(south)
ceramics, lacquerware, silk/textile, clothing, arms & powder, copper cash, quicksilver, copper & iron products, lead, zinc, cupro-nickel, salt, fruit, rhubarb, tea,

ROUTES

North - Westward

South - Eastward

3. CONTINENTAL SOUTHEAST ASIA - CHINA, cont.

pepper, sappan wood, tin, lead, saltpeter, SILVER

satin, velvet, brocades, thread, paper, dyes, carpets, shoes, stockings, housewares, labor, shipping/services

4. SOUTHEAST ASIA - JAPAN [VIA TAIWAN & RYUKUS]

(north)
spices, pepper, tin, sugar, medicines [cot. textiles]

(south)
copper, sulphur, camphor, swords, shipping, SILVER

5. CHINA - MANILA GALLEON - ACAPULCO/ MEXICO

PERU
SILVER

silk/textiles, ceramics, quicksilver

6. CENTRAL ASIA - CHINA

silk/textiles, tea, arms, clothing, ceramics, medicines, paper money

horses, camels, sheep, jade, medicines [SILVER]

7. JAPAN - CHINA

SILVER

copper, sulphur, camphor, swords, iron

silk/textiles, cot. textiles, sugar, skins, woods, dyes, tea, lead, manufactures

Anexo 6: Evolução da População Mundial de 1200 a 1800

Table 4.2 *World Population (in millions, rounded)*

Year	1200	1500	1600	1650	1700	1750	1800
World	348	427	498	516	641	731	890
Europe	51	68	83	90	106	130	173
Asia	248	231	303	311	420	484	590
China	123	100	150	100	150	207	315
Japan	12	16	18	22	26	26	26
India	75	79	100	150	200	200	190
Africa	61	85	95	100	100	100	100
Americas	23	41	15	13	13	15	25
Oceania	1	2	2	2	2	2	2

SOURCE: Colin Clark (1977: table 3.1)

Clark's table 3.1 also includes estimates for A.D. 14, 350, 600, 800, 1000, and 1340 as well as additional detail since 1500.

Fonte: FRANK, 1998, p. 170.

ANEXO 7: Dados da Balança Comercial

Negócios do Japão com a China US\$ bilhões (segundo informações japonesas ao UNcomtrade)

Ano	Exportação	Importação	Balanço	Total
2000	30.382.095.707	55.106.750.252	-24.724.654.545	85.488.845.959
2001	30.995.763.327	57.866.084.447	-26.870.321.120	88.861.847.774
2002	39.823.423.281	61.783.699.552	-21.960.276.271	101.607.122.833
2003	57.415.492.621	75.469.341.037	-18.053.848.416	132.884.833.658
2004	73.938.660.616	94.340.409.609	-20.401.748.993	168.279.070.225
2005	80.074.348.387	108.477.568.677	-28.403.220.290	188.551.917.064
2006	92.769.551.020	118.525.736.273	-25.756.185.253	211.295.287.293
2007	109.270.655.883	127.922.365.758	-18.651.709.875	237.193.021.641
2008	124.900.515.034	143.229.984.360	-18.329.469.326	268.130.499.394
2009	109.727.427.882	122.574.080.731	-12.846.652.849	232.301.508.613
2010	149.464.086.432	153.154.789.320	-3.690.702.888	302.618.875.752
2011	162.035.385.926	183.882.189.759	-21.846.803.833	345.917.575.685
2012	144.207.683.123	188.434.778.869	-44.227.095.746	332.642.461.992
Valor total desde 2000				2.695.772.867.883

Fonte: UNcomtrade

Negócios da China com o Japão em US\$ bilhões (segundo informações chinesas ao UNcomtrade)

Ano	Exportação	Importação	Balanço	Total
2000	41.654.314.050	41.509.675.130	144.638.920	83.163.989.180
2001	44.940.523.792	42.787.308.141	2.153.215.651	87.727.831.933
2002	48.433.840.387	53.465.998.850	-5.032.158.463	101.899.839.237
2003	59.408.697.992	74.148.125.418	-14.739.427.426	133.556.823.410
2004	73.509.042.094	94.326.727.397	-20.817.685.303	167.835.769.491
2005	83.986.277.412	100.407.681.253	-16.421.403.841	184.393.958.665
2006	91.622.673.330	115.672.580.888	-24.049.907.558	207.295.254.218
2007	102.062.496.249	133.950.504.404	-31.888.008.155	236.013.000.653
2008	116.132.454.516	150.600.041.097	-34.467.586.581	266.732.495.613
2009	97.910.965.891	130.937.524.825	-33.026.558.934	228.848.490.716
2010	121.043.964.529	176.736.084.144	-55.692.119.615	297.780.048.673
2011	148.268.708.074	194.567.856.305	-46.299.148.231	342.836.564.379
2012	151.626.580.721	177.832.335.544	-26.205.754.823	329.458.916.265
Valor total desde 2000				2.667.542.982.433

Fonte: UNcomtrade